

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LEANDRO ANDRADE HENRIQUES**

**NARRATIVA DE UMA TRANS UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE ACESSO E  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**MARIANA-MG**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LEANDRO ANDRADE HENRIQUES

**NARRATIVA DE UMA TRANS UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE ACESSO E  
PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Marco Antonio Torres

MARIANA-MG

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

H519n Henriques, Leandro Andrade.

Narrativa de uma trans universitária [manuscrito]: experiências de acesso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto. / Leandro Andrade Henriques. - 2023.

105 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Torres.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Assistência ao estudante. 2. Transexuais. 3. Acesso ao ensino superior. 4. Democratização da educação. 5. Universidade Federal de Ouro Preto. I. Torres, Marco Antonio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378(81)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Leandro Andrade Henriques**

### **Narrativa de uma trans universitária: experiências de acesso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Aprovada em 03 de abril de 2023.

#### Membros da banca

Prof. Dr. Marco Antonio Torres - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Profa. Dra. Celia Maria Fernandes Nunes - Membro Interno Titular - Universidade Federal de Ouro Preto  
Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira - Membro Externo Titular - Universidade Federal do Paraná

O Prof. Dr. Marco Antonio Torres, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 23/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Torres, VICE-COORDENADOR(A) DE CURSO DE PEDAGOGIA**, em 31/05/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0532661** e o código CRC **7793092D**.

*Agradeço às pessoas travestis e trans pela oportunidade de aprender mais sobre a Vida.*

## AGRADECIMENTOS

Considero este um dos momentos mais importantes dessa jornada. Momento em que pauso, respiro e lembro das mãos que me foram estendidas para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a Deus pela presença cotidiana. Um Deus bom e não violento, *não terrorista*, aberto a amar todas as pessoas como elas são. Amor que se mostrou presente nos que estiveram fisicamente e espiritualmente comigo. Agradeço por ter o privilégio de ter uma rede de apoio afetuosa. Mãe e pai, obrigado por tudo. Vocês sempre serão mais do que palavras. Suas vozes carinhosas alegram a minha vida. Chichi (*a amiga eterna, cúmplice de segredos íntimos*). Leozito (*gargalhadas íntimas que espantam tristeza*). O Ro (*companheiro que me ensinou a chorar por amor e ter a certeza que eu posso desde 19/6/2004 - obrigado*). Aos sobrinhos e sobrinhas, representação mais pura de amor. E avó Alzira (*espiritualmente guardada no meu coração*). Amo muito vocês!

Aos tios e tias que me inspiram e trazem alegria para o meu dia a dia. Aos primos e primas que alegram as festas em família. Gratidão a Simone, Simara e Mila pelo apoio de sempre. Aos amigos e amigas, muita gratidão!

A equipe Prace, sempre disponível quando precisei. Gratidão especial à Joseane e Mariana (*por terem sido tão disponíveis e pela escuta afetuosa*). Gratidão à A Profa. Natália Lisboa (*pela inspiração acadêmica - leve e divertida*), a Camélia (*por reflexões profundas*), Valéria (*por lapidar meu olhar para o que não eu conseguia enxergar*), Lúcia (*pelo acolhimento*), Sabrina (*por incentivar percorrer caminhos acadêmicos*) e Rafael Magdalena (*pela presença afetuosa e por me inspirar a estudar sobre Assistência Estudantil*). Gratidão às companheiras de mestrado Lucinea e Jacqueline. E a todas, todos e todes que compartilham as experiências no café da Prace. Em meio a rotina de enormes desafios, os sorrisos alegram meu cotidiano.

Agradeço aos queridos Alax, Edgar e Rubens por terem sido tão disponíveis quando as dúvidas surgiam. Trocas e reflexões que tornaram o caminho mais suave. Gratidão à Profa. e colega de Caleidoscópio Catarina Dallapícula pelas dicas de leituras que me foram tão úteis e pertinentes na minha formação como psicólogo.

Agradeço muito ao meu orientador Prof. Marco Antonio Torres por ter me guiado de forma tão leve e afetuosa ao longo do caminho. Sensível às minhas dificuldades, foi me oferecendo preciosas sugestões para que, ao final, eu me transformasse numa pessoa mais humana. Obrigado.

E, neste momento, considero extremamente relevante agradecer as pessoas travestis e trans por tanto aprendizado. Thaynara Menezes, você apresentou um mundo de emoções para mim e pude, a partir das suas histórias, me sensibilizar com um mundo que desconhecia. Gratidão por tornar minha vida uma experiência de tanto aprendizado.

Agradeço a banca de qualificação, formada por duas pessoas inspiradoras. Obrigado Profa. Megg Rayara e Profa. Célia Nunes pelas dicas e sugestões tão importantes!

Agradeço ainda à Universidade Federal de Ouro Preto e ao Programa de Pós Graduação da UFOP pela possibilidade de cursar uma pós graduação pública e gratuita.

A todas/os/es vocês, muito obrigado e um abraço afetuoso!

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as experiências de acesso e permanência de uma universitária trans, matriculada na Universidade Federal de Ouro Preto. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais plataformas online de pesquisa científica para localizar outras pesquisas sobre o tema. A partir da noção de cisheteronormatividade e cisgeneridade foi construído um diálogo com produções teóricas de pesquisadoras transexuais que tem contribuído nos estudos sobre travestilidades e transexualidades. Considerando a entrevista realizada, constata-se a necessidade de ampliação de políticas de acesso e aperfeiçoamento de políticas de permanência que considerem as especificidades das pessoas trans que estudam na UFOP. De forma específica, as experiências que se situam numa cidade do interior de Minas Gerais sinalizam para a necessidade de um aprimoramento da rede de saúde, de forma a acolher e estar mais preparado para atender as questões de saúde da população trans. E por meio da entrevista narrativa realizada com Thaynara Menezes e de posterior devolutiva qualificada, as análises foram feitas em articulação com outros estudos sobre acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior. Realizou-se um aprofundamento nas questões de saúde mental, enfatizando a produção de subjetividade num contexto cisgênero e excludente em que a transfobia institucional se mostra presente cotidianamente. Enquanto representação dessa transfobia, se deu análise do enunciado “*Você não pode estar aqui*”, a partir do conceito de enunciado em Michel Foucault, visibilizando tal contexto como inserido num regime de verdade que exclui as pessoas trans e travestis.

**Palavras-chave:** Gênero; Assistência Estudantil; Estudantes trans; Universidade; UFOP

## ABSTRACT

This research has the general objective of investigating the experiences of access and permanence of a trans university student, enrolled at the Federal University of Ouro Preto. Initially, a bibliographic survey was carried out on the main online platforms for scientific research to locate other research on the subject. Based on the notion of cisheteronormativity and cisgenderism, a dialogue was built with theoretical productions by transsexual researchers who have contributed to studies on transvestitism and transsexuality. Considering the interview carried out, there is a need to expand access policies and improve permanence policies that consider the specificities of trans people who study at UFOP. Specifically, the experiences that are located in a city in the interior of Minas Gerais point to the need to improve the health network, in order to welcome and be more prepared to deal with the health issues of the trans population. And through the narrative interview conducted with Thaynara and subsequent qualified feedback, the analyzes were carried out in conjunction with other studies on access and permanence of transgender people in higher education. A deepening of mental health issues was carried out, emphasizing the production of subjectivity in a cisgender and exclusionary context in which institutional transphobia is present on a daily basis. As a representation of this transphobia, the utterance “You cannot be here” was analyzed, based on the concept of utterance in Michel Foucault, making this context visible as inserted in a regime of truth that excludes trans and transvestites.

**Keywords:** Gender; Student Assistance; trans students; University; UFOP

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 UM POUCO DE MIM COMO RECONHECIMENTO DE SI MESMO: QUE O CARNAVAL NÃO TENHA FIM .....</b>                                | <b>17</b> |
| <b>3 REFERENCIAL TEÓRICO PARA COMPREENSÃO DAS VIDAS TRANS .....</b>   | <b>25</b> |
| 3.1. Transexualidades: resistências como possibilidades de existirem .....  | 25        |
| 3.2. Vidas Trans sob lentes da cisgeneridade: Transfeminismo como lógica de libertação e resistência.....                   | 29        |
| 3.3. Educação e vivências trans: por uma pajubarização do academicismo .....  | 41        |
| 3.4. O que as vozes travestis e trans têm a nos dizer sobre acesso e permanência nas instituições de ensino superior? ..... | 44        |
| <b>4 PESQUISANDO E DIALOGANDO COM NARRATIVAS TRANS: O DESAFIO DE UMA ALTERIDADE EXIGENTE .....</b>                          | <b>58</b> |
| 4.1. Entrevista Narrativa: resgatando experiências e potencializando vidas.....   | 60        |
| 4.2. Prazer, sou Thaynara! .....  | 67        |
| 4.3. Experiências cotidianas que se articulam à universidade: trabalho, saúde, solidão e rede de apoio .....                | 70        |
| 4.4. Cotidiano Universitário: limites e possibilidades de uma vida trans num cenário regulado pela cisgeneridade .....      | 77        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES MOMENTÂNEAS .....</b>  | <b>91</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>95</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Almeja-se, a partir dessa pesquisa, reafirmar o princípio de universalização do ensino, presente na Constituição da República Federativa do Brasil, que diz “(...) a educação é um direito de todos e um dever do Estado (...)”, compreendendo todos, inclusive os sujeitos que não estejam presentes nos discursos normativos e dominantes. A partir do entendimento e apropriação de conceitos foucaultianos como relações de poder num regime de dispositivos normativos, da perspectiva teórica de Judith Butler, especificamente sobre o conceito de performatividade de gênero (BUTLER, 2003; 2019b); tem-se, como questão problema de tal pesquisa: investigar o acesso e permanência de uma estudante trans na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisas tem indicado que travestis e transexuais são constituídas num regime cisheteronormativo marcado por inúmeras formas de violências. A compreensão de acesso ao ensino superior perpassa ao entendimento de ingresso num curso e se relaciona a questões como condição social, cultural e econômica da família e a escolarização do estudante. A permanência, por sua vez, é compreendida como as questões pessoais e institucionais que colaboram para a continuidade dos estudos, garantindo a conclusão do curso, isto é, a não evasão (ZAGO, 2016). Vale destacar que, ao longo desta pesquisa, a noção de evasão não será a de responsabilizar a pessoa, mas de visibilizar as influências institucionais que praticamente expulsam estudantes, como pontuado pela pesquisadora Erika Albuquerque (2020, p.63): “ofensas cotidianas são um “convite” às pessoas trans e travestis para se retirar, a expulsão é escamoteada pela evasão, numa clara tentativa de transferir a responsabilidade pelo abandono escolar exclusivamente para a/o estudante que se vê coagida/o a deixar a escola”.

Nesta pesquisa foi possível dialogar com textos de pesquisadoras e pesquisadores que abordaram questões relacionadas à travestilidades e transexualidades no campo da Educação como Guacira Lopes LOURO (2004), Berenice BENTO (2006), Marco Antonio TORRES (2012), Megg Rayara de OLIVEIRA (2017), Graça CICCILINI (2016) e Neil FRANCO (2018). E como forma de refletir sobre as vivências trans e travesti será articulado com produções de autoras transfeministas como Emilly SOUZA (2019), Viviane VERGUEIRO (2020), Sofia FAVERO (2020), Tiffany ODARA (2020) e Letícia NASCIMENTO (2021). A questão do acesso e permanência de pessoas trans em instituições de ensino superior já foi investigada por autores como Fausto SCOTE (2017), Gisele CASTELANI (2018), André OLIVEIRA (2020), Luana RIBEIRO (2020) e Marlyson PEREIRA (2020) porém, até o momento, não foi feito um recorte específico sobre estudantes trans na UFOP. Cabe sinalizar, neste momento, que minha pesquisa compreenderá a noção de pessoas trans a partir da sinalização feita pela estudiosa

transfeminista Letícia Nascimento (2021, p. 18) que diz “é importante demarcar que o termo “trans\*”, com asterisco, sinaliza a ideia de abarcar uma série de identidades não cisgêneras”. Pessoas trans, nesse sentido, retrataria e incluiria ao longo do texto as pessoas transexuais (que não necessariamente precisam passar por procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual) e as travestis que, embora lutem pelo reconhecimento alinhado a feminilidade social, não se detém, necessariamente, a compreensão como homem ou mulher, mas como um terceiro gênero. O que em Tiffany ODARA (2020) podemos conceber como um posicionamento político de manifestação e questionamento à marginalização histórica do corpo travesti. Neste estudo e alinhado a tal perspectiva, a autodeclaração norteará a forma como reconhecerei a identidade de gênero de Thaynara Menezes (colaboradora da pesquisa). Cabe, neste momento, informar que ela fez questão que utilizasse o nome que se reconhece e não pseudônimo. Tal sinalização veio acompanhada da seguinte frase: “*Passsei 35 anos escondida, não vejo necessidade de me esconder mais*”.

A compreensão dos discursos perpassa o entendimento dos dispositivos da sexualidade propostos pelo filósofo Michel FOUCAULT (1984) na sua primeira História da Sexualidade – Vontade de Saber. Para Foucault, dispositivos “são formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica de dominação. O poder disciplinar obtém sua eficácia da associação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras” (FOUCAULT, 1993, p. 244). Num contexto em que existe um conjunto de enunciados formando discursos que constituem processos de subjetivação, sendo que autor aponta as resistências como luta/resposta imediata à tentativa de individualização. “Quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente” (FOUCAULT, 1995, p. 235). As relações de poder para serem concebidas como tal dependem da existência do outro e de liberdades, isto é, possibilidades de respostas (de violências, consentimentos e/ou resistências). A liberdade é intrínseca às relações de poder, isto é, ela é condição de existência do poder já que as resistências devem ser uma das possibilidades de resposta imediata.

Partindo-se de tais pressupostos, marcado por um regime normativo que faz coexistir relações de poder, Judith BUTLER (2019) apresenta a heteronormatividade como conceito chave para se compreender as relações de poder no campo das sexualidades. “O regime da heterossexualidade opera para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo, e essa “materialidade” é formada e sustentada à maneira e por meio de uma materialização de normas

reguladoras que são em parte aquelas da hegemonia heterossexual” (2019, p. 40). Dentro desse recorte, isto é, desse regimento de verdade, Judith BUTLER (2003) sinaliza que não existiriam outras probabilidades socialmente aceitas que não fossem baseadas na heterossexualidade compulsória, no dimorfismo sexual e no privilégio do masculino, ou seja, da norma de gênero.

Marco Antonio TORRES, Izabela SARAIVA e Rubens MODESTO apresentam no artigo *Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento* (2020), no que se refere às pessoas transexuais, nos últimos anos, o conceito de cisheteronormatividade tem se mostrado como mais adequado para compreender o ambiente de condutas esperado e, conseqüentemente, para nos levar a um entendimento das violências pelos quais as pessoas que não se identificam com a designação de gênero atribuída socialmente em seu nascimento. Também destacamos, neste artigo, as violências apresentadas de diferentes formas e objetivadas teoricamente pelo conceito de transfobia. A noção de cisheteronormatividade, segundo Amana MATTOS e Maria Luiza CIDADE (2016), articula-se como uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero.

Partindo-se da noção foucaultiana da análise dos discursos, Torres, Modesto e Menezes (2020) apresenta a transfobia como dispositivo que opera numa dinâmica, a partir de um regime de verdade onde não se reconhece as vozes e os direitos das pessoas trans. Segundo Neil Franco (2018, p.476), “o fenômeno da transfobia pode ser definido como um processo de recusa histórica, social e cultural pela forma como travestis, transexuais e transgêneros constroem seu gênero e vivem suas sexualidades”. Em sua dissertação sobre implicação da transfobia na permanência de estudantes na Universidade Federal do Paraná, Edna SILVA (2022, p. 17) diz “Transfobia é uma forma de preconceito contra pessoas travestis e transexuais que pode se traduzir em atos de violência física, moral ou psicológica. A transfobia é uma forma de aversão às pessoas trans e se manifesta em diferentes ações de preconceitos, sejam explícitos ou velados”. Uma perspectiva importante abordada por Edna Silva em sua pesquisa é a noção de *transfobia institucional* em que dará visibilidade as nuances específicas das instituições de ensino superior que culminam na maior dificuldade em permanecer em tais espaços.

Alinhada a tal perspectiva, a pesquisadora Erika Albuquerque (2020) apresenta a noção de transfobia institucional a partir do impedimento de direitos das pessoas trans num dado contexto institucional que interferem em sua permanência por terem suas demandas e vivências marginalizadas, ignoradas ou, até mesmo, alvo de violências físicas e/ou

psicológicas. Considerando a universidade como instituição, as situações vividas pela estudante trans será analisada a partir do entendimento de transfobia institucional. Por sua vez, na conceituação da transfobia, Viviane Vergueiro (2015), se posiciona no sentido de aproximação constante às vozes trans, de forma a não esgotar o conceito como finalizado. Nesse entendimento, destaca-se a importância de uma aproximação dos movimentos sociais e não apenas da produção teórica e conceitual do universo acadêmico.

Cabe sinalizar que tais conceituações no universo das pesquisas se apresentam como um desafio acadêmico, no sentido do uso das linguagens e de não fixar noções sobre as temáticas do estudo. Assim, ao abordar questões do universo trans, Torres *et al.* (2020) diz sobre a importância e o cuidado em se apropriar e nos guiar a partir dos saberes trans já produzidos e de deixar evidente a posição política de quem pesquisa. Assim, ao longo do texto irei seguir tal posicionamento como forma de manter um alinhamento ético com as pessoas que se constituírem como colaboradoras de minha pesquisa, seja concedendo entrevistas e/ou apresentado produções acadêmicas sobre as questões trans.

A concepção de gênero será apresentada, inicialmente, a partir dos estudos de Joan SCOTT (1990) e Judith BUTLER (2019a) que, de forma bastante específica, nos ajudam a compreender a noção de gênero como não estáticas. No entanto, as vivências trans serão refletidas a partir da produção teórica de autoras trans, numa perspectiva transfeminista como será descrito posteriormente. Scott (1990) direciona nosso olhar para entender gênero como categoria de análise histórica, isto é, as pessoas não nascem com um gênero inato, mas que deve ser compreendido a partir das influências que o produzem. Já Butler (2019 a) sinaliza para uma noção de gênero que é inteligível quando se alinha compulsoriamente a uma matriz heteronormativa, isto é, a partir do momento que os comportamentos e linguagens não se situam compatível com essa matriz, há um corpo não inteligível socialmente. Percebe-se, por sua vez, que as autoras apresentam diferentes nuances para compreender gênero, porém, convergem no sentido de negar o sentido inato de gênero que se vincularia à genitália, ao sexo de nascimento. No entanto, em termos de especificidade para compreender gênero, Scott sinaliza para não estabilidade e inquietude sobre as verdades para o entendimento do que é ser homem ou mulher e do próprio corpo. Enquanto Butler apresenta a performatividade como reiteração de atos corpóreos que sinalizarão, dentro de determinado contexto, o entendimento sobre gênero, tendo a matriz heteronormativa como hegemônica.

Cabe enfatizar, no entanto, que a narrativa de Thaynara será analisada, principalmente, a partir dos estudos e das perspectivas transfeministas trazidas pelas pesquisadoras e estudiosas trans e travestis, como Megg Rayara de OLIVEIRA (2017), Letícia NASCIMENTO (2020), Tiffany ODARA (2020), Sofia FAVERO (2020), Bruna BENEVIDES (2020), Sara YORK (2020). Sinalizo tal intenção no sentido de destacá-las enquanto importantes referências na produção de conhecimento na atualidade.

A partir desta perspectiva de análise propomos como objetivo principal da presente pesquisa investigar as experiências de uma universitária trans no processo de acesso e permanência na UFOP. Como objetivos específicos temos o levantamento bibliográfico de pesquisa sobre a temática em questão, a produção de narrativa com uma estudante trans da UFOP, apresentação de políticas universitárias que se relacionam com o objetivo geral e, por fim, visibilizar ausências e/ou lacunas institucionais que se relacionam com acesso e permanência de pessoas travestis e trans na UFOP. E que estas lacunas institucionais possam ser refletidas e debatidas pelas próprias pessoas travestis e trans, respeitando as perspectivas das mesmas, alinhadas às suas experiências. Considerando essas questões teóricas citadas, bem como das pesquisas específicas sobre pessoas trans, foi elaborada a seguinte questão: *como se dá o acesso e permanência de estudantes trans na UFOP?* Todavia, essa questão foi produzida mais próxima a minha atuação como servidor público federal atuando como psicólogo da Universidade Federal de Ouro Preto nas áreas de Orientação Estudantil e Moradia.

Ocupando este lugar tive contato com situações que sinalizam inadequações administrativas que não abarcavam as questões trazidas pelas pessoas trans. Principalmente relacionadas aos sistemas informatizados que não estavam adaptados ao reconhecimento do nome social daquelas pessoas. Uma das experiências mais marcantes aconteceu na reunião de Moradia que é um momento obrigatório para todas as pessoas que estavam classificadas no Edital de Moradia, destinado a quem tem interesse em residir numa moradia universitária de critério socioeconômico. Uma estudante trans fez inscrição e foi classificada. E o fato de o Sistema de Moradia não reconhecer um outro sistema, denominado Sistema de Graduação (que reconhece o nome social), fez com que ela estivesse classificada na lista masculina com seu nome morto. De forma rápida, eu e outra profissional da Área de Moradia que estávamos conduzindo a reunião, percebemos o equívoco e fizemos o ajuste na hora da reunião, inserindo-a na lista feminina. As pessoas presentes na reunião perceberam o que estava acontecendo e a estudante nos agradeceu pela intervenção. Ela ocupou uma vaga feminina na moradia estudantil. Porém,

entendo que após sucessivos pedidos ao setor responsável para atualização de tais sistemas, de forma a reconhecer o nome social em todos os sistemas institucionais, a sua não atualização diz sobre o descaso para com o pedido e, logo, como uma sinalização de uma transfobia institucional.

A partir de tal vivência, torna-se importante destacar que na UFOP existem políticas direcionadas diretamente as pessoas trans, como a Resolução CUNI nº 1.765 que regulamenta institucionalmente o uso do nome social de pessoas trans na UFOP (UFOP, 2015); e políticas que buscam criar espaços de reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade, como o Programa de Incentivo a Diversidade e Convivência – PIDIC (UFOP, 2018). Para dialogar com a colaboradora da pesquisa será utilizada entrevista narrativa que se caracteriza por encorajar e estimular a entrevistada a contar sobre algum acontecimento importante da sua vida e do ambiente social, compreendendo os contextos em que as biografias foram construídas, considerando fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes (MUYLAERT et al., 2014).

Assim, pode-se considerar que o intuito dessa pesquisa foi o de realizar uma investigação com uma estudante trans da Universidade Federal de Ouro Preto, buscando conhecer suas experiências em relação ao acesso e permanência em tal instituição. De forma a garantir um entendimento sobre o presente estudo, apresentarei a seguir como foi organizado o texto.

No segundo capítulo, apresento um pouco minha história de vida como homem branco, cisgênero e gay, enfatizando as experiências escolares como situações de opressão e resistências que, embora causassem dor e angústia, se mostram pequenas diante das diárias e violentas opressões vividas pelas pessoas trans nas instituições de ensino. Essa parte busca se alinhar ao compromisso de deixar evidente minha condição de pesquisador cisgênero, considerando que abordarei pessoas trans, isto é, que tem experiências singulares e distantes das minhas. No entanto, enquanto pesquisador cisgênero, mas tendo vivido violências que também me causaram sofrimento, me senti convidado por Sofia FAVERO (2015) quando ela sinaliza em seu texto *Pode o cisgênero falar?*: “Eu quero vocês perto de mim, tão perto que as dores sejam confundidas e deslocadas, para que eu não precise mais explicar o que é apanhar na rua ou ser expulsa de casa, pois vocês já saberão e estarão situados contra. Essas alterações demandam uma fala, uma conversa, um diálogo”. Cabe ressaltar, neste momento, a importância do conceito

de interseccionalidade<sup>1</sup> para compreender tais vivências singulares, únicas. Enquanto pessoas, influenciadas por diversos marcadores sociais e políticos que se entrecruzam num dado contexto e que precisa ser considerado ao analisar determinada vivência (FAVERO, 2020). Considero importante ressaltar que a noção de interseccionalidade possui algumas tensões com o campo de pesquisa mais próximo ao pós-estruturalismo, em que situamos a perspectiva foucaultiana de discurso, contudo considero possíveis algumas articulações teóricas no contexto de presente pesquisa.

No terceiro capítulo apresento conceitos teóricos importantes para compreensão das vivências trans, principalmente, abordando questões e entendimentos relativos à noção de gênero e o quanto estes se alinham uma matriz hegemônica que tinha como referência de normalidade a cisgeneridade. Assim, considerando a perspectiva histórica (marcadamente orientada por produções cisgêneras, alinhadas à cisheteronormatividade), apresento a noção de transexualidades, de despatologização dos corpos trans ao longo do tempo, bem como aspectos que se relacionam à transfobia institucional para analisar melhor as narrativas que serão apresentadas. E o capítulo da Metodologia se alinha a tal entendimento, apresentado a entrevista narrativa como possibilidade de produção de dados mais apropriada a abarcar a dimensão de vida das pessoas trans. Para finalizar, apresento os resultados da pesquisa trazendo trechos da narrativa da universitária trans, tendo como referências de análises as compreensões trazidas sobre ensino superior elaboradas por Edna SILVA (2021) e Erika ALBUQUERQUE (2020), o lugar político e a força do testemunho e das experiências das trans e travestis apresentada por Tiffany ODARA, Sofia FAVERO, Megg Rayara de OLIVEIRA, Viviane VERGUEIRO e outras pesquisadoras trans.

Cabe notar que a presente pesquisa faz parte de um projeto mais amplo de pesquisa denominado: *Gênero e Sexualidades em contextos educacionais*, tendo como pesquisador responsável o Prof. Dr. Marco Antônio Torres, vinculado ao grupo de pesquisa Caleidoscópio da UFOP. O objetivo geral da pesquisa citada é analisar processos de subjetivação de LGBTQIA+ em contextos educacionais a fim de identificar estratégias de sobrevivência desses sujeitos e teve aprovação do Comitê de Ética da UFOP sob o registro CAAE 55477621.7.0000.5150.

---

<sup>1</sup> O conceito de interseccionalidade surge em meio a insatisfação com a produção teórica do feminismo hegemônico que não considera as opressões vividas por mulheres negras. Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado”.

## 2 UM POUCO DE MIM COMO RECONHECIMENTO DE SI MESMO: QUE O CARNAVAL NÃO TENHA FIM

Este capítulo é fruto de inquietações que surgiram em vários momentos das aulas da disciplina eletiva *Sujeito, constituição e/ou identidades culturais*, ofertada no Mestrado em Educação da UFOP em 2021 pela Profa. Margareth Diniz e pelo Prof. Marco Antonio Torres. O fato de ser eletiva é algo que deve ser destacado já que eu não fui obrigado a cursá-la. Fiz a inscrição na disciplina e a concluí. Chegar até o final da disciplina é algo que diz muito sobre a experiência, pois a escolha poderia ter sido diferente. Cursá-la até o fim diz sobre um caminho *em movimento*. Ao longo deste caminho, pude estar atento ao que era verbalizado pelas pessoas que estavam na aula e sobre as muitas reflexões problematizadoras, ora realmente ligadas aos textos indicados, ora completamente distantes da bibliografia sugerida pelos docentes. Quando as reflexões se distanciavam da bibliografia indicada para determinada aula, percebia-se a presença de sujeitos revelando a si mesmos, inquietos por ir além da indicação inicial. “Descomprometidos” com uma orientação mais conteudista, mas comprometidos com algo de si mesmos. E a condução leve por parte dos dois docentes (profissionais formados em Psicologia atentos às sutis nuances daquele descompromisso coletivo) me tocou e me inspirou a dizer sobre mim, enquanto sujeito pesquisador alinhado ao posicionamento defendido por Torres, Modesto e Menezes (2020). Estes sinalizam o quanto é importante se identificar quem pesquisa, pois dá indícios da relação com objeto de pesquisa e com as pessoas e grupos que participam de nossas pesquisas, tanto no sentido de “reconhecer a legitimidade das demandas daqueles grupos, ou de uma proximidade crítica por viver questões semelhantes àquelas relacionadas ao seu campo de investigação” (p.125). Tal inquietude diante da tarefa diz sobre o reconhecimento diante de si mesmo como compromisso ético e estético está alinhada à noção de cuidado de si que se “constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2018, p. 11).

Numa perspectiva interseccional, embora enfatizando sempre as questões de gênero, considero importante iniciar dizendo: sou branco; e homossexual assumido<sup>2</sup> desde os meus quatorze anos de idade. Dizer a idade com que me assumi homossexual é algo que considero extremamente importante, pois diz sobre uma mudança de olhar para a sociedade, para mim mesmo e que se

---

<sup>2</sup> Assumir se relaciona a matriz heteronormativa que se impõe sobre minhas experiências. Cabe, neste momento, mencionar uma pergunta inquietante feita pela Profa. Megg Rayara: *Qual pessoa hétero reúne a família para se assumir heterossexual?*

relaciona à minha pesquisa por entender que minhas condições de vida naquele momento (em que estava inserido na escola) dizem sobre influências que se relacionam à temática da minha pesquisa. Ser um sujeito cisgênero-homossexual branco me aproxima das violências relacionadas aos dispositivos ligados à heteronormatividade, mas me colocam numa posição privilegiada de não vivenciar as violências que as pessoas trans estão suscetíveis. Privilégio também pelo fato de ser branco num país racista, isto é, tenho consciência que tal condição me resguarda em relação às violências raciais. Dessa forma, tenho consciência dos meus privilégios, que só se mostraram ameaçados quando, aos quatorze anos, resolvi *chutar a porta do armário para me assumir*, embora, em alguns momentos de ameaças físicas, eu tente me refugiar em outros armários para sobreviver. A partir da perspectiva discursiva de Michel Foucault é preciso ter em vista que os discursos racistas e cisheteronormativos nos constituem como sujeitos de nosso tempo, portanto interrogar a si mesmo deve ser um exercício constante diante da diferença, de uma alteridade exigente. Por isto, a escolha dos diálogos teóricos e analíticos, da escolha do texto e mesmo da composição da banca precisa ser referenciada pelos saberes e fazeres trans.

Falando em família. Sou filho de um pai branco, PhD em química e que me criou fazendo perguntas cartesianas (esperando sempre uma resposta exata no final...) e incentivando, desde sempre, a estudar muito (e sempre) e nunca deixar de questionar as evidências (diria que esse seria um traço foucaultiano da minha educação e que se aproxima muito das minhas ambições, enquanto pesquisador iniciante). Sou filho de uma mãe parda, dona de casa e que ora diz que concluiu o ensino médio, ora desconversa. Mas é ela que me inspira nos atendimentos profissionais e se aproxima mais da essência de Paulo Freire: escutando todas e todos com simplicidade e buscando sempre o que há na alma das pessoas. Pai e mãe cancerianos (desculpe pela citação astrológica informal, mas *proposita* num texto sobre violências e formas de sobreviver) que, em suas diferenças, tem a família sempre em primeiro lugar. Como tipicamente cancerianos, sempre estive rodeado de muita atenção, amor e drama. Diria que fui criado numa tradicional família brasileira apresentada nos comerciais de televisão: classe média, que *reza* antes das refeições e incentiva todos os filhos a estudar. A educação sempre como prioridade. Cresci ouvindo em casa a reprodução de discursos socialmente aceitos e alinhados à perspectiva hegemônica.

Se não fosse minha vida cigana (já morei em 32 casas; em 9 cidades), diria que minha vida seria bem previsível. Mas penso que essa vida cigana e *em movimento* me possibilitou conhecer e

experimentalizar uma diversidade enorme de situações e, principalmente, de pessoas. E a previsível e rotineira visão de mundo ensinada dentro de casa foi colocada em xeque nessa vida cigana. Havia um mundo fora da minha casa e era muito mais interessante e imprevisível. E mais, fui constatando que a imprevisibilidade que gerava transformações era promovida pelas próprias, embora poucas, pessoas. E que, quando resolviam transformar, *resistir*, e se inquietar diante do que era tido como norma, não era tão bem aceito assim. A explicação dessa tensão típica de relações de poder foi bem descrita por Foucault (1995): “o exercício do poder consiste em "conduzir condutas" e em ordenar a probabilidade” (p. 244). E para não fugir dos objetivos do meu estudo (uma pesquisa no Mestrado em Educação) vou me concentrar e destacar experiências que vivi nas instituições educacionais.

Meu pai (ex-professor da Universidade Federal de Viçosa) sempre foi um defensor da escola pública e idealizador de uma educação para todos. Morávamos em Campo Grande, bairro na zona oeste do Rio de Janeiro, e ele sempre dizia que estudar no CIEP Nelson Mandela (localizado no mesmo bairro) nos capacitaria para a vida. A história de Nelson Mandela era sempre contada dentro de casa. Meu pai era pesquisador da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e morávamos no condomínio vinculado à tal instituição. Assim, não pagávamos aluguel e todas as pessoas o questionavam sobre os filhos não estudarem em colégio particular. Meu pai resistia às investidas neoliberais (imagino eu, hoje). Na época, só queria saber de estudar (inclusive nas férias) e brincar nos intervalos das aulas.

Amava a Educação Física e um dos momentos mais inesquecíveis (que se relaciona ao gênero) foi o dia que ganhei medalha de prata no campeonato de corrida no CIEP. Um menino e esportista: motivo de orgulho e de aplausos por todos e todas da escola. Eu recordo esse momento e penso como os meninos são incentivados e admirados por competirem. Não muito distante dos dias de hoje. Nessa época eu tinha uns 6 anos de idade e lembro muito bem que para mim só existiam homens e mulheres. Até me recordar do meu primeiro carnaval. Na varanda de casa, no Rio de Janeiro, agarrado a grade de metal, vejo um homem vestido de bailarina vindo em minha direção. O homem parecia tão alegre e divertido: aquela imagem me marcou. Corri para dentro de casa e falei: vi um homem que é uma bailarina! Meu pai e minha mãe disseram: “*é carnaval, TUDO pode*”.

Depois daquele momento, entendi que tudo podia acontecer no carnaval. Mas, e quando não fosse Carnaval? Esta pergunta não tive *coragem* de fazer aos meus pais. Esse meu receio seria um testemunho, nesse momento, dos códigos que me determinariam, enquanto sujeito? Butler

(2019) apresenta a formação do sujeito em Foucault: “o sujeito se forma em relação a um conjunto de códigos, prescrições ou normas” (p. 28). Ainda, em Butler, tal entendimento se aproxima da noção de opacidade quando buscamos o reconhecimento de si já que tais códigos dizem sobre uma história anterior ao nosso nascimento que age sobre nossas vidas e nas relações que estabelecemos no presente, mas que não temos total conhecimento, pois algo sempre nos excede.

Mudei para o Espírito Santo e fui morar na praia de Guriri, bairro de São Mateus. A bailarina ficou para trás, mas eu continuei sem entender o porquê só no Carnaval tudo podia. Cresci e fui experimentando ser estudante ouvindo que fulano era mulherzinha, sicrano era viadinho. Nunca me chamaram de viadinho, até porque eu era o menino que tinha medalha de prata (pregada na parede do meu quarto!) e escrevia lindas cartas para as meninas da minha sala: uma espécie de Dom Juan literário que conquistava pela escrita, mas que, no fundo, no fundo, sabia que não era nada além de palavras e sentimentos de amizade. As meninas adoravam e eu fui me envolvendo com elas, numa mistura de amizade colorida, com necessidade, talvez, de me proteger para o que tinha, de verdade, dentro de mim. As meninas gostavam das cartas e as famílias se divertiam contando sobre os meus vários romances (*um cafajeste, sendo autorizado a ter muitas mulheres*). Nunca soube, mas imagino que a partir de uma noção cisheteronormativa, as cartas para as meninas confirmavam para meus familiares que eu estava no caminho certo (bem próximo da matriz hegemônica heteronormativa). Ter uma medalha e escrever cartas *para as meninas* se alinhavam a noção performática de gênero em Butler, em que atos reificados produziram minha condição de homem heterossexual. O que, na prática, era extremamente confortável para mim e, principalmente, para todos à minha volta que governavam meu corpo.

Em meio a troca de cartas, aguardava o Carnaval, na expectativa para reencontrar a bailarina. E apesar de ser um amante de futebol e escritor de cartas românticas, começava a me identificar cada vez mais com os viadinhos e mulherzinhas da escola. Sempre que possível, buscava ficar próximo, mesmo que tivesse receio que me xingassem também.

Hoje constato que minha performatividade na época, isto é, os atos reiterados por mim se aproximavam muito da matriz heteronormativa: usava camisa de futebol e amava esportes violentos, escrever cartas para as meninas, voz grossa, etc. Em Butler (2019, p. 16), constatamos como “as normas regulatórias do sexo trabalham de forma performativa para constituir materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.”

A infância ficaria para trás, dando início a adolescência. Como se não coubesse mais em mim, chutei a porta do armário: me assumi homossexual. Assumir diz sobre um cenário, uma sensação de enclausuramento num armário religioso, protegido do pecado. Hoje, minha consciência da liberdade e possibilidades de existir sem culpa me abriu novos horizontes. Mas, naquele momento, assumir era uma realidade num contexto marcado por orações diárias sem que eu desse conta que minha ida às missas aos domingos fosse mais um ritual cotidiano do que propriamente uma escolha consciente. Assumir diz sobre minha família que tanto amo, mas que, sem refletir muito, acaba se comportando cotidianamente em busca de um lugar no céu.

Nessa época, morava e estudava em Guanhães, cidade extremamente religiosa, localizada no leste mineiro, e que, na época, tinha aproximadamente 24.000 habitantes. Eu era o único sujeito branco classe média assumidamente homossexual com quatorze anos de idade. Preparei um terreno de apoio social antes: contei para familiares próximos que demonstravam mais abertura e formei uma rede de amizades que “aceitavam” minha orientação sexual. Todos estes amigos tinham mais de vinte e sete anos de idade e já não estavam mais em idade escolar, isto é, na minha escola eu era a única referência de sujeito que resistia a norma heteronormativa. Hoje tenho consciência que ter um contexto de apoio e acolhimento talvez seja a mais importante forma de se ter garantias para permanecer vivo, sobreviver num cenário de violência. “Essa violência surge sempre que um jovem gay é impedido de narrar seu sofrimento, seja na sua escola, seja em outro lugar. O impedimento dá-se pelo desprezo do coletivo, pelas ameaças do outro, pelas coações emocionais do sujeito ou por tantos modos em que a mudez fabrica silêncios e medo” (TORRES; MODESTO; SARAIVA, 2019, p. 04).

Ser assumidamente gay e com uma rede de apoio de referência não me impediu de vivenciar a homofobia, enquanto dispositivo da heteronormatividade. Foucault (1988) cunha o conceito de dispositivo para compreender como uma gama de forças díspares que se envolvem a partir de finalidades específicas, produzidas por meio de práticas discursivas e não discursivas, instituições, leis, enunciados científicos, filosóficos, filantrópicos e morais que incidem sobre a constituição dos sujeitos, organizando-as (*apud* SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2019).

Práticas discursivas e não discursivas que orientam o dispositivo da homofobia estiveram presentes nas minhas experiências: dos “amigos” que se afastaram e nunca mais me chamaram para jogar futebol com eles; do “canto homofóbico” elaborado e cantado aos gritos pelos meninos do segundo ano do Ensino Médio que ouvi durante todo ano (na hora dos intervalos) sem que ninguém da escola fizesse nada; das duas tentativas de assassinato que já passei pelo

simples fato de ter me tornado um gay com trejeitos (*chegar em casa rasgado e sujo de lama, pedindo minha mãe para abrir a porta é algo sempre muito impactante*). Violência física com requintes de crueldade que precisam ser escritas, pois minha condição social (classe média) não impediu que eu me tornasse vítima das lógicas heteronormativas.

As condições difíceis de se assumir numa cidade pequena eram previstas por mim, apesar de nunca ser tranquilo viver num cenário de violências diárias. A previsibilidade que menciono diz respeito ao regime de verdade pelo qual orientava minha reflexividade. “O regime de verdade fornece um quadro para a cena do reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento” (BUTLER, 2019, p.35). A reflexividade inerente à minha relação com tal cenário de reconhecimento, isto é, essa operação crítica, põe tal regime de verdade em questão e, conseqüentemente, a capacidade minha de falar sobre mim mesmo. Diante de tal quadro de referências que possibilitaram meu reconhecimento, segui o lema familiar: continuei estudando até ser aprovado no vestibular.

Iniciei a graduação de Psicologia na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) em 2004 e estar numa cidade universitária me trouxe possibilidades de liberdade que nunca tinha experimentado antes. A vigilância do outro é sempre recorrente, mas tive coragem de viver mais comprometido com minhas verdades. Em meio a muitas festas, cervejadas e oportunidades de viver num ambiente mais diversificado e menos homofóbico, hoje, enquanto profissional de uma universidade e pesquisador iniciante, lembro muito bem que não existiam pessoas trans na UFSJ. Na verdade, não lembro de ninguém falando ou comentando sobre tais pessoas na universidade, embora me deparasse com muitas bailarinas nos muitos Carnavais da cidade. Daí lembro do meu pai e da minha mãe: no Carnaval tudo pode!

Em meio a esse contexto de violência ética (BUTLER, 2019), que meu reconhecimento enquanto gay cisgênero se deu em uma vida onde meu corpo nunca foi bem-vindo, a vida foi me mostrando que o Carnaval passa, mas que uns lutam para que ele permaneça enquanto possibilidade de existir e (re)xistir. A violência ética se dá justamente quando a fala daquele que sofre é desclassificada e/ou silenciada, em meu caso, pelo dispositivo da homofobia.

Essa breve autobiografia com experiências que julgo serem importantes nesse momento talvez explique minha formação em Psicologia e minha aprovação no concurso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2010. Minha história profissional, de forma resumida, é

direcionada ao acompanhamento de estudantes com dificuldades acadêmicas e que buscam permanecer na universidade. E se na condição privilegiada, enquanto sujeito branco-classe média, lutei para permanecer na escola, na universidade e na vida, como não se sensibilizar com as pessoas trans que lutam para sobreviver além dos 35 anos de idade<sup>3</sup>?

As experiências que vivi ao longo da minha história de vida e os desafios profissionais me produziram enquanto sujeito, dando sentido a possibilidade de participar do Mestrado em Educação e pesquisar sobre acesso e permanência de pessoas trans na universidade. Entendo esse movimento como consequência de um amadurecimento pessoal e, por perceber que as pessoas trans com as quais tive contato na UFOP sinalizavam por permanecerem vivas, isto é, buscavam reconhecimento para além do assujeitamento a uma matriz cisgênera. Segundo Jaqueline de Jesus (2012, p. 41), “cisgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. Entendo esse debate como colocado por Felipe Silva, Emily Souza e Marlos Bezerra (2019, p. 3) em que se “deseja produzir reflexões dedicadas a propor uma análise mais igualitária, na medida em que compreendemos ambas as formas de identificações de gênero como apenas mais uma das diversas características que compõem a espécie humana e suas experiências”.

E, diante do que relatei, me senti na obrigação de não ser conivente com a violência ética. Busco não reproduzir a postura despreocupada e inativa dos profissionais da escola que ouviam o canto homofóbico direcionado a mim e não fizeram nada: como se nada estivesse acontecendo, ou como se o que estivesse acontecendo deveria, de fato, continuar acontecendo. Violência ética naturalizada como ética possível da vida, isto é, em que uns merecem viver, enquanto outros ficam à mercê do destino. Esse breve relato pessoal, visivelmente permeado de violências direciona meu olhar para alianças entre os que também se sentiram ou se sentem violentados/as/es. E isso me aproxima de Sofia FAVERO (2015) quando ela diz sobre pesquisadores cis realizando pesquisas sobre vivências trans: “A elaboração de alianças se dá coletivamente e é plural, a partir de uma série de vozes, objetivos e apoios. Se a minha disposição, ao militar pelo reconhecimento de humanidade das travestis e pessoas trans, é

---

<sup>3</sup> Segundo a Rede Trans Brasil (2017), a expectativa de vida de travestis e transexuais, com base em pesquisa do IBGE de 2013, não passa dos 35 anos (menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral). Esse dado é corroborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que denunciou que a expectativa de vida das pessoas transexuais na América Latina é de 35 anos. (apud Modesto, 2018, p. 57)

também fazer as pessoas cis se colocarem no meu lugar, através de uma certa empatia, isso significa que o conteúdo passado por mim deixou de ser meu e foi assimilado por elas”.

Diante de tal fala, reafirmo meu compromisso em aproximar de forma atenta, cuidadosa e não violenta. Já, de antemão, peço desculpas a todas as pessoas trans que, ao ler esse texto, perceber que eu ainda não alcancei o que me proponho: ser, cada dia mais, uma pessoa que aprende a enfrentar e questionar as lógicas cisheteronormativas. Tenho consciência do quanto estou impregnado por um regime de verdade cisgênero.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO PARA COMPREENSÃO DAS VIDAS TRANS

#### 3.1 Transexualidades: resistências como possibilidades de existirem

Considerando que a escola desde sua criação assumiu o papel social de disciplinamento e ajustamento dos corpos de acordo com as normas vigentes de cada sociedade, Ricardo Henriques *et al.* (2007) observam que as questões de gênero e sexualidades sempre foram preocupações e pauta presentes no contexto educacional brasileiro, ancoradas nesses princípios de normalização. Esse quadro se modificou a partir do final das décadas de 1970 e 1980 quando o movimento feminista passou a requerer novos olhares sobre as hierarquias de gênero e de sexualidades, enfatizando essas discussões também nos espaços escolares. Tais olhares conduzidos a partir uma perspectiva pós crítica, assentiram ao campo de análise social outros processos de dominação tais como raça, etnia, gênero e sexualidades, oportunizando outras interpretações para os conceitos de alienação, emancipação, libertação e autonomia. Ampliam-se, como isso, as possibilidades de compreensão dos processos estabelecidos a partir das relações de poder e dominação que nos têm constituído historicamente (ALMEIDA; CICILLINI, 2016). Cabe pontuar, no entanto, que nas décadas de 70 e 80 não havia uma discussão teórica que contemplasse as vivências travestis e trans, principalmente, em articulação com suas narrativas. Nesse sentido, como será apresentado posteriormente, estudiosas transfeministas inauguram um novo campo do saber no país, ao visibilizar conhecimentos relativos a vivências trans em articulação com suas perspectivas e cotidianos.

Esse novo cenário de discussão de gênero e sexualidades (a partir dos anos 70 e 80), que traz uma nova perspectiva teórica, acaba por impulsionar o surgimento de pesquisas relacionadas às vidas abjetas. Em entrevista realizada por Baukje PRINS e Irene MEIJER (2002), Butler apresenta a noção de que corpos abjetos devem ser compreendidos não como conceito objetivo e acabado, mas como existências políticas que invocam por uma existência possível num cenário de impossibilidade. Apropriando-se do entendimento de Butler, a noção de abjeção no texto partirá das narrativas das pessoas trans entrevistadas como aspectos de negação as suas vidas. Entendendo que não podemos estabelecer um exemplo como definidor exato de abjeção, pois ele se revela no discurso e considerando aspectos culturais e de outras ordens (PRINS e MEIJER, 2002). A partir dos anos finais da década de 2010 surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento, apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esse

segmento social confinado histórica, social e culturalmente ao universo da marginalidade. Em tal momento, cabe destacar o que Sofia Favero (2020, p. 03) diz:

Ao longo dos anos 2000, outras obras com essa população começaram a pulverizar na academia. Uma nova onda de pesquisadores estava em ascensão, como foi o caso de Benedetti (2005) e *Toda Feita*, Bento (2006) e *a Reinvenção do Corpo*, Lionço (2006) e *Um olhar sobre Transexualidade*, assim como Arán (2006) e *O Averso do Averso*. O campo que antes poderia ser chamado travestilidade passava a atender ao rótulo de “estudos trans” ou “questões trans”. Deixou de existir um foco no trabalho sexual ou na proposta etnográfica, desencadeando uma discussão sobre saúde e clínica. Trataria-se de outro momento para a academia, no qual é possível observar a emergência de disputas pela despatologização do gênero, que estavam sendo reforçadas por diferentes pesquisadores e pesquisadoras dos guias diagnósticos, sendo essa uma crítica incorporada pelos ativismos trans.

A partir da compreensão de que o cenário de exclusão das pessoas trans é real e entendendo a importância de dar visibilidade aos estudos sobre tal temática, Neil FRANCO e Graça CICCILINI (2016) em seu artigo *Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte*, apresentam um estado da arte sobre estudos que se dedicam à relação universo trans e educação. Ao longo do artigo são apresentados estudos e publicações que garantem uma compreensão de algumas realidades de pessoas trans, bem como conceitos que se aproximam da investigação proposta em minha pesquisa.

Inicialmente, aponta a representatividade da produção de Berenice Bento nos estudos trans no país, ao problematizar os critérios de normalidade e anormalidade instituídos pelas instituições sociais ao lidarem com as demandas de pessoas “que vivem o gênero para além da diferença sexual” (FRANCO; CICCILINI, 2016, p.127). Dessa forma, chama atenção para conceitos como “engenharia de produção de corpos normais” (BENTO, 2008, p.131) no universo escolar que extrapola os muros da escola pelo seu caráter social e alinhado aos discursos da sociedade. Para compreensão dos estudos a respeito das transexualidades, cabe apontar o entendimento de gênero como categoria de análise histórica introduzido por Joan Scott (1990). A autora propõe um entendimento que traz como princípio desestabilizar a noção estática sobre gênero tendo como base o sexo. Assim, enquanto até então tínhamos uma noção de gênero binária (homem e mulher) atrelada a genitália, a autora nos provoca a compreender uma noção de gênero histórica e fruto de outras possibilidades com influências culturais, apesar de ter dado um foco grande ao binarismo como referência teórica nos seus primeiros trabalhos.

Partindo-se de tais perspectivas, seja de forma crítica e/ou rearticulando posições teóricas, intelectuais travestis e trans tem se reunido e articulado no sentido de produção relacionada as suas vivências, destacando o transfeminismo como importante linha teórica. O transfeminismo,

ao situar a cisgeneridade como concepção hegemônica na produção de discursividades, reafirma o quanto as vivências travestis e trans são marcadas por especificidades não vividas pelas pessoas cis. Tal ponto nos leva a buscar, como compromisso de compreensão das vivências trans, a necessidade de nos atentarmos as falas e narrativas de travestis e transexuais como forma de compreensão de suas singularidades. Assim, se torna urgente visibilizar e buscar as produções das autoras travestis e trans já citadas anteriormente, bem como o que vem sendo produzido nas redes digitais por pessoas trans que não estiverem necessariamente no meio acadêmico. Visibilizar narrativas ditas para além da academia, se alinha ao que Sofia Favero (2020) diz sobre pajubar a ética, invocando perspectivas e metodologias que consideram o mundo cotidiano das pistas, das ruas, das vivências diárias das pessoas travestis.

Considerando as perspectivas teóricas das autoras citadas anteriormente, cabe destacar que, nos últimos anos, tem ocorrido no Brasil uma ampliação no campo educacional relacionada à população trans, através de políticas públicas, projetos de lei e ações sociais que visam ampliar a visibilidade social, política e econômica dessa população. Dentre as ações que contribuíram para o acesso de pessoas trans nas universidades públicas, destacam-se o ENEM como importante meio de acesso ao ensino superior e as normativas que regulamentam o uso do nome social pelas pessoas trans (SCOTE, 2017).

Especificamente na Universidade Federal de Ouro Preto, em 30 de julho de 2015 foi aprovada a Resolução CUNI n. 1.765, regulamentando a utilização do nome social por Discentes, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes daquela instituição. Segundo Natália LISBOA (2019, p. 135) “a adoção do nome social no âmbito da UFOP tem como objetivo garantir direitos fundamentais e evitar constrangimentos às pessoas considerando sua identidade de gênero e/ou social, evitando, assim, a evasão escolar de quem se sentir violentado”. No ano de 2015 foi instituída a obrigatoriedade do uso do nome social em instituições de educação no Brasil. Porém, “depoimentos evidenciaram o não cumprimento dessa legislação e estudos apontam que normatizar o nome social isoladamente não é uma medida suficiente para que esse estudante se sinta acolhido nas suas peculiaridades” (Viana *et al.*, 2022).

Cabe destacar ainda, no âmbito da UFOP, a aprovação da Resolução CUNI n. 1.967 (UFOP, 2018), que regulamenta o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), proposto pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e que atende aos objetivos do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) – Decreto N° 7.234. de 19/07/2010. Um dos

princípios do PNAES é o de "[...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior" (LISBÔA, 2019).

Ao realizar pesquisa sobre a emergência de professoras transexuais e/ou travestis nas escolas públicas, em sua tese, Marco Antonio TORRES (2012), apesar de reconhecer a importância desses planos de inclusão de direitos LGBT na contemporaneidade, fruto da ascensão dos direitos à população LGBT, considera que, no geral, as orientações encontram impedimentos de diversas ordens na escola. Esses obstáculos estão desde a sala de aula, passando pela gestão escolar e chegando até em intervenções políticas nacionais (TORRES, 2012, p. 86). Assim, percebe-se que a vivência nas instituições de educação por parte das pessoas trans é muito mais complexa e precisa ser entendida para que sejam avaliadas se os dispositivos legais estão garantindo, de fato, que consigam usufruir da chance que estão tendo. Essa luta não deixa de ser política ao envolver um questionamento de uma ordem produzida pelo dispositivo da sexualidade que funciona de modo que as pessoas não alinhadas à heteronormatividade estariam excluídas por não constituírem suas subjetividades ao modelo hegemônico (BUTLER, 2019). A investigação de Adriana SALES (2012) sobre inserção e permanência de jovens travestis nas escolas públicas de Cuiabá-MT, considerando suas narrativas merece atenção. A autora verificou um processo de resistência por parte das discentes no sentido de desencadear ressignificações da transfobia: “[...] essas alunas não querem ausentar-se e, mais que isso, reconhecem nesses espaços e etapas de vida importante e significativo momento para serem reconhecidas, contempladas como humanas e como mais uma variante das possibilidades de existir” (SALES, 2012, p. 106).

Em relação aos estudos do universo trans no ensino superior, pesquisadoras e pesquisadores (Fausto Delphino SCOTE, 2017; Marlyson Junio PEREIRA, 2020; Gisele Aparecida CASTELANI, 2018; Crishna Mirella de Andrade CORREA, 2017; André Lucas Guerreiro OLIVEIRA, 2020; Luana Fonseca Pereira RIBEIRO, 2020; Adriana Lohanna dos SANTOS, 2017; Emilly Mel Fernandes de SOUZA, 2019) tem destacado o quanto a presença das pessoas trans no Ensino Superior tem sido mais frequente. Tal fato, por sua vez, é marcado por especificidades importantes que são consideradas pelas estudosas e estudiosos. Oliveira (p. 99, 2020), diz que a “transfobia é estrutural, mas atua de diferentes maneiras, cada qual com o seu poder de exclusão. Nas instituições de ensino superior vigoram práticas mais sutis, menos perceptíveis “a olho nu”, não por isso, menos violentas e normatizantes”. Souza (2019), por sua vez, ao estudar as políticas de acesso e permanência estudantil de pessoas trans nas Instituições

Federais de Ensino Superior (IFES) do Rio Grande do Norte, diz sobre avanços, mas chama atenção para a insuficiência das políticas para alguns, em virtude de seus contextos e necessidades. Pereira (2020) pondera desafios institucionais na Universidade para as pessoas trans, mas resume, pelas narrativas das entrevistas em sua tese, que a Universidade pode ser compreendida como possibilidades para outras rotas, isto é, resignificando a limitação tão presente no cenário social que estas pessoas estão acostumadas a experimentar.

Com base em tais perspectivas teóricas e nos apontamentos feitos pelos estudiosos sobre temática do universo trans na educação, esta pesquisa propõe investigar as condições acesso e de permanência de uma estudante trans na Universidade Federal de Ouro Preto. Busca-se, a partir dessa questão problema, compreender suas experiências, especificamente enquanto estudante no ambiente universitário, entendendo quais estratégias adota para conseguir permanecer num ambiente acessado em sua maioria por pessoas não transexuais. “A aproximação teórica e empírica com essa população tem conduzido à compreensão de que, na maioria das vezes, a tentativa de categorizações identitárias específicas desses sujeitos torna-se um processo equivocado e fadado ao fracasso. Portanto, a expressão trans nos remete – de forma mais fluída - a sujeitos que transitam, ultrapassam e/ou permanecem nas fronteiras das sexualidades e, sobretudo, do gênero” (ALMEIDA; CICILLINI, 2016, p. 123).

### **3.2 Vidas Trans sob as lentes da cisgeneridade: Transfeminismo como lógica de libertação e resistência**

Historicamente, a presença de pessoas trans nas escolas foi marcada por um não lugar, isto é, em experiências de não pertencimento, culminando em descontinuidades nos estudos e, até mesmo, em evasão. Luma de ANDRADE (2012), Alessandra BOHM (2009) e Marina REIDEL (2013) sinalizam em seus estudos o quanto os corpos trans em instituições de ensino são alvo de chacotas, humilhações e violências, em decorrência de uma vigilância social que tem nos dispositivos cisheteronormativos, modos de operar sobre tais corpos, tornando-os não legitimados, irreconhecíveis nas práticas discursivas dos sujeitos e que podem ser alvo de violências nas relações de poder. A noção de dispositivos normativos em Foucault está entrelaçada à compreensão de discurso caracterizado como conjunto de enunciados oriundos de um sistema dominante (permeado de saberes legitimados socialmente - médico e religioso, por exemplo) que dita quais deles podem ou não ser aceitos. Para Foucault, dispositivos “são formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica de dominação. O poder disciplinar obtém sua eficácia da associação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras” (FOUCAULT, 1993, p. 244).

Assim, cabe pontuar a historicidade de tais discursos numa concepção de relações de poder em que se evidencia em momentos de estabilidades e tensões. Nessa perspectiva não estática e em constante transformação, torna-se importante apontar alguns momentos históricos na construção de discursos e de sistemas normativos que influenciam na forma como os corpos trans são tratados. O entendimento sobre as vidas trans ao longo da história perpassa a necessidade de apontar a compreensão da cisgeneridade enquanto conceito (e categoria analítica) reivindicado pelas estudiosas e/ou militantes transfeministas.

Partindo-se do pressuposto de que os discursos e saberes hegemônicos foram elaborados e perpetuados por pessoas cis, e que estes se colocam como detentores da verdade e referências para ditar o que se entende como normal e anormal ao longo dos anos, resgatar momentos determinantes para compreensão das vidas trans se mostra necessário como forma de situar nosso olhar e nossas posturas para as vivências de quem vivem à margem, no caso, as pessoas trans. O uso do termo cisgênero se situa como ponto de desnaturalização de que o gênero é essencial. Muito pelo contrário, ao referenciá-lo como norma e entendermos as estratégias discursivas que o produzem como hegemônico abre um novo olhar: de que novas possibilidades e vidas não alinhadas a cisgeneridade seja possível (Silva, Felipe Cazeiro da, Souza, Emilly Mel Fernandes de e Bezerra, Marlos Alves, 2019).

Com base nas elaborações e produções foucaultianas e, em constante articulação com as análises e reflexões elaboradas por autoras transfeministas, esse histórico de marginalização será apresentado de forma breve com objetivo de compreendermos a patologização da transexualidade como acontecimento, isto é, circunscrito historicamente, sem olhar essencializante. Deste modo, o movimento de despatologização se mostra como novo acontecimento que deslocou/destituiu saberes prevalentes da cisgeneridade. O repensar diz sobre o questionamento de verdades, isto é, sobre como um regime de verdade se construiu a partir de produções e olhares cisgêneros meramente subjetivos que foram se cristalizando, culminando em discursividades que apresentam certas vidas como possíveis e outras não inteligíveis, isto é, marginalizadas e ignoradas como possibilidades. Neste ponto podemos tomar uma distância crítica da noção de inteligibilidade, afirmando que se produziu uma inteligibilidade que buscou sempre pela desqualificação de travestis e transexuais do registro humano, produzindo-as como monstruosidades (Jorge LEITE, 2011). Dizer sobre viver à margem se alinha ao entendimento de uma vida precária. Judith Butler (2019) aponta que nossa condição de precariedade se apresenta nas nossas necessidades, pois inexitem vidas que não

necessitem de alimento, proteção, cuidado, abrigo, trabalho e redes amplas de solidariedade. No entanto, ela ressalta que tal condição é desigualmente distribuída em função de enquadramentos normativos que não reconhecem certas vidas como visíveis ou não dignas de luto. A destruição do ser abjeto e monstruoso não possui a força de enlutar, talvez o que explique a indiferença de tantas pessoas diante do transfeminicídio.

A abjeção e as monstruosidades se constituem, também, pelo que poderíamos definir de enquadramentos normativos, regimes de verdade como apresenta Michel Foucault. As produções foucaultianas apresentam como as discursividades e os saberes agem nas relações, tanto no sentido de manutenção, como de resistências, de transformação. Nesse ponto, mostra-se importante apresentar a história que nos é contada pelos saberes médicos e que conceberam e concebem a transexualidade e a travestilidade como relacionada à perspectiva médica, a partir do entendimento do conceito de acontecimento. Foucault apresenta a noção de acontecimento não como fruto do acaso, da surpresa e muito menos como algo essencial, estritamente material, mas como resultado, um efeito num dado momento. Irene de Arruda CARDOSO (1995, p. 54) diz: “a questão colocada por Foucault “o que é a nossa atualidade?” tem como implicação tomar a noção de acontecimento como constitutiva desta interrogação. Interrogar a atualidade é questioná-la como acontecimento na forma de uma problematização”. Compreender as vidas trans como acontecimento é ter um olhar para o entorno e sobre tudo aquilo que diz sobre tais vidas na atualidade. Descortinar discursos cristalizados tidos como essenciais em busca de novas verdades, tendo como referências de análise narrativas de pessoas trans que experienciam vivências próximas e nunca iguais, dado o caráter singular de cada vida: “a noção de acontecimento como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção” (CARDOSO, 1995, p. 55). Assim, a concepção não inteligível, de abjeção e/ou monstruosidade das vidas travestis e trans deveriam ser analisadas a partir de mecanismos discursivos, estratégias de saber e jogos de poder que fazem emergir uma verdade.

Considerar estes mecanismos discursivos se mostra importante, pois, se retomarmos em meados da Antiguidade Clássica até fins do século XVIII, o ser trans era qualificado no campo do divino, como um olhar voltado à positividade e não à exclusão. Conforme Jorge Leite (2011), em tal época os discursos abarcavam a ambiguidade de gênero relacionando ao mundo espiritual e ao universo das criaturas mágicas. A mudança de olhar e de tratamento a tais pessoas muda com advento da racionalidade e da cientificidade a partir do século XVII. Poderia, nesse momento, resgatar um histórico de saberes (outros povos e culturas; culturas indígenas, por

exemplo) que dizem sobre possibilidades de vidas que remeteriam a vidas não alinhadas ao binarismo de gênero. Mas considerando nossas referências de formação e da legitimidade dos saberes médicos na nossa sociedade, cabe apontar o quanto o entendimento do processo transexualizador se sustenta a partir de um olhar cisgênero e atrelado a noção binária e heteronormativa sobre gênero (cisgeneridade). Tal ideia parte de um regime de verdade que traz a norma que entende gênero como reflexo do sexo e da genitália (e de seus estereótipos) como disposições naturais (Berenice Bento) e a heterossexualidade compulsória como uma predisposição natural das pessoas, conforme apontado por Judith Butler. Todavia, esse argumento precisa atentar ao fato de que tratamentos hormonais, procedimentos cirúrgicos, estéticos, entre outros, diz de escolhas que deveriam estar disponibilizados para que deles necessite e/ou desejo. Afinal, entre cisgêneros tais procedimentos não recebem as mesmas regulações que quando demandados por travestis e transexuais, Ao dizer de um dispositivo que produz a transexualidade, seria importante dizer da heterossexualidade como um dispositivo compulsório regulado por discurso médicos, religiosos, educacionais, entre outros.

A força da cisgeneridade como categoria analítica se mostra necessária em função de ainda percebermos o quanto o corpo de diferentes pessoas são alvo de violências e ocupam condições histórica e socialmente produzida em desfavor de travestis e transexuais. A partir do momento que as condições e possibilidades forem as mesmas, não faria sentido visibilizar a cisgeneridade, pois a noção de humanidade abarcaria todas as condições de vida. Nesse momento, cabe trazer a citação de Viviane Vergueiro (2016, p. 256):

A cisgeneridade, nomeada e analisada, e sendo utilizada como uma ferramenta conceitual para demonstrar a profunda, ampla e generalizada invisibilização e marginalidade contra pessoas e comunidades trans travestis em espaços demais mundo afora. Como uma forma, enfim, de identificar ciscolonialidades e as exigências políticas necessárias e estratégicas diante destas violências.

Torna-se importante, ao realizar tal citação, visibilizar a potencialidade do termo cisgênero não só como proposição analítica teórica, mas também como de um posicionamento epistêmico-político. Viviane Vergueiro apresenta o quanto tal posicionamento descortina a essencialidade do gênero ao apresentar a cisgeneridade apoiada pela pré-dicursividade, binariedade e permanência. Assim, visibiliza o quanto nascemos dentro de uma rede discursiva que já aponta qual será nosso gênero (definido por critérios objetivos) que traz a binariedade como única possibilidade (ser homem e mulher e nada além dessas possibilidades) e que está inserida em arranjos focados na permanência e estabilidade do que podemos ser ou que deveria ser esperado

de um homem ou mulher. Ao fazer tais críticas, ela reforça o potencial da cisgeneridade não como algo aceito de forma tranquila pelas pessoas que se identificam com a cisgeneridade, mas do seu caráter imposto e, porque não, violento ao tomar essa característica posta (VERGUEIRO, 2016).

Tais concepções, por sua vez, não são fruto da atualidade, mas de uma série de acontecimentos que culminaram em noções sobre as vidas e que refletem sobre o poder do discurso enquanto instrumento para manutenção de certos entendimentos e formas de intervir. Nesse momento, apontar o nascimento da clínica e do hospital como referências de manutenção de uma certa ordem indica a potência do discurso normalizador do saber médico. Michel Foucault (2014) diz que tais espaços inicialmente não estariam implicados na manutenção da vida de todos, mas da exclusão daqueles que poderiam colocar em risco a vida de alguns. Saberes médicos nasceriam de um contexto de rigidez e diagnósticos bem delineados no sentido de garantir uma certa ordem, tendo a anormalidade como destino a exclusão e a marginalização. Tal entendimento rígido, pautado no diagnóstico e em nuances bem descritas está impregnado nos saberes médicos que produziram a transexualidade como uma patologia, que age no sentido de pressupor uma transexualidade verdadeira, influenciando e determinando as vidas das pessoas trans. Pablo Cardozo ROCON (2021, p. 39) aponta:

Por essas linhas, há a produção de um plano de organização que busca fixar identidades por um conjunto de normas, jogos de poderes, saberes e discursos que, ao produzirem um verdadeiro, modulam modos de viver, ser e estar no mundo com os gêneros e as sexualidades enquanto vislumbram eliminar emergências criadoras de modos de existências não previstos, vidas dissidentes.

Conforme aponta Favero (2020), visibilizar a ideia de vidas dentro de uma formação normalizadora, marcada por nuances bem delineadas, sustentadas por discursividades que apresentam a cisgeneridade heteronormativa como verdade e, portanto, como modelo a-histórico e imutável se aproxima do olhar contestador defendido pelas autoras transfeministas. Estas partem de tal constatação de enjaulamento normativo para reivindicar novas possibilidades de se viver, colocando suas narrativas (muitas atreladas a movimentos sociais) como referências sempre atualizadas (e contestadoras) para outros caminhos e possibilidades. “Não para dizer que o transfeminismo inaugurou formas de mobilização que antes não eram pensadas, mas para afirmar que ele colocou outros vocabulários para circular – e, assim, conseqüentemente, outras subjetividades foram sendo tensionadas” (FAVERO, 2020, p. 04).

No entanto, tais intervenções singulares, pautadas em suas individualidades, são atravessadas a todo instante pelo biopoder. A noção de biopoder ou “poder regulador da vida” em Foucault se situa enquanto estratégia de controle do Estado para manutenção da vida pressupondo uma disciplina e certas concepções de quais vidas merecem ser cuidadas. Traz como legítimo a manutenção de certos racismos que ameaçam a vida em coletividade. “O racismo que mata e faz morrer é o racismo que persegue os sujeitos lidos socialmente como o anormal, o louco, o doente, o criminoso e faz como que todos aqueles que são constituídos como ameaça a determinada concepção de segurança da população” (ROCON, 2021, p. 43).

Ter evidente quais vidas e normas devem ser valorizadas faz parte da cena cotidiana e o dispositivo de transexualidade remete a tal noção hegemônica de que a genitália define o gênero e que a sexualidade e o desejo são, a priori, heterossexuais. Tais apontamentos explicariam o modo como a medicina, a psiquiatria e a psicologia conceberam durante anos seus saberes pautados no diagnóstico para as pessoas trans. “Toda estratégia de poder passa por formas de saber, desde a perversa invenção do anormal e da sexualidade pela psiquiatria, do discurso e das práticas contra histeria da mulher e dos perigos da masturbação na infância para a vida adulta, que se constituíram em estratégias para produção de discursos de verdade” (ROCON, 2021, p. 52).

Apresentar nuances de discursividades e saberes que se cristalizaram em diagnósticos de doenças mentais para as vivências trans se mostra relevante, pois, atualmente, a produção das estudiosas trans vem revelando a potencialidade do quanto visibilizar as narrativas das pessoas trans pode reafirmar novos lugares e novos arranjos discursivos quando articuladas politicamente. Nesse aspecto, Sofia Favero (2020, p. 19) reforça: “o objetivo, portanto, é o de avançar em uma política articulatória, que pensa o relato não como uma evidência autorizada, mas enquanto resultado de uma troca que tem estrada. Ou seja, que deve ser historicizada”. A pesquisadora reforça o quanto a lógica do testemunho, alinhada a um embasamento teórico e historicizável expõe a força das narrativas contextualizadas.

Cabe, nesse momento do texto, em que se convoca um olhar crítico para as histórias das teorias e perspectivas, expor brevemente, a título de compreensão, a condição de pessoas trans nos manuais diagnósticos referenciados pela área médica no cenário de luta pela despatologização. Tal apresentação será feita mais a título de contextualização para visibilidade da construção de saberes oriundos de países do norte (em sua maioria conduzido por pessoas cisgêneras) e tendo

como decisão diagnóstica final a palavra de profissionais de Medicina. Sofia Favero (2020, p. 404) diz:

“o enquadre psiquiátrico é capaz de produzir determinados contextos de vulnerabilidade, pois patologizar é um “fazer” que não se encerra na clínica. Pelo contrário, entende-se que a “patologia do gênero” diz respeito a um cenário bastante amplo, no qual estão situados os sujeitos do processo terapêutico, os operadores de saúde e os aparatos institucionais”

Este processo de luta por um entendimento não patológico dos corpos trans foi tardio quando comparado com a despatologização dos homossexuais. Embora inicie a partir dos movimentos feministas, grupos de homossexuais lutaram pela despatologização e conseguiram o feito de retirar o entendimento da homossexualidade como categoria patológica dos principais documentos de referência médica no início dos anos 70. Bento e Pelúcio (2012, p. 572) destacam que “eliminou-se, em 1973, o “homossexualismo” do DSM e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto cisheteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais”. Cabe sinalizar, por sua vez, que tal vitória de reconhecimento do grupo de homossexuais<sup>4</sup> não abarcava as pessoas trans. Estas continuavam a serem tratadas pelo saber médico como condição psiquiátrica e que, de certa forma, dado o caráter de reconhecimento de tal saber, alimentava nos discursos da sociedade a possibilidade de as tratarem como doentes.

A noção dos corpos trans como patológicos eram, dessa forma, a produção de uma rede discursiva que amparava tal entendimento. Todavia, nas relações de poder outras discursividades têm sido produzidas. Os sujeitos em suas lutas têm buscado outras inteligibilidades que desloquem as concepções de gênero e das sexualidades. O que torna imprescindível apresentar a noção de cisgeneridade para compreensão do movimento em prol da despatologização. “É importante entender que a cisgeneridade é uma categoria analítica usada pelo transfeminismo para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 100) a partir da heteronormatividade.

Cabe destacar que, concepção de corpo trans como patológico subentende uma noção de gênero estática, natural e cisgênera. Assim, todo aparato discursivo é formado a partir de tal concepção.

---

<sup>4</sup> Torna-se oportuno citar que tal vitória remete ao conceito de homonormatividade de Judith Halberstam (2005) em que tais sujeitos estariam alinhados a um estilo de vida neoliberal (voltada ao consumo), típica dos países centrais como Estados Unidos.

A cisgeneridade surge como forma de apontar a artificialidade de gênero como fruto de uma produção num dado contexto cultural e não simplesmente relacionado ao sexo de nascimento. Tal concepção histórica e que entende a noção de gênero como consequência de uma produção, orienta a noção crítica de conceber gênero não como algo dado e explicado pelo sexo/órgão genital (pênis/vagina). Por sua vez, a noção de cisheteronormatividade vai além, por abarcar não apenas o gênero cis como hegemônico, mas a pressuposição naturalizante da heteronormatividade compulsória. No que se refere às pessoas transexuais, a noção de cisheteronormatividade se mostra como o mais potente para compreender o ambiente de condutas esperado e, conseqüentemente, para nos levar a um entendimento das violências pelos quais as pessoas que não se identificam com seu sexo biológico estão submetidas. Violências apresentadas de diferentes formas e objetivadas teoricamente pelo conceito de transfobia. A noção de cisheteronormatividade, segundo Mattos e Cidade, articula-se como uma perspectiva que tem a "matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero" (2016, p. 134). Essa noção, de modo similar ao que Butler (2003) analisou a partir da heteronormatividade, não possui apenas uma função descritiva, mas é uma lógica capaz de produzir formas específicas de violência. Torres et al. (2020), defendem que utilizar cisheteronormatividade como noção de análise é muito importante, pois estabelece diálogos com os transfeminismos que têm analisado insuficiências teóricas de nossas produções acadêmicas.

A partir da década de 50, tanto os saberes médicos, como a própria psicologia realizaram um esforço na busca por critérios diagnósticos, porém, acabaram validando aspectos morais justificando a condição patológica das subjetividades trans na divisão binária dos sexos na perspectiva do dimorfismo sexual e da heterossexualidade compulsória. Serão apresentados a seguir alguns momentos importantes que elucidarão como se deu a relação dos saberes hegemônicos com os corpos trans.

Com base nos primeiros estudos sobre o fenômeno transexual e, principalmente, a obra *Fenômeno Transexual* (1966) do endocrinologista Harry Benjamin, a transgenitalização é concebida como um elemento essencial para as pessoas trans serem concebidas como tal, pois partia-se do entendimento de que tais pessoas tinham uma aversão ao seu órgão genital, sendo este o único critério que definiria a condição pela cirurgia. Assim, passar por uma cirurgia de mudança do órgão genital era garantia para transexual ser concebido como transexual verdadeiro (BENTO; PELÚCIO, 2012). Benjamin entendia que não existiriam outras formas

terapêuticas de lidar com as pessoas trans, o que, na época, era criticado por psiquiatras e psicólogos que passaram a se movimentar por uma busca de critérios diagnósticos.

Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), destacam o quanto a partir de 1950, a compreensão de gênero estava ligada ao sexo de nascimento e não a perspectiva cultural, defendida pelas estudiosas trans na atualidade. Entre as décadas de 60 e 70 há uma intensificação por cirurgia de redesignação sexual com base no entendimento no único critério de rejeição ao sexo de nascimento, isto é, alinhado à moralidade da época e não a estudos mais aprofundados. Novos critérios diagnósticos só seriam formulados após tal período. Na década de 80 se inicia uma forte consolidação de critérios médicos a respeito da transexualidade, com foco no diagnóstico diferencial. Cabe destacar que, em tal década, é notório como o gênero continua sendo compreendido dentro da perspectiva binária e como a ideia do transexualismo se concretiza cientificamente a partir do registro em documentos de alcance internacional, como Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionados com saúde – CID (OMS, 1997) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV, manual orientador diagnóstico elaborado a partir do CID. Assim, as pessoas trans eram compreendidas socialmente como portadoras de uma patologia (transexualismo) e só ganhariam inteligibilidade se estivessem aptas a passarem por processo cirúrgico, isto é, cumprissem com alguns critérios diagnósticos médicos, orientados por uma perspectiva cisheteronormativa. “O diagnóstico de transexualidade é realizado a partir de uma exaustiva avaliação, que inclui um histórico completo do caso, testes psicológicos e terapia” (BENTO, 2006, p. 47). Quem não cumprisse com as etapas necessárias, não estaria apto a se considerar um transexual de verdade

Cabe apontar que, ao se aproximar da história de tais entendimentos e afirmações médicas, não há elemento biológico forte o suficiente que possa justificar o entendimento da transexualidade como patologia. Este viés do debate biológico se prestou historicamente para desqualificar a humanidade dessas pessoas. Percebe-se, no entanto, que, ao buscar compreender como tais saberes são discutidos e legitimados em documentos de referência, é notório a participação reduzida de profissionais com saberes distintos. Saberes produzidos por profissionais do ocidente, ligados à medicina, e que vão se justificando por perspectivas moralizantes que não consideram as complexas experiências humanas. Isto é, partem de uma mesma norma de gênero para reproduzir sempre a legitimidade sobre alguns corpos sobre outros. Com base em tal entendimento, o conceito de gênero passa a ser discutido por áreas distintas à Medicina que contribuíram por um contexto propício à despatologização. Letícia Nascimento (2021, p. 110), destaca que “o conceito de gênero passa a ser debatido, já que discursos contra hegemônicos

passaram a construir conotações sociais, culturais e históricas de gênero dentro das Ciências Sociais, da Filosofia, da História, dentre outras áreas acadêmicas, além dos movimentos sociais feministas e LGBTQIA+”.

Considerando esse cenário histórico, várias organizações se mobilizaram em prol da despatologização da transexualidade, o que se tornou realidade em 2018. Vale ressaltar o “*Parem com a patologização trans*”<sup>5</sup>, iniciado em 2007, como um dos mais importantes movimentos trans dessa natureza. Cabe apontar nesse movimento de luta pela despatologização, a força do conceito de *autodeterminação* como esforço coletivo das pessoas trans em prol de uma contestação permanente aos discursos que as enquadrem, seja pelo olhar médico ou por outros modelos patologizantes (NASCIMENTO, 2021).

Como consequência desse histórico de lutas, cabe apontar dois momentos históricos que podem ser entendidos como início de uma compreensão não patologizante da transexualidade: o lançamento do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2013) e o Código Internacional de Doenças – 11 (OMS, 2019). Tais documentos são referências internacionais pelas equipes de saúde e as atualizações trouxeram mudanças que podem ser entendidas como avanços atrelados a uma perspectiva mais humana para as pessoas trans.

Em relação a tais avanços, podemos citar que no DSM-5 (2013) a inserção da noção de “linguagem cultural do sofrimento” na avaliação diagnóstica das pessoas trans, considerando a noção de gênero e o seu contexto cultural. Porém, cabe sinalizar como crítica, colocada por Berenice Bento (2017), o quanto tal avaliação continua restrita aos médicos psiquiatras que, podem, sem uma noção ampliada (entende-se cultural) de gênero, podem se restringir a uma avaliação binária e colonizadora. Assim, cabe sinalizar ser um avanço que depende de formação de equipes de saúde que lidam com pessoas trans. Já em relação ao CID-11, ao retirar a transexualidade do capítulo de “Transtornos Mentais e Comportamentais”, criando um novo capítulo: Condições Relacionadas à Saúde Sexual, caracterizando as vivências trans de saúde como incongruência de gênero e não mais como transtorno mental. Assim, despatologiza as subjetividades trans para inaugurar um olhar atento para as pessoas trans como merecedoras de uma atenção específica por viverem experiências específicas (NASCIMENTO, 2021). Cabe

---

<sup>5</sup> A luta pela despatologização (organizada por diferentes grupos militantes vinculados a causa trans) teve um papel extremamente importante, dado seu caráter histórico, de realmente conseguir se materializar na retirada da transexualidade como transtorno dos manuais médicos de referência (CID e DSM-V)

salientar que, de forma parecida aos princípios que regem o DSM-5, o CID-11 também induz a necessidade de maiores compreensões sobre possibilidades de vivências de gêneros não atreladas ao binarismo para que não reproduza a marginalização histórica. A nova versão do CID foi apresentada aos Estados Membros das Nações Unidas na Assembleia Mundial de Saúde, em maio de 2019, e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2022 (MARTINS, 2018).

Tais mudanças, por sua vez, não retiram a transexualidade da perspectiva diagnóstica, até porque, tem-se conhecimento que o atendimento nos serviços de saúde se orienta pelos critérios diagnósticos. Inclusive, este é um ponto em que não há consenso dentro do movimento. Parte do movimento trans teme que a retirada das subjetividades trans das classificações patológicas possam retirar benefícios relacionados ao acompanhamento médico, principalmente, das que possuem necessidades de acompanhamento médico na rede de saúde (BENTO e PELÚCIO, 2012). Apresentar essa perspectiva médica e patologizante para as transexualidades é de fundamental importância, pois mostra como documentos de referência médica estabeleceram até o ano 2018 (45 anos após a homossexualidade ser despatologizada) o entendimento da condição das pessoas trans como alvo de uma possível cura. Saber médico e olhar patologizante que, por sua vez, encontrou um contexto social favorável, pois é respaldado por um regime de verdade cisgênero. Este cenário social diz sobre uma ambientação de relações que reificam tal perspectiva e que sob o entendimento dispositivo da transfobia possam ser apontadas, dando margem a reflexão como possibilidades de resistências.

Considerando a cisgeneridade como resultado de uma produção discursiva, direcionada a manutenção de normas regulatórias cis, o transfeminismo se apropria de tal categoria, articulando com outros marcadores políticos, de forma a promover um olhar interseccional para as narrativas de mulheres trans, com intuito de gerar possibilidades analíticas deslocamento de saberes. Cabe destacar que o aprisionamento não é destino apenas das mulheres trans e que, por isso, todas as outras pessoas poderiam se beneficiar do questionamento de normas dadas e obrigatórias que culminam em estereótipos que estipulam formas de agir e pensar, tendo o binarismo como referência. O termo cis dá visibilidade para o termo trans e esse marcador se mostra importante, pois demarca especificidades de tais vivências, principalmente, as violências. Assim, as transfobias se mostram presentes de forma categórica nas realidades das pessoas trans, quando comparadas com a das pessoas cis. “Abordar a cisgeneridade é dar nome a uma norma, a um discurso de ódio que é veiculado desde quando nascemos. [...] é também discorrer sobre os regimes de verdade que são construídos sobre os gêneros” (Silva, Felipe Cazeiro da, Souza, Emilly Mel Fernandes de e Bezerra, Marlos Alves, 2019)

Ao apontar esse breve histórico normalizador presente na área médica em que os saberes se apresentam dentro de uma perspectiva cisgênera e diagnóstica, cabe ressaltar o quanto os movimentos sociais liderados por pessoas trans e as produções de conhecimento elaborados neste contexto têm gerado novas possibilidades e caminhos. Como parte desse movimento, destaca-se o conceito de cisgeneridade como perspectiva que visibiliza o quanto a produção e o olhar de pessoas cisgeneras se mostra hegemônica e referenciada dentro de um regime de verdade. Autoras transfeministas tem destacado em apresentar tal perspectiva como colonizadora para outras possibilidades de existir que não sejam baseadas no modelo binário e heteronormativo vivido por pessoas cisgêneras. Viviane Vergueiro (2016, p. 267) faz um importante apontamento que segue.

Quando contrapomos nossas experiências complexas e interseccionalmente localizadas contra as epistemologias dominantes que simplificam e condescendem nossas comunidades e pessoas trans travestis, construímos fissuras na ciscolonialidade que, espero, possam explicitar e denunciar as funções morais por detrás das supostas objetividade e neutralidade das ciências, permitindo a constituição de outros modelos de gênero.

Tal abordagem confirma o quanto outras vivências ficam submetidas como não possíveis ou não inteligíveis, vivendo numa precariedade de possibilidade de existir. Tal cenário se sustenta por uma série de discursos e saberes tidos como verdades que são alvo de críticas e questionamentos por parte das pessoas trans, como forma de tornar evidente que existe um projeto que sustenta tais lugares, isto é, forças colonizadoras que querem manter tais corpos numa esfera de não visibilidade.

O princípio que orienta tais produções está num convite ao questionamento de tais verdades, isto é, que levemos menos em consideração o diagnóstico que as resume, para encarar, aproximar sobre suas narrativas como forma de enxergar vivências singulares, únicas. E que tais particularidades não sejam lidas ou encaradas pelo olhar estereotipado tão típico de binarismo cisgênero, mas que vá além, nos convide à transformação. Esse movimento de aproximação e abertura a vivenciar o mal estar, pode nos levar a decepção como bem sinalizado por Pablo Rocon (2021, p. 117) quando este aborda a relação das trabalhadoras de saúde com processo transexualizador (orientado por saberes cisgênero):

Talvez, a decepção que emerge do encontro com os signos trans seja também a decepção vivida pelos trabalhadores, ao se encontrarem com a ausência da verdade pregada como universal e invariável sobre seus próprios corpos, gêneros e

sexualidades. Um desencontro que pode culminar na produção de um mal estar, problematizações, uma força que talvez os impulse a experimentar desaprendizagens com as normas de gênero.

As produções transfeministas e o posicionamento de questionamento epistêmico que pode ser explorado pelo uso do entendimento da cisgeneridade, compactua com o que Sofia Favero (2020, p. 415) defende quando apresenta o quanto os saberes psicológicos, psiquiátricos e biologizantes foram usados historicamente para patologizar as vivências trans: “O que se pensa aqui é uma continuidade entre despatologizar o gênero e sua (des)epistemologização, para que seja possível emergir determinada rede de produção crítica a respeito de uma estilística cisgênera vista com status de verdade”. Diante deste complexo cenário, devemos problematizar como esses saberes chegam aos contextos educacionais, bem como pensar o que é exigido de profissionais que atuam nas instituições de ensino, A seguir será apresentado um pouco desta questão.

### **3.3 Educação e vivências trans: por uma pajubarização do contexto acadêmico**

Enquanto profissional de uma instituição de ensino superior pública e interessado no fortalecimento da assistência estudantil, me senti motivado a compreender melhor a realidade de estudantes que, atualmente, fazem parte de uma minoria no universo de estudantes de graduação. Segundo Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais de 2018, realizada pela Andifes com apoio do Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil) e com participação de 420 mil alunos (78% da rede) a maioria dos estudantes matriculados nos cursos de graduação se identificam com o sexo biológico (cisgênero), enquanto homens e mulheres trans representam 0,1% (GOMES; FAHEINA; KER, 2019). Considerando toda a complexidade do processo de se assumir trans, tal pesquisa pode estar marcada pela subnotificação de travestis e transexuais.

Os dados de tal pesquisa sinalizam o quanto se mostra atual e pertinente conhecer mais a realidade das pessoas trans na educação superior, considerando sua ausência e/ou a subnotificação de sua presença neste contexto. E, dessa forma, reforça o quanto compreender as experiências de uma estudante trans da Universidade Federal de Ouro Preto pode contribuir para o conhecimento de novas perspectivas que vão colaborar para o avanço e aprimoramento de políticas institucionais específicas para tal grupo.

Após levantamento bibliográfico sobre produções acadêmicas relacionadas aos estudos de docência e universo trans em sua dissertação, Modesto (2018, p. 13) observa:

que o universo trans e a educação tem sido uma área em emergente construção, embora ainda existam poucos estudos na área, considerando o amplo universo da educação. Assim, torna-se relevante a realização de pesquisas que lancem seu olhar às travestis e às transexuais e às questões que busquem problematizar seu acesso e permanência nos espaços escolares, seja enquanto estudantes ou como professoras.

Diante de tal apontamento, esta investigação se aproxima desta lacuna e desse cenário acadêmico, marcado ainda por uma produção em crescimento, mas que ainda é pouco representativa. Pensar num futuro mais livre e que possa incluir a diversidade de pessoas perpassa a ideia defendida por Guacira Lopes Louro (2004) de conhecer as disposições das pessoas para conhecer ou desconhecer os sujeitos que estão por vir, sem ficar preso a noções que tentem enquadrar os sujeitos dentro de um determinado perfil. Só com esse engajamento teremos, de fato, a possibilidade de uma educação sexual feita sem rótulos.

Ao falar sobre as produções relacionadas ao universo trans, cabe apontar o panorama histórico apresentado por Sofia FAVERO (2020) no artigo *Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais*. Historicamente, ela situa como as pessoas trans e travestis foram interpeladas às pesquisas, destacando os anos 90 como referência de estudos retratando a condição precária em que as travestis estavam situadas, principalmente relacionadas à prostituição na Lapa (RJ) e no Pelourinho (BA), expondo as peculiaridades dos contextos culturais e econômicos em que estavam inseridas. Ao longo dos anos 2000 há uma mudança de foco nos estudos, isto é, se antes estava numa visibilidade para questões relacionadas à prostituição, agora passou-se a defender o fim da despatologização do gênero, numa crítica aos manuais diagnósticos, o que foi incorporado também pelos movimentos trans. Ao longo dos anos 2010 e, principalmente, 2014 nota-se o quanto a emergência do transfeminismo fortalece, tanto a nível de produção, mas também de articulação política, o movimento trans e a visibilização de suas vivências. Sofia Favero (2020, p. 04) destaca, por sua vez: “Não para dizer que o transfeminismo inaugurou formas de mobilização que antes não eram pensadas, mas para afirmar que ele colocou outros vocabulários para circular – e, assim, consequentemente, outras subjetividades foram sendo tensionadas”. Tal sinalização, por sua vez, foi incorporada por mim nessa pesquisa, em que eu situo as experiências da discente Thaynara, colaboradora de nossa pesquisa, considerando as produções de autoras transfeministas.

Em tal artigo, Sofia Favero sinaliza a necessidade de resgatarmos o olhar para o cotidiano das pessoas travestis e trans, visibilizando não só as produções acadêmicas, mas também o que acontece nas mídias virtuais e também nas ruas e esquinas. Tal posicionamento se dá por

entender que nosso olhar tem que estar voltado para narrativas que, de fato, se aproximam do cotidiano real das pessoas travestis, ressaltando o dialeto pajubar como referência das experiências daquelas pessoas.

Alinhado a tal perspectiva, ao apresentar as produções acadêmicas sobre acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior, irei caminhar a partir de um “olhar pajubar”, isto é, ter o cuidado em apresentar o perfil das pesquisadoras e pesquisadores e se eles articularam e fundamentaram suas análises referenciando produções feitas por autores e autoras travestis e trans, tanto da academia como de outros espaços, sejam virtuais ou das esquinas.

Considerando tal perspectiva, mesmo que o foco dessa pesquisa seja relacionada ao Ensino Superior, cabe apresentar brevemente alguns estudos ligados à Educação de uma forma geral. Assim, com base na tese intitulada *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa* de Luma Nogueira de ANDRADE (2012) primeira mulher travesti a receber o título de doutora no Brasil, a autora já destaca sua obra como importante marco de visibilização para vivências para além da prostituição:

mas se faz necessário apresentar formas de sociabilidade das travestis que não sejam alicerçadas apenas no campo da prostituição, caso contrário imobilizamos a identidade da travesti, a qual, aos poucos, com resistência e assujeitamentos, insere-se nos contextos sociais e profissionais diversos como no lugar onde ocorre esta pesquisa (a escola)” (ANDRADE, 2012, p. 16).

Ao longo de sua pesquisa, ela apresenta o cotidiano escolar como um ambiente marcado por transfobia. E ao fazer tal empreendimento, ela inaugura e alarga um campo de pesquisa por visibilizar as travestilidades no centro das instituições, em vez de limitar à prostituição e a marginalidade. Mostra o quanto as travestis, ora se assujeitam, ora rompem e/ou resistem a ordem normativa para construir novos caminhos e possibilidades.

Cabe, nesse momento, situar a pesquisa sobre crianças trans no ensino fundamental como um importante sinalizador de tais existências no ambiente escolar. Assim, no estudo sobre tal temática, Francisca da SILVA et al. (2021, p. 08) sinalizam para que: “A transgeneridade infantil é uma realidade inquestionável, no entanto, apesar dos crescentes avanços nos âmbitos políticos e sociais, as escolas têm dificuldades para promover a inclusão de crianças trans”. Ao esmiuçar tal realidade, os autores sinalizam para várias questões, porém destacam:

Através das falas dos participantes, evidencia-se que eles reconhecem recursos pedagógicos e discussões sobre identidade de gênero como possibilidades de trabalho no contexto escolar e, ao mesmo tempo, sinalizam a falta de recurso, de capacitação profissional e de suporte institucional enquanto limite de trabalho frente à temática.

Isso é algo preocupante, uma vez que o silenciamento e/ou a negação das múltiplas identidades sexuais e de gênero são invisibilizados no universo escolar, e, muitas vezes, somente conseguem visibilidade através dos insultos e outras manifestações de preconceito (SILVA et al., 2021, p. 07).

Retomando ainda o trabalho da pesquisadora e professora Luma de Andrade, cabe citar os elementos que interferem no cotidiano escolar das pessoas travestis e trans na educação básica, segundo suas análises.

1- Não reconhecimento do nome feminino da travesti no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; 2- Impedimento de acesso ao banheiro feminino; 3- Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola; 4- Ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual; 5- Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às travestis; 6- Desrespeito ao princípio laico do estado; 7- Regimento Escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um habitus heteronormativo; 8- Não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações. (ANDRADE, 2012, p. 245).

Visibilizar estudos sobre escola e a educação básica se mostra importante, pois, conforme aponta Tatiane Lima (2020), pensar no acesso de pessoas trans no ensino superior implica em ter um olhar amplo à educação. E ela defende o quanto se mostra importante dialogar sobre gênero e sexualidade nos planos educacionais, visando combater discriminação, desigualdade e a perpetuação da violência nos espaços escolares. No entanto, ao destacar tais ações, ela pondera:

Cabe ressaltar que, ao indicarmos e discutirmos sobre as ações necessárias na educação básica, não estamos desvalidando as políticas promulgadas na e para a educação superior, como as resoluções de nome social e cotas por exemplo, pelo contrário, reconhecemos que tais ações podem contribuir para o ingresso de transexuais e travestis que estão inseridas/os em segmentos sociais historicamente excluídos do direito à educação (LIMA, 2020, p.72).

### **3.4 O que as vozes travestis e trans têm a nos dizer sobre acesso e permanência nas instituições de ensino superior?**

Diante da necessidade de maior conhecimento sobre a produção teórica específica sobre universo trans no ensino superior, o levantamento bibliográfico consistiu em procurar em sites de referência do meio acadêmico, artigos, dissertações e teses que fizessem referência a tal temática.

A busca utilizou-se como descritores: “trans”, “transexuais”, “universidade” e “ensino superior” nos sites da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses, Portais de Teses da Capes, Periódicos da Capes e Scielo para se chegar a um quantitativo expressivo de estudos. Nessa busca inicial não foi feita busca avançada cruzando dois descritores, tendo em vista que, ao fazer dessa forma, poucos estudos foram encontrados. Assim, a partir dos descritores citados anteriormente, buscou-se estudos que fizessem relação entre pessoas trans com “universidade” ou “ensino superior”.

Após essa busca inicial, foi feita leitura dos resumos das publicações encontradas, chegando-se a investigações que abordassem o *universo trans no ensino superior*, não se restringindo, dessa forma, sobre acesso e permanência das pessoas trans na universidade. Cabe apontar, no entanto, que, em meio ao universo de pesquisas encontradas, oito estudos - dissertações/teses - (Fausto Delphino SCOTE, 2017; Marlyson Junio PEREIRA, 2020; Gisele Aparecida CASTELANI, 2018; Crishna Mirella de Andrade CORREA, 2017; André Lucas Guerreiro OLIVEIRA, 2020; Luana Fonseca Pereira RIBEIRO, 2020; Adriana Lohanna dos SANTOS, 2017; Emilly Mel Fernandes de SOUZA, 2019) tratavam, especificamente, sobre a realidade de pessoas trans no ensino superior.

Assim como Neil Franco e Graça Ciccilini (2016), a investigação bibliográfica sobre a temática encontrou desafios nos portais de renome, tornando necessária uma segunda etapa, caracterizada como a busca de mais estudos a partir da leitura minuciosa das referências bibliográficas das oito pesquisas de referência citadas anteriormente. Cabe destacar que, nesse momento, buscou-se documentos que estivessem acessíveis digitalmente, isto é, aqueles que não estavam disponíveis na rede não foram registrados por mim.

A partir de tais critérios, além das oito pesquisas já citadas na primeira etapa, foram encontrados mais 04 documentos sobre a temática, sendo dois artigos (Henrique Caetano NARDI, Paula Sandrine MACHADO, Frederico Viana MACHADO, Letícia ZENEVICH 2013; Keo SILVA e Alexandre Fernandez VAZ, 2019) e duas dissertações (Roberta POLAK, 2016; Keo SILVA, 2019). Nesta segunda etapa, houve a preferência por dissertações, teses ou artigos científicos publicados em revistas que divulgam pesquisas acadêmicas (sem verificação do Qualis).

Dessa forma, considerando as duas etapas de busca, temos doze produções acadêmicas que abordam pessoas trans no ensino superior. Destas, oito tratam, especificamente, sobre acesso e/ou permanência de pessoas trans no ensino superior. Cabe destacar, no entanto, que essa busca

pelo referencial bibliográfico realizado de forma mais objetiva e datada não impediu que no processo de escrita incorporasse outros trabalhos que também apresentaram aspectos de vivências de pessoas travestis e trans no cenário universitário. Destes, destaco a produção de Edna SILVA (2022) e Érica ALBUQUERQUE (2020) como importantes obras que contribuíram para visibilizar o quanto o cenário acadêmico é marcado pela normatização cisgênera. Tal sinalização é importante, pois, ao analisar as vivências da estudante Thaynara, considerarei os resultados encontrados nas obras citadas, o referencial bibliográfico apresentado no quadro e de intelectuais transfeministas com as perspectivas pajubarianas sinalizadas por Sofia FAVERO e referenciadas pelos olhares de Megg Rayara, Bruna Benevides e Sara York em Manifesto Travesti (2020).

Dessa forma, antes de apresentar breves resumos com os apontamentos que me chamaram mais atenção sobre os estudos encontrados que tratavam especificamente sobre acesso e permanência de pessoas travestis e trans no ensino superior, será apresentado um quadro com informações básicas sobre os doze estudos encontrados sobre pessoas trans no ensino superior.

Acredito que tal quadro possa ser útil para os leitores, garantindo acesso rápido a informações básicas sobre os estudos, direcionando, dessa forma, para uma busca posterior mais orientada sobre alguns dos textos.

**Quadro - Estudos sobre Acesso e Permanência no Ensino Superior**

| <b>Título</b>  | <b>Autor (a) /Ano da Publicação/</b> | <b>Natureza do Estudo</b> | <b>Instituição de Ensino</b> |
|--|--------------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. | Fausto Delphino<br>Scote<br>2017     | Mestrado em Educação      | UFSCAR                       |

|  |   |  |               |
|--|---|--|---------------|
| <p>Mulheres trans universitárias: a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico.</p> | <p>Marlyson Junio Alvarenga Pereira<br/>2020</p>  | <p>Doutorado</p>   | <p>UNESP</p>  |
| <p>Transgêneras nos espaços universitários - as alunas trans.</p>  | <p>Gisele Aparecida Castelani<br/>2018</p>        | <p>Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.</p> | <p>UFSCAR</p> |
| <p>Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil.</p>                      | <p>Crishna Mirella de Andrade Correa<br/>2017</p> | <p>Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas</p>          | <p>UFSC</p>   |
| <p>A educação é uma catapulta para a liberdade : acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior.</p>                            | <p>André Lucas Guerreiro Oliveira<br/>2020</p>    | <p>Doutorado em Educação</p>                                   | <p>UFPR</p>   |

|  |  |   |             |
|--|--|---|-------------|
| <p>O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF</p>   | <p>Luana Fonseca<br/>Pereira Ribeiro<br/><br/>2020</p> | <p>Mestrado em<br/>Gestão e Avaliação<br/>em Educação<br/>Pública</p> | <p>UFJF</p> |
| <p>Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe : enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico</p>  | <p>Adriana Lohanna<br/>dos Santos<br/><br/>2017</p>    | <p>Mestrado em<br/>Educação</p>                                       | <p>UFS</p>  |
| <p>(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte</p> | <p>Emilly Mel<br/>Fernandes de Souza<br/><br/>2019</p> | <p>Mestrado em<br/>Psicologia</p>                                     | <p>UFRN</p> |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <p>Notas de uma vida: vivências trans* em Instituições de Ensino.</p>   | <p>Roberta Polak<br/>2016</p>  | <p>Mestrado em Desenvolvimento Comunitário</p> | <p>Universidade Estadual do Centro Oeste<br/><br/>UNICENTRO</p>                    |
| <p>Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social</p>           | <p>Keo Silva<br/>2019</p>  | <p>Mestrado em Educação</p>                    | <p>UFSC</p>  |
| <p>O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência. Entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero</p> | <p>Henrique Caetano Nardi<br/><br/>Paula Sandrine Machado<br/><br/>Frederico Viana Machado<br/><br/>Letícia Zenevich</p> | <p>Artigo</p>                                  | <p>Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p. 179-200, jul/dez. 2013.</p> |

|   |                                       |        |  |
|---|---------------------------------------|--------|--|
| Pessoas trans no Ensino Superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina | SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. | Artigo | Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 209-221, jul./dez. 2019. |
|---|---------------------------------------|--------|--|

Com intuito de tornar a universidade um local mais favorável à convivência e respeitosa em relação às diferenças, a pesquisadora cisgênera Gisele Castelani (2018), em sua dissertação *Transgêneras nos espaços universitários - as alunas trans*, busca conhecer as demandas das alunas transgêneras na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Partindo-se do conceito de equidade, ela acredita que as diferenças identitárias devem ser valorizadas e que os processos da instituição se adaptem a tais diferenças, contribuindo para a existência de um espaço educativo acolhedor para as pessoas inseridas em tal contexto. Buscando aproximar-se desse cenário universitário específico (a UFSCar), ela realizou uma pesquisa qualitativa com quatro alunas transgêneras, sendo uma desistente, daquela instituição educacional, sendo o aceite de tais colaboradoras como um dos maiores desafios de sua pesquisa. A partir das entrevistas realizadas com as alunas trans, algumas sinalizações positivas e negativas foram feitas: a) valorização da política de acesso à universidade para pessoas de baixa renda, pois todas elogiaram que tal fato garantiu a inserção delas na instituição; b) valorização por terem garantido o uso do nome social institucionalmente; c) queixa sobre o tratamento de alguns servidores em relação a condição de pessoas trans na universidade e ausência de políticas de permanência mais direcionadas às suas realidades de vida. Cabe sinalizar que “permanência aparece para elas como uma realidade de deixar as esquinas, de burlar esta invisibilidade, de transgredir o esquema heteronormativo e ocupar uma vaga em uma universidade pública. Manter espaços para a população trans é apontada por todas as alunas. Espaços onde os corpos não sejam apenas vistos, mas que os discursos tenham não somente voz, mas poder, voto. (CASTELANI, 2018, p. 110)

Na pesquisa de Crishna Correa (2017), estudiosa cisgênera, focando no estudo sobre regulamentação do nome social, ela acompanha 6 pessoas trans e o percursos e lutas delas pelo uso do nome social dentro da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal de Santa Catarina. Destaca-se como resultados importantes de seu estudo a precarização da cidadania de tais pessoas nos espaços institucionais, mostrando que a regulamentação do nome social é importante, mas que é importante avançar em medidas de permanência. Cabe apontar, por sua vez, o quanto os grupos de pesquisa e existência de outras pessoas trans nas instituições colaboram para que as regulamentações sejam elaboradas e aprovadas nesses espaços.

Na dissertação de Mestrado em Educação do pesquisador homossexual assumido e afeminado Fausto Scote (2017) *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*, realizou-se um trabalho de campo que envolveu a realização de seis entrevistas com mulheres trans e uma com um homem trans, de diferentes raças/etnias, classes sociais e tipos de universidade que frequentam. O estudo sinalizou para uma instituição de ensino superior, no caso a UFSCAR, que precisa avançar muito, principalmente em relação a sua assistência estudantil, mesmo que tenha políticas de acesso regulamentadas. Assim, constata-se dificuldades das mais variadas, sendo, além da assistência estudantil que não cobre as necessidades de permanência de estudantes trans, bem como dificuldades com funcionários, isto é, questões que envolvem relações interpessoais. A partir de tais constatações, nas narrativas das pessoas entrevistadas, a universidade surge como um lugar inseguro, isto é, que pode reproduzir a transfobia constatada externamente.

O pesquisador trans André Oliveira (2020) realizou pesquisa intitulada *A educação é uma catapulta para a liberdade: acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior* com quatro estudantes trans. O intuito foi compreender como se dava as relações em que homens trans estudantes universitários de graduação e pós-graduação travam na tentativa de garantir seu acesso e permanência no espaço universitário. Como resultado de sua pesquisa, percebe-se que ser estudante amplia possibilidades de vivenciarem experiências, apesar das dificuldades. E ao longo das narrativas dos colaboradores, constata-se o quanto as instituições possuem políticas de acesso precárias, mas que, ao se comparar com políticas de permanência, ainda se apresentam como positivas. A necessidade de se pensar políticas que gerem um contexto mais acolhedor para as pessoas trans dentro das instituições foi algo destacado pelo pesquisador. Nesse aspecto, o corpo docente foi apontado como grupo que necessita de melhor preparo para lidar com as pessoas trans. Os resultados mostram que ser estudante universitário

abre possibilidades de existências diversas para esses homens trans; que mesmo em meio a grandes dificuldades vivenciadas por conta da transfobia estrutural a que estão submetidos, permanecem e constroem novas histórias de si e auxiliam a produzir ambientes universitários mais acolhedores e plurais, logo, mais universalizante.

Marlyson Pereira (2020), pesquisador cisgênero, em sua tese *Mulheres trans universitárias: a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico*, apresenta perspectivas de mulheres trans inseridas no ensino superior. Como resultados, há um entendimento de que a Universidade aparece como um espaço em que tais mulheres podem ter novas possibilidades de vida, mas que o cotidiano também é permeado de poderes hegemônicos que torna necessária a construção de estratégias por parte das pessoas trans. Diante desse cenário, constata-se a necessidade de se pensar a assistência estudantil, principalmente as políticas de permanência, em articulação com os movimentos sociais já que são eles os responsáveis, na maioria das vezes, por garantir novas possibilidades por meio de pressões internas. Cabe destacar como tais movimentos assumem uma perspectiva interseccional, onde subentende a noção de sujeito diverso e produzido por meio de vários marcadores (raça, classe, gênero, etc), em detrimento de um sujeito universal.

Na dissertação *O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF*, Luana Ribeiro (2020), estudiosa cisgênero, abordou sobre os desafios do acesso e da permanência das pessoas trans na Universidade Federal de Juiz de Fora. Apesar de ter um foco na análise documental de programas existentes naquela instituição, Luana Ribeiro também realizou entrevistas com pessoas trans e estas sinalizaram alguns pontos importantes: reconhecimento da universidade como espaço de novas possibilidades, notória dificuldade e receio de utilizar o banheiro da instituição e a passabilidade como importante condição para permanência na universidade pelo entendimento de menor vulnerabilidade a situações de violência por se aproximar da matriz hegemônica. Para além das questões específicas do contexto da UFJF, a pesquisa de Luana Ribeiro apresenta informações interessantes sobre ações e programas desenvolvidos por outras instituições de ensino superior (UFPE e Unifesp, por exemplo).

A pesquisa da estudiosa trans Adriana Santos (2017), intitulada de *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico* teve como objetivo central analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe. A partir da escuta de

narrativas de sete estudantes trans da UFS, alguns apontamentos importantes foram sinalizados: presença de normativa que autoriza uso do nome social, existência de um direcionamento ao atendimento de pessoas trans em um dos campi da instituição e a construção de coletivos por meio de articulação das pessoas trans vinculadas à universidade. Coletivos que promovem a Semana de Visibilidade Trans, importante evento de visibilidade na instituição. Porém, cabe apontar que tais pontos positivos não evitam que situações de transfobia ocorram na instituição. O que, por sua vez, gera necessidade de estratégias para lidar com a transfobia institucional: evitar ao máximo utilizar o banheiro social e a não exposição em sala de aula por meio de silenciamento.

Na dissertação de Emily Souza (2019), mulher trans, intitulada de *(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans\* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte*, a autora aponta como tem sido o cotidiano das pessoas trans em tal instituição. Inicialmente ela aponta as resoluções que garantem o uso do nome social como importante política de acesso e vai contextualizando as vivências narradas pelas colaboradoras de pesquisa a partir do referencial teórico produzido, principalmente, pelas transfeministas. Com base nas entrevistas de oito pessoas trans, percebeu-se que as vivências nas universidades são marcadas por semelhanças e diferenças, muito em virtude de fatores específicos singulares de cada vivência. Entende-se a normativa de uso de nome social como importante política de acesso, mas as cotas direcionadas ao acesso de pessoas trans também são lembradas como possibilidade de serem institucionalizadas. Demandas que extrapolam a atuação da universidade são lembradas como sinalizadores que influenciam na vivência universitária: questões ligadas à mudança corporal. Tal estudo sinaliza para a perspectiva interseccional, isto é, um olhar que não se restringe ao gênero, mas que considere outros fatores como influenciadores das vivências trans e que precisam ser acolhidos pelas instituições.

Keo Silva e Alexandre Vaz (2019), ao analisarem a questão das vivências trans na Universidade Federal de Santa Catarina no artigo *Pessoas Trans no Ensino Superior: lutas por acesso e permanência*, eles destacam as resoluções que regulamentam o nome social. Para eles, tais normativas funcionam como primeiro e importante passo, pois garantem o acesso das pessoas trans na instituição ao deixar visível, pelo menos num primeiro momento, que as pessoas trans podem lutar pelo direito de reconhecimento. No entanto, apesar da positividade dessas regulamentações, os autores deixam evidente que vivemos num cenário de disputas políticas e

que esforços devem ser empreendidos pela garantia de um ambiente democrático. Em meio a tal contexto de ameaças, a universidade pode ter papel importante na construção de direitos e promoção de cidadania para todas e todos que a acessam.

Aproximando-se do artigo anteriormente apresentado nesse texto, Keo Silva (2019) que se identifica como homem trans, na dissertação de mestrado *Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans\**, *políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social* discorre sobre vivências trans na Universidade Federal de Santa Catarina. Exalta a importância das normativas que regulamentam o uso do nome social na instituição como garantia de acesso e permanência. Porém, vai além, ao apontar que esta permanência é marcada por outras necessidades que precisam ser consideradas, pois, caso não sejam pensadas pela instituição, podem contribuir para evasão de estudantes. E ressalta o quanto a entrada das pessoas trans na Universidade Federal de Santa Catarina promoveu mudanças, pois tais corpos pela simples existência já promovem inquietações à ordem normativa.

As apresentações dos trabalhos que pesquisaram sobre acesso e permanência de pessoas trans em instituições de ensino superior nos possibilita compreender como tem sido as vivências de tais pessoas em tais contextos. Assim, torna-se importante, nesse momento, apontar quais aproximações e diferenças presentes nos estudos, com vistas a um olhar aproximado das principais questões experienciadas por pessoas trans.

De forma geral, as instituições de ensino superior são concebidas pelas pessoas trans como um espaço de novas vivências e que colabora para que se construa um novo olhar para suas identidades. Estar vinculada a universidade pode promover novos olhares para suas identidades, tanto a nível de respeito como de promover novos lugares profissionais, tendo em vista que tais corpos ainda são marginalizados no mercado formal de trabalho. Em termos de políticas, as normativas que regulamentam o nome social são valorizadas por promoverem reconhecimento no acesso. Mesmo notoriamente vistas como positivas nos trabalhos, cabe salientar que não bastam se não estiverem articuladas com outras ações, conforme apontaram Viana et.al. (2022, p. 06) “os depoimentos evidenciaram o não cumprimento dessa legislação e estudos apontam que normatizar o nome social isoladamente não é uma medida suficiente para que esse estudante se sinta acolhido nas suas peculiaridades”. Porém, em termos de desafios, são apresentados diversos fatores e todos como vinculados à ordem maior, isto é, como entrelaçados às regulações cisheteronormativas. Tal constatação é que nos leva a buscar compreender melhor as experiências que ocorrem em tais instituições, de forma a analisa-las dentro de suas

especificidades contextuais. Nesse momento, visibilizar o quanto o regime normativo cisgênero atua nos contextos educacionais se mostra urgente e necessário, pois a exclusão e o adoecimento advém desse cenário. Em meio a tal cenário de não reconhecimento, alguns apontamentos são feitos, destacando-se os movimentos sociais/coletivos formados por pessoas trans como impulsionadores da ordem institucional. Assim, em meio as dificuldades, os grupos formados por pessoas trans se mostram como referências institucionais que promovem e sustentam as melhores estratégias para lidar com as transfobias institucionais, inquietando-se, transformando tais cenários a partir de conquistas direcionadas as pessoas que não são reconhecidas. Cabe, por sua vez, sinalizar também para ações solitárias de pessoas trans que são movidas por lógicas de quem tem o direito de estarem em tais espaços educacionais. Essa rede de apoio e solidariedade nas universidades, se alinha ao apontado por Viana *et al.*(2022, p.2):

Estudos recentes apontam que a percepção de inclusão e socialização de estudantes trans na universidade é um fator primordial para sua permanência. Nesse sentido, o clima do campus é um componente amplamente pesquisado para a compreensão dos aspectos ambientais que podem influenciar nessa percepção. Entende-se por clima no campus as atitudes, comportamentos e práticas relacionadas ao acesso, inclusão e nível de respeito pelas necessidades individuais e de grupos, compreendido neste estudo como o processo de inclusão e socialização.

A partir de tais apontamentos que trazem nuances apresentadas nas pesquisas realizadas, cabe, de forma breve, sinalizar algumas questões que podem ser observadas quando se faz uma leitura atenta do referencial teórico de tais obras. As referências bibliográficas dos estudos apresentam, de forma geral, pesquisadoras trans de renome como Jaqueline de Jesus, Megg Rayara, Luma Andrade, Marina Reidel, Viviane Vergueiro, Sofia Favero, entre outras. No entanto, cabe destacar trabalhos em que a pesquisa foi conduzida por pessoa trans/travesti <sup>6</sup>ou teve uma pessoa trans enquanto produtora de conhecimento na banca de defesa do Mestrado e/ou Doutorado, como foram os casos de André Oliveira, Keo Silva, Emilly Souza e Adriana Santos, nota-se uma preocupação maior em articular as reflexões com as produções de pessoas trans, de forma alinhada ao preconizado por Sofia Favero (2020) em seus trabalhos e no Manifesto Travesti (2020) por Megg Rayara, Sara York e Bruna Benevides.

Neste momento, compreendo ser importante citar as orientações do Manifesto na íntegra como uma necessidade de se manter atento e fiel a visibilização da cisgeneridade como regime que perpetua violências contra as pessoas travestis e trans. Visibilização que, ao longo das minhas

---

<sup>6</sup> Se autodeclararam como pessoa trans em suas pesquisas mencionadas no meu texto. Tais apontamentos não foram feitos no sentido de cristalizar a identidade de gênero das pessoas que pesquisaram, mas de articular como, no momento em que escreveram, as referências utilizadas poderiam estabelecer conexões com suas identidades.

reflexões sobre as vivências de Thaynara, será importante para relacionar as violências sofridas por ela como parte intrínseca de uma sociedade orientada por normas excludentes.

Assim, as orientações presentes no Manifesto Travesti, apresentados por Sara York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 8) são colocadas a seguir.

“Não falem de nossos nós, por nós e/ou sem nós!

Jamais use o poder do conhecimento como arma e contra um corpo ou um grupo tão deslegitimado como o nosso, de travestis! Muitas escolhas são políticas e questioná-las é validar-nos como menores ou incapazes de saber, decidir e conhecer a história.

Não hierarquize nossas identidades (todas são formas de acesso às políticas públicas). Travestis, mulheres transgêneras e mulheres transexuais são identidades transvestigeneres que devem ser tratadas com igual respeito (sendo fixas em muitas existências perpetuadas ou devires em tantas outras).

Não existe uma única forma de ser travesti. Temos diversas travestilidades e possibilidades de ser travesti. Nenhuma é igual a outra (o experimento da expressão de gênero pode ou não ser constitutivo); não generalize.

Nossa transcestralidade importa (e se não soubermos de nossess/os/as antepassades/os/as, explique sem nos hierarquizar)!

Representatividade importa se pressupor compromisso social, senso de coletividade, compromisso com a transformação e ruptura das estruturas transfóbicas e de exclusão.

Nome social é uma política importante para travestis (que não querem ou não podem mudar de nome). Respeite nossa singularidade!

Reveja os aspectos gramaticais em sua fala/escrita e pense o quanto a língua portuguesa falada e/ou escrita contempla pessoas binárias masculinas.

A língua é viva e como nossa cultura, ela também está mudando, transvestigenera-se! Inclua todes outres sujeites!

Travestis podem ter filhas/os/as (ou não) e constituir família (se desejarem). Não quer ter uma filha travesti, não tenha filhos. As chances de ter uma filha trans é a mesma de ter um/a/e filho/a/e destro/a/e ou canhoto/a/e.

Acolham as crianças trans e travestis, é nesse momento que mais precisamos de apoio. O gueto foi/é importante para nós. Ali aprendemos a nos ajudar e nos compreender como seres coletivos. Parem de ignorar ou sugerir que nossos “quilombos” não tiveram importância para a nossa sobrevivência. Sobrevivemos à epidemia do HIV. Somos filhas da AIDS. Netas da Violência. E hoje queremos mais (em terra Brasilis, quem perdoa é Jesus!), queremos reparação histórica, já!

Prostituição não é crime no Brasil, poderia ser uma opção para muitas de nós, mas numa sociedade justa não podemos suportar que qualquer pessoa esteja nesta profissão enquanto destino compulsório, inicial e final de sua existência. Vivemos e as nossas trans-epistemologias também! (com sua inconsciência ou isenção diante dos nossos temas e demandas).

Contrate uma Travesti. Ajude em sua formação e qualificação. Pague por consultoria quando precisar de uma travesti para escrever sobre nós. Façam eventos, propagandas, filmes, peças ou qualquer coisa sobre nós, desde que haja travesti(s) participando efetivamente na equipe.

Pesquisas: alimente a política da inserção, podemos escrever juntas/os/es/xs. Respeite o lugar de fala – fale a partir do que lhe toca e como lhe toca – isso significa ir além e (re)pensar (a sua pesquisa, seu objeto) seu olhar sobre a vida.

Não fetichizem nossos corpos. O país que mais acessa pornografia trans/travesti é o mesmo país que ainda discute casamento homoafetivo e enxerga trans/travestis como extensão de orientação sexual.

Não somos violentas. Esse discurso alimenta os processos de exclusão das travestis dos espaços sociais, ainda que nossa “docilidade” fosse ensinada nas escolas, em nossas famílias e sociedade. Chega de “dar a outra face”! O sorriso e o bom gosto sempre foram uma marca travesti de sobrevivência, mas estamos além das baladas, somos os sorrisos nas redes sociais, mas exigimos responsabilidade social com as causas que nos visibilizam. Vivemos antes, agora e no futuro, oportunizar um agora é construir um futuro possível e menos violento e, quem sabe, um dia de paz.”

#### **4 PESQUISANDO E DIALOGANDO COM NARRATIVAS TRANS: O DESAFIO DE UMA ALTERIDADE EXIGENTE**

A proposta deste capítulo é apresentar a caracterização do objeto de investigação, a origem das fontes dos dados a serem pesquisados e o método de análise a ser desenvolvido. Dessa forma, se terá uma descrição dos passos metodológicos da presente pesquisa, os quais garantirão a consistência acadêmico científica do estudo realizado.

Esta pesquisa é qualitativa, que pode ser compreendida como um fenômeno apreendido no contexto onde ocorre e sendo que faz parte e está inserido, e deve ser analisado de maneira integral, ou seja, deve-se considerar todos os campos de vista relevantes, conforme Godoy (1995). Sua proposta é não apresentar uma estrutura rígida. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam compreender os sujeitos em seus próprios contextos e ainda, uma compreensão dos fenômenos sociais dando relevância aos aspectos subjetivos da ação social. Lida com fenômenos complexos e sua singularidade, assim, a possibilidade de representatividade dos dados está na descrição densa e compreensão dos significados dos fenômenos estudados (GOLDEMBERG, 2002). Segundo Marília Cecília MINAYO (2007), a abordagem se aplica, então, ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Nessa assertiva se funda a análise qualitativa que se procede.

Para realização do presente estudo foi feito levantamento bibliográfico relacionado ao universo trans na educação superior/universitária, no intuito de conhecer outros estudos sobre acesso e/ou permanência de pessoas trans em tais contextos de ensino. Foi realizada uma entrevista narrativa com uma estudante trans da graduação que está regularmente matriculada na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O intuito de realizar apenas uma entrevista, em vez de outras com outros/as estudantes trans e travestis se alinha a proposição de termos um olhar para singularidade de tais pessoas, de forma profunda e reflexiva, em vez de se produzir um olhar generalizante sobre um número reduzido de pessoas já que a presença delas se mostra reduzida em função de uma exclusão estrutural que alguns ainda se referem como evasão. Este olhar para tais singularidades de tais experiências se alinha a uma das orientações do Manifesto Travesti (YORK, OLIVEIRA e BENEVIDES, 2020.p. 09) – “Não existe uma única forma de ser travesti. Temos diversas Travestilidades e possibilidades de ser travesti. Nenhuma é igual a outra (o experimento da expressão de gênero pode ou não ser constitutivo); não generalize”.

Outras questões mais pragmáticas se relacionam a quesitos legais de uma pesquisa com seres humanos, Deste modo, esta investigação faz parte de uma pesquisa mais ampla, submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, denominada *Gênero e Sexualidades em contextos educacionais*, tendo como pesquisador responsável o Prof. Dr. Marco Antônio Torres. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética de Pesquisa da UFOP (CAAE 55477621.7.0000.5150), realizou-se inicialmente um levantamento sobre à população trans na UFOP.

Foi feito contato com pessoas trans inseridas no Cadastro de Pessoas Trans da PRACE (banco de dados interno do setor) com intuito de já realizar a entrevista-piloto que serviria de referência de análise a ser apresentada na qualificação. Após a qualificação, em conformidade com as orientações da banca, decidiu-se aprofundar na análise da entrevista realizada com a estudante trans Thaynara, articulando, principalmente, com a produção de autoras travestis e trans. Compreendendo que as experiências relatadas apresentam elementos evidentes para uma análise do contexto cisgênero e excludente, optou-se por não analisar experiências de outras pessoas trans já que o propósito desse trabalho é o de justamente evitar generalizações entre vivências. Tem-se, dessa forma, um aprofundamento das análises relacionadas as vivências de uma estudante trans que apresenta toda uma rede de influências orientadas por um regime de verdade que situa uns como possíveis a vida, enquanto negam tais direitos a outras pessoas.

Segundo Rosália DUARTE (2004), as entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. Assim, Heloisa SZYMANSKI (2004) diz que a entrevista permite a apropriação do contexto das relações interpessoais entre os protagonistas da entrevista, incluída a subjetividade dos protagonistas, podem se construir um momento de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder.

Para este estudo, será utilizada a modalidade de entrevista narrativa. Conforme defendem Muylaert *et al.* (2014), esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. Existe nas

entrevistas narrativas uma importante característica colaborativa, já que a história emerge do processo de interação, de troca, do diálogo entre entrevistador e participantes. Desse modo, para se realizar uma entrevista narrativa, é imprescindível em seu instrumento de coleta uma questão gerativa que funcionará como estímulo para que o entrevistado nos conte suas experiências (Uwe FLICK, 2008). A pergunta é muito pouco específica, podendo direcionar o sujeito a contar toda a história de sua vida ou pode visar a algum tópico da biografia do informante. Nesse estudo, a pergunta gerativa será formulada com intuito de direcionar as narrativas dos sujeitos participantes ao contexto da universidade, buscando elementos biográficos que sinalizem sobre o acesso e permanência daquelas pessoas em tal contexto.

#### **4.1 Entrevista Narrativa: resgatando experiências e potencializando vidas**

No intuito de refletir sobre as vidas das pessoas trans, cabe apresentar o conceito de experiência por Joan SCOTT (1999) e por Jorge LARROSA como forma de nos atentarmos para as singularidades das pessoas diante do coletivo. SCOTT (1999) apresenta uma noção de experiência em que esta se situa como uma ruptura num dado momento histórico, isto é, assume um lugar político por revelar nuances e possibilidades até então não vistas e que podem, dessa forma, estremecer as normas e orientações hegemônicas. Esta perspectiva será articulada a partir das exposições de autoras trans quando eu for refletir sobre vivências da estudante Thaynara, principalmente, em momentos externos à instituição universitária. A experiência segundo Scott diz sobre um registro que parte da experiência direta do outro e que coloca em dúvida o caráter essencializante da história normativa. Visibilizar as narrativas marginais se alinharia a tal entendimento, de experiência como não compromisso com a verdade que nos contaram para que possamos dizer sobre nossas verdades ou as verdades dos outros. Assim, põe em cheque um regime de verdade hegemônico.

Já Jorge Larrosa situa a experiência como singularidade, dando ênfase, por sua vez, aos contextos da educação. Sua produção nos leva a compreender o quanto os processos educativos e as relações estabelecidas nas instituições de educação são orientadas por processos massificantes e generalistas, que se situam numa ordem de atender a ordem do capital. Larrosa sinaliza a experiência como um empreendimento de quase não possibilidade no meio educacional já que há forte apreço ao acúmulo de conhecimento em detrimento de espaços onde as pessoas poderiam sinalizar como se situam, em sua singularidade, em meio a tudo isso. Diz sobre experiência enquanto chance de romper com a previsibilidade da ordem educacional massificadora. Experiência como pausa, um olhar sobre o sujeito histórico num

dado contexto (DE FAVERE; LUNARDI MENDES, 2016). Sua postura reflexiva e inquietante nos convida a ter um olhar atento para as questões trazidas pelas pessoas que fazem parte do processo de ensino aprendizagem, considerando as questões pessoais que perpassam esse caminho. Caminho esse que não será analisado sem considerar o contexto externo que, no caso de estudantes trans, estão sendo orientados por uma perspectiva hegemônica cisgênera.

Num cenário social, como já apresentado, marcado por relações sociais permeadas de poder e orientadas pela homogeneização dos corpos, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (LARROSA, 2002, p.21). A potencialidade de tais singularidades no que se refere a vida das pessoas trans, tidas como abjetas a partir de uma produção alinhada à cisheteronormatividade, que concebe tais corpos como não importantes, se apresenta como um potente agente político. Político no sentido de marcar sua existência enquanto discurso possível em meio a outros discursos dominantes, tornando-se, dessa forma, possibilidades de resistência. Cabe sinalizar que resistência aqui é apresentada na lógica foucaultiana, isto é, não como discurso de total diferença ou oposição frente aos discursos dominantes, mas como diz Guilherme CASTELO BRANCO (2001, p. 242) “a possibilidade de transformação do mundo por intermédio de práticas contestadoras”.

Com base nesses apontamentos e buscando-se trazer à tona possibilidades de relato, entende-se que as entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Segundo DUARTE (2004), se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

No que se refere à potencialidade de fazer emergir experiências singulares, destaca-se o método de entrevista narrativa como instrumento de referência. Conforme defendem Muylaert *et al.* (2014), esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. As narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas

reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes. Tal concepção estaria alinhada à perspectiva foucaultiana de que o sujeito nasce num sistema regulatório (normas e valores conduzidos por saberes hegemônicos que produzem os sujeitos). As narrativas apresentam, dessa forma, possibilidades de entendimento das estruturas que permeiam a vida da pessoa entrevistada. Regina ARAUJO e Nilzilene LUCINDO (2014, p. 24) dizem “As narrativas trazem à tona uma riqueza de aspectos que conduzem à exploração da categoria abordada”.

Existe nas entrevistas narrativas uma importante característica colaborativa, já que a história emerge do processo de interação, de troca, do diálogo entre entrevistador e participantes. Toda experiência humana pode ser narrada, isto é, ser expressa pela narrativa. Contar histórias é uma capacidade universal. Sandra JOVECHELOVITCH e Martin BAUER (2002, p. 91) dizem “contar histórias aliviam sentimentos que confrontam a vida normal”. Este último apontamento justifica a potencialidade da metodologia para se aproximar das experiências de pessoas não legitimadas pelos discursos dominantes e/ou que produzem formas de assujeitamento.

Uma narrativa depende de enredo, isto é, de uma tentativa não só de contar acontecimentos, mas de interligá-los, de forma a gerar um entendimento de um acontecimento maior. Dessa forma, o enredo dá coerência e sentido a história. Narrativas que revelam o contexto (atores, relações, moralidade, objetivos, descrições, etc). O enredo de uma narrativa é algo que deve ser destacado, pois traz a marca do sujeito que conta a história. Assim, há a decisão, a escolha daquilo que ele quer contar e como quer contar (sem descontinuidades tão marcantes nas entrevistas estruturadas a priori). Este aspecto pessoal é algo extremamente importante, pois dá um certo protagonismo do sujeito que conta. Esse aspecto pessoal e decisório de como contar e o que contar nos revela o quanto a narrativa não é simplesmente cronológica e um simples contar de acontecimentos, mas de uma essência do sujeito que define até onde vai e como vai nos revelar sobre sua vida (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002).

Desse modo, para se realizar uma entrevista narrativa, é imprescindível em seu instrumento de coleta uma questão gerativa, como forma de estimular a narrativa do colaborador (FLICK, 2008). A pergunta é muito pouco específica, podendo direcionar o sujeito a contar toda a história de sua vida ou pode visar a algum tópico da biografia do informante. A especificidade de tal método de pesquisa está em garantir mais liberdade à narrativa, contrapondo, dessa forma, ao modelo pergunta-resposta (definido e orientado pelo entrevistador que se sustente num lugar

hegemônico). Se aproxima, dessa forma, a comunicação cotidiana de se contar e escutar história (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002). Tal postura foi adotada por mim durante a entrevista narrativa, como forma de criar um contexto acolhedor e propício a compreender os lugares sociais, políticos e econômico vivido por Thaynara, como forma de se alinhar ao entendimento das pesquisadoras Célia NUNES, Regina ARAÚJO e Karla PADUA (2021, p. 638):

“Evidenciamos essas realidades tomando suas narrativas e seus relatos na busca de uma análise compreensiva de suas vozes. As narrativas possibilitam aos jovens expressarem a forma como experenciam o mundo e quais são os sentidos que esses jovens atribuem as suas vivências e realidades. Mesmo narrando experiências singulares, isso não significa que sejam individuais, cada um desses jovens está imerso em papéis e lugares sociais, políticos e econômicos que marcam de maneira significativa suas vidas”.

Um dos procedimentos mais importantes e que se relaciona às entrevistas é a transcrição, isto é, devem ser transcritas, logo após finalizadas, preferencialmente por quem realizou a entrevista. Após realizar a transcrição, a entrevista deve passar por uma conferência, realizada da seguinte forma: com o texto em mãos, ouvindo novamente a gravação, acompanhando cada frase, mudança de entonação, interjeições, interrupções, etc. Tal procedimento é uma forma de evitar erros ou respostas induzidas, garantindo uma investigação fiel ao que foi dito pela pessoa que foi entrevistada (ALBERTI, 1990 *apud* DUARTE, 2004).

O momento da transcrição pode contribuir para a percepção do que foi falado, mas também sobre o que não foi perguntado, isto é, pode garantir uma percepção de influências na entrevista. Um outro ponto também é o de perceber as reações da pessoa que está sendo entrevistada: seu tom de voz, alguma pausa que tenha sido provocada por alguma influência e questões relacionadas a performance da entrevistada: expressões faciais, posicionamento do corpo, desvio no olhar (Eduardo MANZINI, 2008).

Diante da importância em realizar a transcrição para garantir melhor análise dos resultados, irei utilizar como referência a adaptação do método de Luciana HARTMANN (2012) elaborada por Rubens MODESTO (2018), cujo objetivo é buscar uma diagramação próxima à narrativa da entrevistada. Assim, separação de sentenças serão apresentadas por mudança de linha; pequenas pausas serão demonstradas por reticências; negrito como ênfase em determinada fala; itálico como grafia não formal, isto é, mais próxima a pronúncia do cotidiano; letras maiúsculas como forte entonação (volume mais alto); repetição de vogais indicam sílabas alongadas; colchetes serão utilizadas para inserir observações do pesquisador ou informações específicas que ocorreram na entrevista.

Retomando a concepção foucaultiana do poder em que este “está disseminado por todas as partes do mundo social, numa trama complexa e heterogênea de relações de poder, na qual as resistências ao poder também tomam parte e presentificam-se” (CASTELO BRANCO, 2001, p. 240), considero que as entrevistas narrativas são um potente método de investigação científica para o estudo de pessoas marginalizadas. Cabe, no entanto, apontar que esta marginalização deve ser lida a partir da noção de cisgeneridade, como bem apontado por Viviane Vergueiro (2016), quando ela nos inquieta em questionar as proposições normativas e hegemônicas, desnaturalizando a cisgeneridade quando esta nos impõe um único modo de compreender as ilusões nos processos de autoafirmação de identidades de gênero. Tal explanação nos coloca a refletir sobre narrativa que é experienciada num regime de verdade que se articula e nos direciona num caminho generificado, situando a matriz hegemônica cisgênera como uma verdade não questionada.

Com base no conceito butleriano de violência ética, ao possibilitar espaço de relato de experiências num contexto em que a ética pressupõe algumas pessoas como inteligíveis e outras tidas como abjetas, isto é, não inteligíveis pelos discursos dominantes, as entrevistas estariam alinhadas à perspectiva de luta individualizante proposta por Foucault. As lutas individualizantes, enfim, são lutas efetivamente potentes contra as tecnologias de poder desenvolvidas na sociedade ocidental nos últimos séculos, e que têm no Estado contemporâneo um de seus principais representantes (CASTELO BRANCO, 2001, p. 245). Tais lutas seriam aquelas contra o assujeitamento, isto é, que pressupõe alguns sujeitos como referência correta, como corpos inteligíveis, enquanto outros são corpos que não importam, isto é, marginalizados.

Foucault, ao incentivar a autonomia do sujeito resistindo, questionando ao que lhe é imposto, traz uma expectativa por um espaço público democrático, quase que, idealizado. No entanto, não me parece ser idealista, mas apenas nos convida a se movimentar nesse cenário de forma mais autônoma, isto é, menos assujeitada. Ele quer, ao apontar esses elementos, nos incentivar a questionar as evidências e mostrar possibilidades de mudanças factíveis. As experiências, retomadas pelas narrativas, podem estar permeadas de elementos potencializadores de transformação e alinhado a crença foucaultiana de que o “futuro das lutas políticas e da reflexão ética vive nos movimentos verdadeiramente inovadores e criativos da atualidade, os únicos dignos da modernidade: os diferentes tipos de anarquismo, cada vez mais presentes nos movimentos políticos ativos do fim do século XX” (CASTELO BRANCO, p. 247). Próxima a tal premissa potencializadora de transformação, cabe finalizar trazendo apontamento de que,

segundo Camila Muylaert (2014) a narrativa é fundamental para a construção da noção de coletivo. Ao possibilitar a emergência de narrativas marginalizadas, dando visibilidade a aspectos desconhecidos como anteriormente já destacamos, há possibilidade de um entendimento das individualidades enquanto vozes que formam um grupo.

Conforme já assinalado anteriormente, parte essencial que constitui a metodologia deste trabalho foi a realização de uma entrevista narrativa com a estudante trans Thaynara, graduanda da Universidade Federal de Ouro Preto. Retomando, mais uma vez, que em tal técnica de coleta de dados não se estrutura com um roteiro de perguntas, mas se faz apenas uma: a pergunta gerativa. Assim, em tal entrevista piloto foi feita a pergunta: *Conte-me sua história desde a entrada na UFOP até o presente momento.*

A partir da concepção de experiência em Larrosa (2002) e Scott (1999), alinhado ao Manifesto Travesti (YORK, OLIVEIRA e BENEVIDES, 2020.p.09) – “Não existe uma única forma de ser travesti. Temos diversas Travestilidades e possibilidades de ser travesti. Nenhuma é igual a outra (o experimento da expressão de gênero pode ou não ser constitutivo; não generalize”. – buscou-se, a partir da entrevista, oferecer um espaço para que ela pudesse narrar suas experiências únicas como forma de se situar enquanto sujeito político que ocupa lugares em que será influenciada pelas suas vivências. Tanto na relação com os outros, como consigo mesma. A entrevista foi realizada no mês de janeiro de 2022 por videoconferência<sup>7</sup>.

Neste momento, torna-se importante fazer uma breve apresentação que justifique o impedimento de entrevista face a face, tão tradicional em pesquisas qualitativas. Enquanto orientação sanitária no período da pandemia, o distanciamento social impôs a necessidade de se pensar novas formas e estratégias de coletar dados nas pesquisas qualitativas, tornando o uso das plataformas digitais uma realidade (SCHIMIDT *et al.*, 2020). A utilização de tais plataformas, por sua vez, exige cuidados no manejo para garantir qualidade, efetividade e privacidade nas entrevistas online, tais como: confiabilidade e segurança da rede de Internet e dos equipamentos, ambiente privativo e silencioso, em que seja possível assegurar o mínimo de interrupções (o que vale tanto para o pesquisador quanto para o participante) e uso de plataforma familiar à participante (SCHIMIDT *et al.*, 2020). Cabe destacar que, na entrevista

---

<sup>7</sup> A necessidade de realização de videoconferência deu-se em razão da pandemia do novo Coronavírus e da suspensão das atividades presenciais da Universidade Federal de Ouro Preto, deliberada pela Resolução CUNI 2337 no dia 17 de março de 2020. Em sendo assim, optou-se por realizar a entrevista a distância, o que permitiu dar continuidade à programação das atividades para o desenvolvimento da pesquisa

com Thaynara, foi utilizada a plataforma digital Google Meet já que esta é referência na Universidade Federal de Ouro Preto. Isto é, todas as pessoas da comunidade acadêmica (estudantes e servidores/as) possuem um email institucional vinculado ao Google por acordo entre a instituição e tal empresa, tornando aquela plataforma a mais utilizada por quem está vinculado à UFOP. Ao apresentar a entrevista online, cabe destacar seus pontos fortes:

Dentre os pontos fortes das entrevistas online, é possível citar: (1) maior abrangência geográfica, com inclusão de pessoas de diferentes locais; (2) economia de recursos financeiros e redução de tempo na coleta de dados, pois não há necessidade de grandes deslocamentos; (3) maior segurança de participantes e pesquisadores, frente ao contexto de pandemia; (4) possibilidade de investigar tópicos sensíveis, pois os participantes não estão face a face com os pesquisadores e nem em locais públicos, como universidades e hospitais; e (5) acesso a grupos socialmente marginalizados e estigmatizados, comumente mais reticentes à exposição. (SCHIMIDT *et al.*, 2020, p. 962)

Ao apresentar elementos importante para se pensar as entrevistas remotas, SILVA *et al.* (2022) aponta para possibilidade de captar algumas expressões, emoções e linguagens corporais. Considerando os pontos fortes apresentados anteriormente, eu diria que o fato de manter a câmera ligada por parte de Thaynara, permitiu uma comunicação visual ao longo da entrevista realizada forma síncrona. E que tal configuração contribuiu ainda mais para a sensação de proximidade com ela, tornando o formato online não prejudicial ao relato das experiências da colaboradora.

Cabe destacar que a participante da entrevista foi convidada por e-mail, sendo que o contato estava disponível em cadastro específico destinado ao registro de pessoas trans no setor que estou lotado profissionalmente. Tal cadastro é fruto de um entendimento pessoal sobre a necessidade de se reconhecer quem são essas pessoas para eventuais necessidades, isto é, não é algo regulamentado institucionalmente. Assim, após receber o e-mail, respondeu se disponibilizando a participar da minha pesquisa. Porém, a definição da data e horário para realização da entrevista foi feita após diversas tentativas, que serão descritas no momento da apresentação individualizada que farei posteriormente, pois se relaciona a aspectos específicos da condição de vida da mesma.

Antes de iniciar uma apresentação geral da colaboradora da pesquisa, podemos perceber a partir de sua narrativa que ela sinaliza por um sentimento de pertencimento num universo restrito, isto é, pouco representativo do que a maioria das pessoas viviam. Tal fato sinaliza, desde as primeiras questões pontuadas, para a consciência de que precisam criar ou articular estratégias, pois sabiam que estavam, de fato, num universo regulado pela cisheteronormatividade.

Como forma de garantir o protagonismo da pessoa que colaborou na pesquisa, apresentarei a seguir aspectos gerais sobre ela, respeitando sempre as informações que ela compartilhou ao longo de sua narrativa. Cabe destacar, por sua vez, o quanto ela fez questão que eu usasse o nome social dela ao longo do texto. A não utilização de pseudônimo, por sua vez, foi registrado e assinado por ela num documento específico intitulado de Termo de uso do nome verídico.

Diante do uso da entrevista narrativa como recurso metodológico de trazer à tona as experiências da estudante e almejando uma apresentação que possa ser compreendida de forma mais objetiva, as questões abordadas serão divididas em dois eixos temáticos: a) experiências pessoais para além da universidade, mas que se articulam à vida acadêmica e b) experiências universitárias sobre acesso e permanência que são contingenciadas pelas vivências pessoais. Assim, buscando articular as vivências da Universidade com o contexto de sua vida, inicialmente apresentarei experiências para além do mundo acadêmico, enfatizando como a cisgeneridade regula suas possibilidades de existir. Posteriormente, articularei tais vivências com situações experienciadas na Universidade Federal de Ouro Preto que perpassam sua entrada (acesso) na instituição e sua permanência na mesma.

#### **4.2 Prazer, sou Thaynara!**

Antes de iniciar as análises, mas já apresentando, experiências significativas narradas por Thaynara, torna-se importante trazer um pouco de sua vida para além do contexto universitário, marcadamente orientado por exigências acadêmicas, em que as singularidades externas parecem ficar em segundo plano se considerarmos seu relato. Sobre o encontro e a chance de escutá-la, cabe algumas observações que julgo necessárias. Thaynara foi rápida em aceitar a participação na pesquisa respondendo o convite (feito via e-mail), mas a entrevista, de fato, exigiu um tempo maior para definirmos a melhor data e horário. A agenda dela deve ser compreendida pela sua rotina de estudante trabalhadora e que ela faz questão de afirmar, isto é, suas vivências não podem se resumir ao que acontece dentro dos muros da Universidade Federal de Ouro Preto, mas também em relação a sua condição de instrutora de autoescola. Thaynara se apresenta como uma pessoa comprometida com a organização, que se mostrou presente tanto em sua narrativa ao longo da entrevista, como também na sua rotina profissional, como no contato presencial que tive com ela, quando levei o Termo de Consentimento para ela assinar. Ela pegou o documento, a prancheta que carregava dentro do carro da autoescola e disse que “*gostava de tudo organizadinho*”. A partir dessa fala, em que a organização e atenção se mostram tão presentes, a entrevista surge como um momento especial, cuidadosamente pensado para estar ali. Antes de iniciar a gravação, ela perguntou se poderia beber um vinho durante a

entrevista. Tal pergunta (um pedido em busca de uma autorização) sinalizaria para mim como se aquele momento fosse mais do que uma entrevista: um “quase evento” em que ela seria a protagonista. Cabe sinalizar que a entrevista foi gravada, porém, tanto antes como depois, ela se mostrou bem à vontade com minha presença. Um contato leve e divertido, em que ela compartilhou experiências bastante íntimas de sua vida cotidiana que não serão abordadas nesse texto, pois assumi o compromisso de abordar apenas o que foi gravado ou autorizado por ela.

Ao longo do tempo em que estive com ela, tive a sensação que ela viveu muito para tomar a decisão de estar ali comigo: tomando vinho como se quisesse ir, ao longo de cada gole, ser mais espontânea e fiel a tudo que viveu na vida como uma mulher trans. A entrevista durou, aproximadamente, noventa minutos. Mas fiquei com a impressão de que outras garrafas de vinho levariam a outros encontros (para relatar outras experiências) e, ao final, teríamos um livro grande, cheio de histórias marcantes. *Quem sabe?*

Thaynara parece gostar e se sentir à vontade falando de sua vida. Não que fosse fácil detalhar tudo que viveu, muito pelo contrário. Em alguns momentos até poderia soar como leve, despojada, se não considerarmos o “conjunto da obra”, isto é, seu contexto de vida. Estar com Thaynara ou com alguém disposta a contar histórias é sempre muito prazeroso. Mas, quando se trata de uma pessoa trans, no país que mais assassina transexuais no mundo, devemos estar atentos ao cenário violento que a produz, enquanto sujeito. E foi com esse olhar atento que silenciosamente estive na companhia dela, me emocionando com tudo que ela contou desde o ingresso na universidade.

De forma breve, irei apresentar um pouco sobre ela, como forma de irmos lendo e compreendendo um pouco sobre suas vivências, enquanto mulher trans que vive sob um regime de vida cisgênero numa cidade do interior de Minas Gerais.

Thaynara Menezes, mulher trans branca, 41 anos, regularmente matriculada num curso de graduação na Área de Humanas. Desde criança, com 8 anos de idade, se via como parte do universo feminino, mas diz que iniciou a transição com 35 anos de idade. Tal fala nos leva a pensar sobre infâncias trans e o tempo emocional (22 anos – dos 8 aos 35 anos) vivido sobre um regime de verdade cisgênero e opressor que a fez viver sob regras, muitas vezes não consentidas. Mas, sem me prolongar, faço essa pausa como forma de sinalizar para compreensão da saúde mental de Thaynara a partir de tais contingenciamentos contextuais e não como escolha pessoal ou da ordem do diagnóstico. A transição, de fato, é nomeada por ela

ao se referir ao uso de medicação e acompanhamento especializado que foi feito logo no início da graduação, sendo tal fato um aspecto que será melhor descrito nos resultados.

Thaynara, ao longo de sua narrativa, destaca sua experiência profissional, sendo o trabalho um dos aspectos centrais em sua fala, dos discursos que a constituem como sujeito. O trabalho e o estudo, a partir de sua vivência universitária e em outros cursos profissionalizantes são enfatizados e problematizados quando se discute a permanência na universidade. Experiências que, narradas e em constante interlocução, acabam por influenciar em sua saúde mental, que foi uma das questões evidenciadas por ela e que merecerão atenção na análise (em articulação com a cisgeneridade). Em relação à saúde mental, nota-se a presença frequente de ideação suicida. No entanto, cabe destacar que tais pensamentos devem ser analisados considerando o contexto orientado pela cisgeneridade, isto é, que violentam experiências não alinhadas a tal normatividade como o caso de Thaynara. Considerando toda sua narrativa, marcada por um forte desejo de colaborar, Thaynara apresenta alguns pontos de suas vivências pessoais bastante íntimos: relação distante com família, sentimento de solidão bastante presente, percepção de não aceitação e despreparo da Universidade quando compara com suas experiências de trabalho externas à instituição, isto é, como se o ambiente profissional conseguisse acolhê-la melhor. Tal constatação se verifica em uma das passagens de sua narrativa, em que afirma “*A UFOP não tá preparada para pessoas trans!*”

Diante dessa breve apresentação, a seguir será feita análise da narrativa da entrevistada a partir, principalmente, da perspectiva foucaultiana, mas trazendo autoras (Letícia NASCIMENTO, 2021; Viviane VERGUEIRO, 2015; Megg Rayara OLIVEIRA, 2017; Sofia FAVERO, 2020) que abordam sobre aspectos que se aproximam da vivência trans. Ainda que existem tensões teóricas entre as autoras, aqui entendemos certas aproximações como aquilo que a perspectiva pós-crítica definiu como bricolagem (MEYER; PARAÍSO, 2012). Na análise, foram utilizadas algumas orientações metodológicas sugeridas por Fischer (2003) com base nas contribuições de Foucault: a linguagem e o discurso são lugares de lutas permanentes; os enunciados são raros e, nem sempre, são óbvios e exclusivos; é preciso atentar para as práticas discursivas e não discursivas; é preciso manter uma atitude de dúvida diante dos aspectos investigados (ALVES e PIZZI, 2014).

Tais orientações, por sua vez, farão com que os apontamentos feitos e as minhas reflexões, enquanto pesquisador envolvido com as experiências que me são relatadas, digam de uma processo de análise dos discursos que produzem enunciado e não verdades essenciais. O

compromisso está muito mais em ser fiel às narrativas das pessoas entrevistadas do que assumir uma posição de certeza sobre o que foi dito. Apesar de ter como foco, na perspectiva de Foucault, analisar o discurso buscando-se enunciados, ressalta-se que não vou me restringir a eles. Considerando os ensinamentos de Veiga Neto (2004), não podemos focar apenas na busca por enunciados, mas entendê-lo de forma mais ampla e crítica, relacionando-os a textos e práticas que são sutilmente apresentadas ao longo do discurso, mesmo que num primeiro momento não esteja tão evidente. Esse olhar crítico para o que produz os sujeitos, sua subjetividade nas relações que vivenciam é algo a ser buscado, pois entende-se enunciados como raridades oriundas de uma rede de produção.

Este apontamento, do entendimento de enunciado como raro, diz sobre o lugar histórico que ocupa. Assim, o enunciado é um acontecimento, pois é temporal, histórico, datado e por isso precisa ser esmiuçado no sentido de entendê-lo de qual tempo e lugar ele se relaciona. Que nuances implícitas e explícitas se relacionam a tal enunciado. As análises a seguir serão norteadas a partir dessa perspectiva crítica e que não pressupõe um sujeito essencial. Mas como sujeito produzido pelo discurso, em função de suas relações, isto é, considerando a cultura e o contexto.

#### **4.3 Experiências cotidianas que se articulam à universidade: trabalho, saúde, solidão e rede apoio.**

Considerando sua história profissional, em que trabalhou como motorista do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e, atualmente ocupa função de instrutora de autoescola, fica nítido o quanto a verbalização frequente relacionada ao exercício profissional é uma marca importante ao longo de sua narrativa, pois sinaliza sobre sua condição diante de um coletivo. E se considerarmos as pontuações colocadas pelas pesquisadoras Sara York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020, p. 9), cabe sinalizar o quanto a empregabilidade de pessoas trans e travestis faz parte de uma luta: “Contrate uma Travesti. Ajude em sua formação e qualificação. Pague por consultoria quando precisar de uma travesti para escrever sobre nós”.

Nesse momento, cabe trazer o apontamento de Ágata, uma estudante trans universitária sobre o lugar dos corpos trans que são excluídos dos espaços centrais (mundo acadêmico e inserção formal no mercado de trabalho), tendo como destino frequente a periferia, a margem e a esquina como possibilidade de sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2020). As experiências de Thaynara acessando formalmente o mundo profissional, por sua vez, se tornam um privilégio quando comparado com o de outras pessoas trans. Assim, o sentido de tais vivências deve ser visto não

pelas lentes da cisgeneridade como destino comum e habitual, mas como um empreendimento raro e destoante e que precisa ser politicamente debatido como possibilidade necessária àquelas pessoas. Essa experiência profissional precisa ser entendida pelas pessoas que trabalham na Universidade como uma vivência singular na vida de Thaynara, pois, ao se situar perante seus pares, constata-se o quanto a vulnerabilidade é um destino comum para as pessoas trans. No entanto, tal ponto precisa ser visibilizado, pois a universidade não ocupa apenas um lugar acadêmico e de pesquisa, mas também político. No sentido de pautar necessidades das pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica.

O que, de certa forma, me faz lembrar do reconhecimento sentido por ela ao dizer sobre suas vivências profissionais. Ao longo da leitura, torna-se oportuno considerar a perspectiva interseccional. Apesar da entrevista revelar, inicialmente, problematizações relativas à identidade de gênero de Thaynara, suas experiências se aproximam das colocações de Megg Rayara OLIVEIRA (2017) que enfatiza como outros marcadores como de raça, classe, gênero, geração podem ser acionados nas posições que indicam desigualdades. Assim, refletir sobre a condição da opressão estrutural de gênero deve ser feita de forma interseccional, isto é, considerando tais marcadores políticos.

E, falando em trabalho, a narrativa de Thaynara é muito marcada pela grande necessidade de dizer sobre sua história profissional. Logo nos minutos iniciais da entrevista, ela se apresenta a partir do conturbado momento profissional que passou no período que acessou à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Morando em Mariana e trabalhando na Samarco em 2015, a tragédia de Bento Rodrigues neste mesmo ano (chamada por ela de *tragédia da Samarco*<sup>8</sup>) mudou totalmente sua estabilidade financeira, pois a Samarco ficou impedida de continuar funcionando.

Demitida, foi obrigada a pensar em novos rumos. Fez prova do processo seletivo do SAMU como forma de conseguir um outro emprego já que dependia financeiramente do trabalho para continuar morando em Mariana e estudando na UFOP. Foi aprovada em tal seleção para ser socorrista do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), responsável por conduzir ambulância. Tal momento coincide com sua entrada na UFOP. Assim, estaria vivendo três momentos novos: profissionalmente empregada no SAMU, academicamente cursando uma

---

<sup>8</sup> O rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (BRF, propriedade da Mineradora Samarco S.A.) ocorreu em 5 de novembro de 2015, no município de Mariana (distrito de Bento Rodrigues), Minas Gerais. É considerada a maior tragédia socioambiental do Brasil. (BOTELHO, 2021, p. 2)

graduação numa universidade federal e também envolvida no complexo processo de transição. Este último momento foi marcante para Thaynara, trazendo dúvidas e incertezas:

“E aí, eu me via nuuu, num **DILEMA!** Como que vai ser, se assumir dentro de uma universidade?, assumir dentro do meu ambiente de trabalho?, assumir numa sociedade?, uma vez que eu tinha um relacionamento com uma mulher e que ela não sabia exatamente” (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro, 2022)

Tal fala diz sobre o lugar e o tempo vivido por Thaynara enquanto uma pessoa trans que se sentia interpelada, coagida a viver sob as orientações em um ambiente cisheteronormativo. A noção de cisheteronormatividade, segundo Mattos e Cidade (2016), articula-se como uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero. Assim, por mais que estivesse vivendo situações socialmente valorizadas (estar empregada com carteira assinada e matriculada numa universidade federal e pública), o fato de ser uma pessoa trans a coloca numa condição de coação frente aos dispositivos hegemônicos que não legitimam a transexualidade. Em tal trecho, percebe-se que a força de coação é social, isto é, as instituições *a priori* estariam impregnadas por esse entendimento de não reconhecimento. Percebe-se, pela sua fala, que nem a universidade, enquanto instituição de referência da educação, estaria livre de tal entendimento por parte dela.

Em meio a tal apreensão pelas incertezas que a transição poderia gerar, nota-se uma implicação da aluna em investir em procedimentos que pudessem garantir um aspecto cada vez mais feminino para seu corpo e na produção pessoal. Tal fato se justificaria como uma possível resposta social, alinhado ao entendimento de gênero como performatividade em busca de uma inteligibilidade, ou seja, de reconhecimento. Isto é, um investimento pessoal no sentido de repetir atos corpóreos que se aproximariam da noção cultural de gênero feminino: investimento em maquiagem, tratamento hormonal, cabelos compridos e acompanhamento especializado. Em Butler (2019, p. 16), constatamos como “as normas regulatórias do sexo trabalham de forma performativa para constituir materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. ” Alinhada a tal concepção de gênero, cabe apontar, a partir da narrativa de Thaynara, a noção de gênero por Scott (1990) como uma forma de indicar “construções culturais”, isto é, o entendimento que temos sobre os papéis adequados e esperados de homens e mulheres é inteiramente social. Tal entendimento nos faz ter um olhar para o gênero como categoria de análise histórica que precisa ser entendido, compreendido e não dado como algo

biológico e inato ao sujeito. Tal perspectiva nos convida a ter um olhar para outro, no sentido de descobri-lo, entendê-lo em suas especificidades, em detrimento de encaixá-lo dentro de alguns princípios ou noções pré-concebidas, como historicamente se vinculou ao sexo. Nesse sentido, escutar Thaynara é uma abertura a compreendê-la como pessoa de possibilidades, produzida a partir de várias influências que perpassam suas experiências. Na perspectiva de Joan Scott (1990), temos que pensar como seu corpo sexuado é produzido, implantado, modificado e como sobrevive em meio às relações sociais que estabelece. O grande potencial trazido pela autora é justamente o de pensar gênero como algo não estável, pois ela sinaliza justamente a inquietude diante do que está sendo colocado como verdade estática, rígida. A posição dela surge quase como desestabilizador de conceitos como mulher, homem, sexo e, até mesmo, o corpo. Porém, Butler (2003) vai mais além, compreendendo o próprio dimorfismo sexual como produção discursiva que ao indicar homem com pênis e mulher com vagina produz aquilo que nomeia. Rompe-se tais conceitos como naturais para se ter um olhar cultural para os mesmos. “Pensar o gênero como performatividade e relacionalidade compreende perceber a multiplicidade do fazer gênero fora do mundo ocidental-moderno” (GOMES, 2018, p.72).

O processo de transição de Thaynara ocorreu, dessa forma, logo nos anos iniciais da graduação. Em meio a tal processo, a aluna destaca perspectivas diversas sobre sua experiência, tanto dentro da universidade, como no ambiente externo, sempre referenciado pelo contexto profissional em que trabalhava. Cabe sinalizar que, nos momentos iniciais da entrevista, ela não menciona a família. Em relação ao ambiente acadêmico, Thaynara percebe olhares diferentes para ela, mas sinaliza o grupo de professores como referências de respeito:

E alguns professores já me olhavam assim, e falavam assim na hora de fazer a chamada...é...Chamava Thaynara e eu levantava a mão. O professor olhava assim e eu falava assim: pois é, professora! Eu...depois a gente conversa sobre! Daí os professores ficavam assim: não, tudo bem! E tocava assim, sem, sem se assustar, sem nada. Tudo com muito respeito! (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro, 2022)

Tal fala se aproxima do entendimento de bell hooks quando apresenta a noção de educação como possibilidade transgressora, isto é, como campo aberto a novas experiências em que estudantes se veem acolhidos dentro de suas especificidades e necessidades. Na obra “Ensinando a transgredir” (2013) bell hooks aponta a necessidade de repensarmos a Pedagogia. Esta deveria ser compromissada com uma permanente crítica, construída de forma coletiva e próxima aos alunos, proporcionando a estes uma relação mais próxima com as questões do mundo. A relação de afeto, nesse sentido, estaria alinhada à tal perspectiva e os docentes seriam referências para concretização desse ideal. As vivências trans, nesse sentido, teriam enormes ganhos quando se deparassem com docentes impregnados dessa perspectiva transgressora.

Alinhada a tal perspectiva transgressora, voltada ao acolhimento das pessoas que fazem parte da comunidade vinculada à instituição educacional, cabe apontar a teoria *queer* como referência importante. Esta teoria nasce compromissada em desnaturalizar a imposição da sociedade pela norma heterossexual. Entende, dessa forma, que as instituições educacionais podem ser frequentadas por pessoas das mais variadas identidades de gênero e sexualidades e que, tais pessoas, devem encontrar uma educação que as reconheça em suas singularidades, sem serem coagidas a agir de determinada forma. Assim, rompe com uma noção clássica de sujeito para se ter um olhar voltado às novas possibilidades de sujeitos presentes e de outros que estarão por vir, isto é, sem compromisso de identificá-lo por características nítidas, objetivas (LOURO, 2018). O posicionamento de alguns professores e professoras do curso ao acolhê-la e escutá-la enquanto travesti detentora de conhecimento se aproxima dos ideais preconizados por Tiffany ODARA quando apresenta a Pedagogia da Desobediência como “movimento político e social que confronta o modelo educacional colonial vigente” (2020, p.20).

O acesso à universidade, o início em um novo trabalho (com novas atribuições) e o processo de transição com todas as suas peculiaridades, marcam a experiência de vida de Thaynara. Otto HANAUER e Ana Paula HEMMI (2019) fizeram um estudo descrever os caminhos percorridos por pessoas transexuais residentes em um município do interior de Minas Gerais para atendimento às suas demandas e necessidades de saúde, apontando desafios. Dentre eles, o caminho solitário (marcado por desafios) e o impacto do uso dos hormônios na saúde daquelas pessoas foram questões que surgiram no processo de transexualizador. Em consonância a tais apontamentos, a aluna manifesta:

Essa transição do masculino para o feminino, eu começo a...aí os hormônios e tudo mais, eu começo a **entrar num estado de depressão!** Depois se quiser conversar com o **professor A** sobre isso, ele sabe! Ele acompanhou muito as situações minhas, uns afastamentos que eu tive bruscos, né? Em que eu me afastei assim, sem explicação, sem dá nada, né?... **a Lorena** também me acompanha desde o início também, a **Maria** também, tem uns professores que sempre teve presente, participativo nessa minha vida de transição (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Percebe-se, pela fala da aluna, o quanto estar passando pelo processo de transição a adoeceu (tanto como efeito dos medicamentos, mas, principalmente, por viver num contexto cisgênero excludente) e cita, ao dizer sobre sua saúde mental, pessoas que se tornaram referências de acolhimento e cuidado para que ela tivesse possibilidade de continuar vivendo. Mais uma vez, fica nítido a partir dessa fala, como os professores ocupam um lugar de compartilhamento de dificuldades e angústias para além de uma referência exclusivamente de formação teórica. Considerando tal sinalização de apoio emocional, a solidão também citada por ela é

experienciada pelas pessoas trans como apresentado pela psicanalista trans Adriana BATISTA (2022):

O amor que seria básico a todo ser humano, acaba por se tornar um privilégio cisgênero. E mulheres trans e travestis são excluídas, também, no quesito amor e afeto. Uma realidade social, que têm como bases a intolerância e transfobia e que demorará séculos para haver mudanças, pois a transfobia é estrutural.

No caso das pessoas trans e pelo fato de o apoio familiar ser tão escasso, como vivido por Thaynara, tais vínculos se mostram essenciais para continuarem vivendo. Em relação a ausência de vínculo com familiares, o questionamento sobre a filha confirma seu sentimento de desamparo. Uma das falas mais angustiantes da narrativa de Thaynara foi quando ela questiona se a filha teria vergonha dela. Thaynara diz que é pai de uma menina de 14 anos e diz que tem uma sensação de que a filha estaria se afastando dela, isto é, não a reconhecendo como parte de sua família. *“Então é uma coisa...isso é uma coisa que me prejudica um pouco em relação à questão da depressão! Me vem à cabeça: será que minha filha tá começando a ter vergonha de mim? do pai dela?”*

Nos estudos sobre saúde mental e pessoas trans, cabe apontar a ideação suicida como uma manifestação bastante presente quando comparada com dados da sociedade. Uma investigação realizada na Suécia apresentou que a prevalência de ideação suicida foi quase sete vezes e meia maior entre os entrevistados transexuais, quando comparado com a população geral. Já uma pesquisa americana pesquisou sobre tentativa de suicídio e apontou que, enquanto na população geral a taxa era de 1,6%, a taxa de tentativa de suicídio entre transexuais era de 41% (CORREA *et al.*, 2020). Tais números, por sua vez, se aproximam da vivência de Thaynara, enquanto mulher trans.

Considerando o momento em que estivemos juntos, evidenciou-se a presença de várias falas indicando pensamentos de autoextermínio como uma possibilidade. Isto é, como materialização de um pensamento de não viver mais, como se o contexto que a produzisse enquanto sujeito influenciasse nessa decisão:

Dentro do Ichs, eu ia para traz do...tem o Machu Pichu que fica a frente e atrás, onde fica o xerox, a cantina, tem um espaço mais antigo, mais rústico. Eu ficava de tempo, em tempo ali. Eu matava aula para ficar chorando, né? Tem uma arvore ali que sempre passava um pensamento de eu me enforcar ali! (++) Então, não foram poucas vezes que eu me trancava no banheiro e pensava em pregar uma carta, pegar uma arma e disparar, terminar ali mesmo, entendeu? Onde tudo começou, aonde tudo vai terminar! É...e uma coisa que eu sempre percebi até hoje! **A UFOP NÃO TA PREPARADA PARA PESSOAS TRANS!** Ela não tem uma preparação específica! Ela não tem uma política de acolhimento para esse tipo de público, né?! (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

A fala apresentada, com descrição detalhada sobre formas de tirar sua própria vida, chamam atenção ao longo da entrevista, pois se vinculam ao ambiente que a produz enquanto sujeito. Considerando que a descrição do ato de tirar a própria vida remete ao ambiente universitário no qual estuda, isto é, local em que mais se relaciona socialmente, dá indícios de uma quase resposta à percepção da transfobia. “Os transgêneros, especialmente os jovens, configuram-se como suscetíveis a piores condições de saúde mental, com predisposição a desenvolver depressão, ansiedade, autoflagelação e comportamento suicida, quando comparados à população cisgênera” (CORREA *et al.*, 2020, p. 14). Tal citação se alinha a noção de cisgeneridade apresentada por Viviane Vergueiro, pois diz de uma rede de normativas alinhadas em decidir quais são merecedoras da vida e quais devem ser excluídas ou submetidas à violências. Como sinalizam Sofia FAVERO e Paula MACHADO (2020, p. 53) “Viviane Vergueiro propôs pensar a cisgeneridade não como algo individual, do mundo interno, mas como uma estrutura social, política, econômica e epistêmica”.

Como se a morte fosse a materialização esperada num ambiente em que a transfobia está impregnada, o não reconhecimento dela enquanto pessoa digna da vida. Tais apontamentos relacionados ao ambiente universitário não podem ignorar outros fatores. Considerando estudos da área (Fabio Henrique CORREA, 2020; Gauber SILVA, Karina MEIRA, Dulcian AZEVEDO, Romeika SENA, Suerda LINS, Eder DANTAS, Francisco MIRANDA, 2020), que tratam sobre ideação suicida entre travestis e transexuais, alguns fatores específicos fazem parte das experiências de vida de Thaynara. O fato de não ser casada e morar sozinha, ter diagnóstico de depressão (transtorno de saúde mental) e, principalmente, vínculo familiar fragilizado são fatores positivos para surgimento de pensamentos de autoextermínio. Uma pesquisa brasileira que investigou ideação suicida entre pessoas travestis e transexuais assistidas por quatro ONGs no Rio Grande do Norte, evidenciou que haveria associação às seguintes variáveis: diagnóstico de depressão, violência em espaços educacionais, expulsão do núcleo familiar, tentativa pregressa de suicídio e vontade de morrer na última tentativa (SILVA *et al.*, 2020, p. 496).

Enquanto na narrativa ela trazia com frequência pensamentos de autoextermínio, em certo momento a aluna expõe uma tentativa de suicídio enquanto estava de férias do trabalho. Com base em todas as informações apresentadas ao longo da narrativa e, principalmente, o destaque ao contexto profissional como importante espaço de reconhecimento e apoio social, há que se atentar ao momento em que a materialização do pensamento ocorreu. Assim, a ausência de um

contexto de acolhimento e reconhecimento, citado por ela como presentes em seu meio profissional, surge como um indicador para a necessidade de se construir espaços de acolhimento para pessoas trans. Espaços que não estariam restritos apenas ao contexto universitário, mas de forma ampla, considerando que tais pessoas vivem na sociedade e de que o suicídio é um problema de Saúde Pública. Nesse momento, cabe destacar a sinalização feita no Manifesto Travesti (2020, p. 09) a respeito da importância do acolhimento para pessoas travestis:

Acolham as crianças trans e travestis, é nesse momento que mais precisamos de apoio. O gueto foi/é importante para nós. Ali aprendemos a nos ajudar e nos compreender como seres coletivos. Parem de ignorar ou sugerir que nossos quilombos não tiveram importância para a nossa sobrevivência.

#### **4.4 Cotidiano universitário: limites e possibilidades de uma vida trans num cenário regulado pela cisgeneridade**

Embora se espere que a universidade, enquanto maior referência de ensino no país, possa ocupar, de antemão, este lugar de acolhimento e respeito às pessoas, nota-se que tal ambiente, em seus diferentes contextos espaciais oprimem determinadas vivências. Assim, o não reconhecimento de sua identidade de gênero, em um ambiente em que se constata a violência ética, é apresentado por Thaynara em um dos ambientes institucionais, que nomearei como a “cena do banheiro”:

Então nesse trânsito, é, certa vez eu estava naaa... Medicina, no Morro do Cruzeiro, e eu entrei, eu estava ainda no início de transição, eu entrei no banheiro e uma aluna falou que eu não poderia também estar lá porque eu não era mulher! Ali criou um conflito entre eu e essa aluna, né? Eu simplesmente tranquei a porta e falei: a gente só sai daqui depois que a **polícia CHEGAR, depois que o reitor chegar, depois que TODO MUNDO CHEGAR** ou a partir do momento que você falar que realmente vai me respeitar e vai, não porque você tem que respeitar, mas que **eu to TE OBRIGANDO A RESPEITAR!** Então já fui assim, em cima da ameaça também!(Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

A violência ética se alinha ao dispositivo da cisheteronormatividade, em que os corpos trans não são inteligíveis, isto é, não são reconhecidos como possíveis à vida, não tem direito ao acesso a fala e ao cenário onde transitam, em sua maioria, corpos alinhados à aquela perspectiva. Assim, a presença dela em um ambiente (o banheiro) majoritariamente frequentado por pessoas não trans, isto é, cisgêneras, surge como problema que precisa ser sinalizado, corrigido.

“*Você não pode estar aqui!*”, exclamado por uma estudante cisgênera para Thaynara, mulher trans, precisa ser esmiuçado a partir de noções foucaultiana sobre discursividades. Este enunciado será analisado a partir do entendimento foucaultiano que, conforme apontado por Rosa FISCHER (2001, p. 198) "é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar". Discurso formado por um conjunto limitado de enunciados que se situam num dado contexto possível de existência.

Não há enunciado que não esteja apoiado em um conjunto de signos, mas o que importa é o fato de essa função caracterizar-se por quatro elementos básicos: um referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de posição a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais. (FISCHER, 2001, p. 202)

O enunciado “*Você não pode estar aqui!*”, se analisado a partir das orientações anteriores, trazem um *referente* (um princípio de diferenciação em que o espaço do banheiro é marcadamente tido como espaço de uns - pessoas cis - em detrimento de outros, no caso de Thaynara, pessoa trans); um *sujeito* (mulher cis que ocupa um lugar institucional majoritariamente ocupado por pessoas cis, logo, se posiciona sobre este lugar de hegemonia), numa instituição que apresenta outros enunciados que remetem a cisgeneridade como regime de verdade (excluindo pessoas trans) e apresentada de forma efetiva, isto é, a frase dita pela aluna cisgênera se situa como *materialidade*, isto é, poderia ser gravada e se situa num campo real das relações sociais. Esse destrinchamento do enunciado dito por uma pessoa cis remete um a um regime de verdade que o autoriza, isto é, ela se vê como integrante de uma rede discursiva hegemônica (orientada pela cisgeneridade) que o autoriza, pois não se situa a margem.

A cisgeneridade, nomeada e analisada, e sendo utilizada como uma ferramenta conceitual para demonstrar a profunda, ampla e generalizada invisibilização e marginalidade contra pessoas e comunidades trans travestis em espaços demais mundo afora. Como uma forma, enfim, de identificar ciscolonialidades e as exigências políticas necessárias e estratégicas diante destas violências. (VERGUEIRO, 2016, p. 256)

Porém, para Thaynara, estudante trans, inserida em tal rede discursiva, com consciência de seus direitos políticos (por influências de vida, digo consciência política como apontado por Tiffany

Odara), torna-se resistência. Visibiliza seu lugar por meio do questionamento e da visibilização de seus direitos tanto na instituição, como também de articulação com redes externas.

O enunciado dito pela estudante cisgênero faz parte de uma formação discursiva cisgênera e potente que não reconhece as pessoas trans como pertencentes a tal contexto. Emiti-lo visibiliza o quanto a formação discursiva (num ambiente transfóbico) compactua com enunciados que excluem as vivências trans como merecedoras da vida. Cabe, nesse momento, retomar Sofia Favero quando ela sinaliza pela matriz hegemônica cisgênera: “falar em cisnormatividade, por exemplo, significa partir de um lugar diferente de análise, não mais para pensar os efeitos da transfobia, que em uma perspectiva de Vergueiro (2016) diz respeito a uma mobilização possivelmente individualista. Significa, em contrapartida, afirmar o “centro” como objeto de investigação e crítica” (FAVERO, 2020, p.411). Enquanto pesquisador e alinhado as orientações de Rosa FISCHER (2001) devo me empenhar em apresentar como determinados atos enunciativos aparecem e se relacionam numa dada formação discursiva.

Compreender o ato enunciativo da estudante cis em relação à Thaynara nos direciona a olhar qual regime de verdade “autoriza” tal fala de forma naturalizada, isto é, como se fosse permitido tal posicionamento de exclusão sem maiores reflexões. Assim, por acontecer dentro do espaço institucional da universidade (historicamente ocupada por pessoas cis), nos leva a pensar quais conjuntos de regras que foram historicamente partilhadas em tal ambiente que disponibiliza tal posicionamento como verdade sem questionamento. “É perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (FISCHER, 2001, p.205)

Visibilizar tal enunciado dentro de uma instituição de ensino superior e articulá-lo a partir de um regime de verdade excludente, nos faz refletir sobre a noção de evasão. Até que ponto sair da universidade ou de qualquer outra instituição de educação é uma escolha pessoal para as pessoas trans. Assim, torna-se urgente apontar o quanto a noção de evasão deve ser compreendida como expulsão, isto é, as redes de relações e normas que influenciam nas vidas das pessoas trans a colocam sem possibilidades de escolha pela permanência. As exposições aqui apresentadas e que apresentam um cotidiano de ameaça a sua permanência e até mesmo de ofensas, tornam-se quase um convite para essas pessoas se retirarem dos espaços escolares, responsabilizando-as de forma individual pelo abandono escolar. Porém, de forma reflexiva e considerando todo o entorno de influências, percebemos que a expulsão é escamoteada pela evasão (ALBUQUERQUE, 2020). Ainda de forma reflexiva, pensar a cena do banheiro nos leva

a questionar o discurso de autonomia imbricado nas vivências universitárias. É possível pensar em autonomia num cenário institucional em que há poucas chances para diálogo? Entendo esse debate para além das vivências trans, mas vivido também por toda comunidade acadêmica que se vê em difíceis condições de sinalizar suas questões particulares, íntimas.

Neste caso específico, uma necessidade biológica atrelada ao uso do banheiro foi negligenciada pela estudante cis, pois tal enunciado direciona a um olhar que ignora as necessidades humanas das pessoas trans. O uso do banheiro emergiu nos discursos como uma situação geradora de estresse, insegurança e medo por parte de estudantes trans. A falta de uma política explícita de diversidade no uso dos banheiros faz com que estudantes fiquem com receio de serem julgados e sofrerem algum tipo de violência. (VIANA et.al., 2022, p.5)

Dessa forma, diante do impasse sobre a legitimidade do **uso do banheiro feminino** ou masculino por mulheres trans e travestis, estas são duplamente prejudicadas, 1) por não terem a sua identidade de gênero respeitada e reconhecida e 2) “não se sentindo segura e confortável em utilizar quaisquer desses ambientes, permanecem um longo período de tempo sem realizar suas necessidades fisiológicas, contribuindo, dessa forma, para o surgimento de problemas de saúde”. (ALBUQUERQUE, 2020, p. 74)

Estar em tal cena é emblemático e traz duas possibilidades: silenciar (assujeitar-se a violência ética), como forma de reconhecer as forças ali presentes e o jogo de poderes intrínseco às relações estabelecidas pela maioria; ou questionar como forma de resistência. Thaynara resistiu “*trancando a porta*” e gritando por respeito. Sim, ela teve que gritar por respeito. O gesto de Thaynara se situa, dentro da perspectiva foucaultiana como *cuidado de si*, isto é, empreendeu esforços no sentido de lutar por reconhecimento num ambiente que reproduz regras e normas em que ela não é reconhecida. Thaynara gritou pela vida, já que a violência ética pressupõe a vida apenas a quem se alinha aos valores seguidos pela maioria. A postura dela se aproxima do que Tiffany Odara (2020, p.31) defende: um discernimento sobre a realidade. “Construí discernimento, que denomino consciência política, revelando meu lugar na sociedade, suficiente para entender as causas dos impactos hostis irreversíveis, comuns na vida de várias travestis”.

O posicionamento de Thaynara na “cena do banheiro” diz sobre a universidade. Mesmo que, aparentemente, se situe num espaço íntimo, externo à sala de aula. Não era o banheiro da rodoviária, do shopping ou da mercearia: era banheiro na UFOP e da UFOP, isto é, o território diz sobre possibilidades de interpelação. Assim, ela se sentiu no direito de trancar a porta em

defesa de sua identidade de gênero, apresentando o tripé que perpassa a cena de reconhecimento: *diante de si mesmo, diante do outro e diante do coletivo*.

Por fim, quando eu abri a porta, eu mostrei para ela a carteira e falei: Olha, a UFOP me reconhece como feminino! Então eu não tenho que prestar esclarecimento nenhum para você! Nem te, tentar convencer. Então, eu faço uso do ambiente que eu quiser aqui! (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Tal fala apresenta seu lugar institucional como mulher trans. Reconhecida por ela, que age no sentido de impor tal reconhecimento ao outro (que a interpelou) e diante do coletivo. O coletivo aqui é representado por vários indícios institucionais que sinalizam por tal reconhecimento: da normativa que autoriza o nome social até a carteirinha como a materialidade da institucionalização do reconhecimento. O reconhecimento, por sua vez, diante da outra aluna, aponta a perspectiva defendida por Scott (2012) ao se referir os motivos que fazem o gênero ser motivo de tanta problematização, inquietação e crítica pelos conservadores que tentam, a qualquer custo, naturaliza-lo como conceito explicado pela biologia dos corpos (genitálias). Ela diz que "gênero como uma categoria analítica pode parecer estar diretamente ligado à arena que chamamos de social, mas o objeto de análise (as construções históricas das relações entre os sexos) é irrevogavelmente, conectado à esfera psicosexual" (SCOTT, 2012, p.335).

A cena do banheiro é complexa o suficiente para gerar outros questionamentos por parte de Thaynara. Ao mesmo tempo que ela sinaliza por dificuldades maiores com discentes do que com servidores (principalmente, ao referenciar os docentes como *respeitosos*), há um apontamento que chama atenção para sua permanência na instituição, na fala a seguir:

como as coisas dentro de uma universidade, a mentalidade dentro de uma universidade muda de forma radical! Se no Ichs, no Icsa eu sou respeitada. Se no Direito eu sou respeitada ali no Morro do Cruzeiro...por que naquela área da Medicina eu fui desrespeitada? (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Em tal trecho, nota-se que ela sinaliza por uma percepção de que existe um desrespeito institucional, mas que se mostra mais presente em determinados espaços institucionais. Assim, no caso da UFOP, formada por mais de 38 cursos de graduação presencial (distribuídos em várias unidades nos três campi - Ouro Preto, Mariana e João Monlevade), tal percepção pode dizer sobre mais chances de reconhecimento e, por sua vez, de permanência já que alguns autores (OLIVEIRA, 2020; SOUZA, 2019) relacionaram a continuidade dos estudos a um ambiente mais acolhedor. "A percepção de inclusão e socialização de estudantes trans na universidade é um fator primordial para sua permanência. Nesse sentido, o clima do campus é

um componente amplamente pesquisado para a compreensão dos aspectos ambientais que podem influenciar nessa percepção”. (VIANA *et al.*, p 02)

Considerando todas essas questões relacionadas à saúde mental, ligadas ao processo transexualizador e a situações cotidianas de transfobia, a pandemia é citada como mais um fator que se relaciona ao adoecimento e a sensação de mal-estar:

E mesmo assim. Sedada a partir dos remédios antidepressivos que eu tomo todos os dias..é ...e aí veio esse covid e eu não conseguia nem acompanhar. Eu fazia as matrículas e eu trancava as matrículas porque eu não conseguia acompanhar as aulas online. Aí eu pergunto: qual é a política de covid que a universidade teve? Não só para os alunos, mas com alunos como pessoas trans? ...né? ...**para Ufop não importa muito a gente. A gente ainda é INVISÍVEL DENTRO DELA!** ...Não tem políticas adequadas dentro da universidade! ...Para Ufop em geral pouco importa se eu estou viva ou se eu estou morta! (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Pela fala de Thaynara, nota-se o quanto o período de pandemia do COVID-19 impactou sua saúde mental. Cabe enfatizar que durante a pandemia, algumas medidas foram amplamente divulgadas para evitar propagação do coronavírus. No âmbito da prevenção em saúde, a quarentena, o distanciamento social e o isolamento foram as mais destacadas. Tais orientações, por sua vez, tiveram influência na rotina universitária já que todas as atividades presenciais foram paralisadas na UFOP, tornando as aulas online uma realidade nova para todos. E é essa nova dinâmica de ensino que é apontada por Thaynara como um empecilho para continuar estudando. E que é extremamente marcante em sua fala, principalmente, quando sinaliza para um acompanhamento pouco efetivo (e até mesmo inexistente) por parte da universidade. Se considerarmos o acompanhamento de estudantes como estratégia de permanência, constata-se, por sua visão, que houve uma falha da instituição nesse momento tão delicado. As vivências de Thaynara apontam o quanto a pandemia impactou a saúde mental das pessoas. “Em pesquisa realizada na crise da COVID-19, verificou-se que, dentre 1.210 participantes, 53,0% apresentaram sequelas psicológicas moderadas ou severas, incluindo sintomas depressivos (16,5%), ansiedade (28,8%) e estresse de moderado a grave (8,1%)” (C. Wang et al., 2020 apud FARO et al, 2020). A apresentação de tais números diz sobre questões que influenciam a população de forma geral, de forma a não restringir a percepção como algo específico de quem é trans ou travesti. Este dado nos leva a compreender o quanto precisamos questionar a perspectiva cisgenera que, dependendo que como analisa, trata as narrativas trans pelo olhar diagnosticante.

Além das questões relacionadas ao momento pandêmico, que traz implicações de diferentes ordens para o cuidado em saúde, Thaynara sinaliza para sua condição de pessoa trans ao se

referir ao sistema de saúde. Residindo numa cidade do interior de Minas Gerais, a aluna faz uma crítica a dificuldade de acesso a uma rede de saúde que tenha especialistas capacitados no acompanhamento de pessoas trans:

Nem o nosso sistema Sus, aqui uma cidade igual Mariana atende esse tipo de público alvo. Não tem endocrinologista, não tem médicos capacitados, médicos especialistas, né...ou médicos que se interessam em atender esse tipo de público. ...né. Dentro da Ufop nós temos médicos, mas nenhum médico que vai atender uma pessoa trans. (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro, 2022)

Ao fazer tal apontamento, sobre a sensação de desamparo em ser compreendida em suas condições e necessidades específicas por profissionais da medicina na sua cidade de referência e até mesmo na universidade que estuda, considero importante apresentar estudos alinhados a tal perspectiva de desamparo e outras experiências com estrutura melhor preparada a atender pessoas trans.

No estudo realizado com transexuais de Minas Gerais a fim de buscar compreender como se estabelece a relação delas com a rede de saúde ao optarem por realizar o processo transexualizador (PT), a crítica à rede é bastante evidente. Tanto em relação à organização do sistema no que diz respeito a atender as necessidades que as pessoas possuem, como em relação à postura dos profissionais de saúde em relação às pessoas trans. Cabe apontar que “em Minas Gerais, somente um serviço está habilitado e/ou credenciado pelo MS para o PT” (HANAUER; HEMMI, 2019, p.102).

Já em relação a experiências positivas, algumas instituições de ensino superior disponibilizam atendimentos especializados no atendimento de saúde a pessoas trans. É o caso da Unifesp com seu Ambulatório Trans. Tal iniciativa, por sua vez, foi citada por estudantes trans daquelas instituições como importante referência no que se refere à política de permanência (Luana RIBEIRO, 2020). Entendem que tais serviços de saúde vinculados às instituições de ensino os amparam ao garantir atendimento para suas necessidades mais básicas à saúde. Sobre a sua relação com a rede de saúde, enquanto estudante trans num município do interior de Minas Gerais, Thaynara em parceria comigo, elabora um relato de experiência (intitulado de *Saúde no interior de Minas gerais: a perspectiva de uma trans universitária*) sobre tais vivências para o 1º Simpósio de Saúde LGBTQIAP+. Entendo essa produção como um alinhamento ao Manifesto Travesti (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p.09):

Pesquisas: alimente a política da inserção, podemos escrever juntas/os/es/xs. Respeite o lugar de fala – fale a partir do que lhe toca e como lhe toca – isso significa ir além e

(re)pensar (a sua pesquisa, seu objeto) seu olhar sobre a vida” por entender a potência de sua narrativa como produção de conhecimento.

Dando continuidade aos serviços que se relacionam às políticas de permanência na universidade, Thaynara aponta o quanto a transfobia pode influenciar nas possibilidades de permanecer na universidade. Em virtude dos gastos relacionados ao processo de transição (medicamentos e consultas com especialistas em Belo Horizonte e, até mesmo, no Rio de Janeiro), Thaynara vislumbra a chance de conseguir uma vaga numa moradia pública da instituição, de forma a reduzir gastos com aluguel. Porém, ao dialogar com profissional que trata sobre tal questão, houve, por parte da profissional, a apresentação de possíveis problemas de convivência que ela, enquanto mulher trans, poderia vivenciar com outros residentes. Tais questionamentos e problematizações, por sua vez, estavam no sentido de antecipar possíveis atitudes transfóbicas por parte de residentes da moradia almejada por Thaynara. Diante de tal questionamento, Thaynara, de forma bastante inquieta, problematiza:

então por que dentro da UFOP tinha essa questão: **será que as meninas vão aceitar você dentro do alojamento feminino?**..Eu não estou indo para fotografar as meninas peladas! Eu não estou indo para fotografar as meninas de calcinha, eu não estou indo para pegar as calcinhas dela e usar, eu não estou indo para...**eu só queria um quarto!** (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Nota-se o quanto a vaga seria essencial para sua condição de vida. E antes mesmo de ver possibilidade para conseguir tal acesso, é levada a repensar tal escolha por possíveis atitudes transfóbicas que poderia viver. Por mais que, num primeiro momento, possa ser entendida como uma postura cautelosa por parte da profissional da instituição, podemos também considerar que seria uma atitude de naturalização da transfobia. Quando partimos do princípio de que o contexto é violento com pessoas trans e minha postura é de sinalizar a transfobia como dispositivo presente e naturalizado, confirmo que há uma política de permanência alinhada à violência ética ao se alinhar aos princípios normativos cisgêneros. Assim, naturalizo que aquele espaço (no caso, à moradia estudantil pública) é reconhecidamente espaço de uns (pessoas cis) em detrimento de outros (pessoas trans que, a priori, são informadas sobre o regime de verdade hegemônico). Assim, pessoas trans, mesmo que tivessem necessidade, teriam seu direito à moradia negado por não estarem alinhadas aos princípios hegemônicos de tal espaço. Princípios estes que orientam o dispositivo da transfobia. Constatamos, dessa forma, uma marginalização institucionalizada e alinhada à perspectiva defendida por Viviane Vergueiro (2016, p.266):

Através dos **processos de extermínio, invisibilização e marginalização destas perspectivas não ocidentais sobre corpos e identidades de gênero**, foram se

constituindo formas institucionais e não institucionais de ciscolonialidade que seguem como dispositivos necessários à continuidade destes processos.

Ainda sobre a necessidade de moradia, cabe sinalizar, a partir desse episódio, uma necessidade de capacitação dos profissionais envolvidos sobre uma mudança de olhar para tais demandas. Assim, caberia repensar em não antecipar quais possíveis violências as pessoas trans poderiam vivenciar, mas sim o de se mostrar disponível em acolher tais pessoas no caso de violências e visibilizar os procedimentos institucionais de denúncia (Ouvidoria, por exemplo), caso tais situações ocorressem na moradia após ela ocupar uma das vagas. Tal mudança de postura estaria alinhada em se mostrar efetivamente contra aos processos de exclusão, em vez de se mostrar conivente as diretrizes normativas cisgêneras que privilegiam uns, em detrimento de outros. Ainda sobre moradia, cabe apresentar a experiência da Universidade Federal do Paraná, apresentada por Edna Silva (2022) em sua dissertação sobre Transfobia em tal instituição, trazendo situações de violências e desrespeito nas moradias da UFPR, acompanhadas de tentativas de intervenção. Como possibilidade de resolução, ela apresenta:

“A partir do insucesso nessa intervenção, foi tomada a iniciativa pelas estudantes juntamente com a professora Megg Rayara e de outras pessoas parceiras, de se ter uma casa estudantil voltada apenas para pessoas trans, já que hoje a UFPR não disponibiliza de alojamentos e as meninas não tinham como sair das casas e alugar uma moradia”. (SILVA, 2022, p. 108)

Os desafios colocados pelas estudantes trans na instituição paranaense, levou a um entendimento da necessidade de se pensar numa moradia específica para as pessoas trans. Nesse momento, cabe apresentar, de forma breve, um pouco sobre a realidade das pessoas trans nas moradias da UFOP. As moradias de critério socioeconômico da UFOP (citada por Thaynara) têm disponíveis 467 vagas e são ocupadas por estudantes da graduação em situação de vulnerabilidade, isto é, que passaram por avaliação socioeconômica realizada por equipe de assistentes sociais. Os critérios de seleção e ocupação são descritas em editais específicos. E nestes editais, há uma orientação específica para estudantes trans interessadas na ocupação, orientando sobre o envio de email para equipe responsável, informando o nome social, a matrícula e a designação de gênero da vaga que pretendem concorrer na moradia, imediatamente após se inscreverem no edital. As pessoas trans ocupam as vagas, porém, até o momento, não houve uma pesquisa específica relacionada as vivências nestas residências estudantis. O que pode, posteriormente, ser uma possibilidade de investigação importante, pois o fato dessas pessoas ocuparem as vagas não sinaliza, a priori, que estejam vivendo sem desafios e obstáculos.

Ao questionar a forma como foi conduzida sua necessidade de moradia, Thaynara vai além e questiona também os procedimentos de acesso à assistência estudantil. A partir de sua perspectiva enquanto estudante que dialoga e convive com outros estudantes bolsistas da assistência estudantil, ela sinaliza pouca transparência. Diz que o fato de deixar evidente sua condição socioeconômica e ter demonstrado responsabilidade em ser transparente no processo de avaliação socioeconômica para ter acesso aos benefícios de assistência, a tornou crítica do processo. Sente que as pessoas que, de fato, cumprem com as exigências institucionais (entregando todos documentos solicitados) acabam por terem chances reduzidas de acesso quando comparadas com estudantes que burlam tais exigências. Assim, na sua visão, o processo de trâmite documental é falho e quem usa argumentos subjetivos nos atendimentos com as profissionais de referência pode ter maiores chances de acesso à assistência.

Com o contracheque que eu tenho hoje eu to praticamente fora de qualquer ação política da ufop pra pegar uma bolsa, pegar um alojamento, então...assim, eles não querem saber se, eles querem saber quanto você ganha! Você ganha isso? Você consegue se manter numa cidade...aí, um dia, eu fui questionar a assistente social e falei assim: olha, vai lá no prédio que é destinado ao pessoal da medicina..procura no alojamento, aquele que fica do lado doo, do lado da ufop. Se não me engano, no finalzinho da rua alfa...na ufop ali em cima, na bauxita. Eu falei: vai lá! Você vai ver alunos da Medicina que está de Hilux, ta de hb20, mas tudo mora no alojamento. (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

Cabe informar que a avaliação socioeconômica (ASE) é o procedimento de acesso aos benefícios de assistência estudantil, sendo atribuição específica de profissionais do Serviço Social. A ASE se caracteriza pela entrega de vários documentos sobre situação financeira da pessoa interessada e de seu grupo familiar. Caso seja necessário, podem ocorrer entrevistas com assistentes sociais no intuito de se debruçar sobre aspectos específicos que se relacionem a alguma situação de vida da pessoa ou de seu grupo familiar. Ao fazer tal crítica, Thaynara reflete e sinaliza pela falta de transparência no processo de avaliação socioeconômica. Na sua visão, tal situação pode induzir estudantes à informalidade, isto é, ao trabalho sem registro formal, já que a formalidade dificultaria o acesso aos benefícios. Tal realidade não é exclusiva da UFOP, sendo que em seu estudo, Emilly SOUZA (2019, p. 105) apresentou o caso do aluno trans Benjamim: “acabando por ficar desamparado pela instituição, que inclusive lhe colocou em uma escolha cruel: que desistisse do emprego para ter uma possibilidade de acessar a política, porém sem garantia de que se abdicasse do emprego, realmente seria contemplado”. Thaynara aponta ainda sua condição de pessoa trans que exige gastos financeiros altos para conseguir viver sua identidade de gênero em conformidade com as exigências sociais por uma feminização. O processo transexualizador no qual vive não é considerado no processo de

avaliação socioeconômica e tal fato a leva a questionar os procedimentos de acesso aos benefícios de assistência:

Será? Que eu conseguiria um quarto na ufop se eu fosse prostituta ou será que eu, que aquele alojamento ia ser visto como prostíbulo? ...É uma pergunta que me faço até hoje? Uma pergunta que eu fiz para assistente social e ela não respondeu. Acho que ela ficou mais quadrada! Com a pergunta...quando eu vi o silêncio dela e falei...pronto! Eu não quero uma resposta, eu quero uma reflexão. Se um dia você conseguir ter uma reflexão sobre minha pergunta de que eu sou uma prostituta, a minha sobrevivência dentro da ufop para sair dessa vida depende de um quarto para eu sentar e estudar, mas que eu precise ir para rua, me prostituir...para ganhar, cem, duzentos, trezentos reais por noite... será que a Ufop aceitaria isso de uma aluna, prostituta? (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

As questões apresentadas por Thaynara, sinalizando desafios da política de permanência na universidade, vão ao encontro do que foi encontrado em outras pesquisas sobre acesso e permanência trans em instituição de ensino (OLIVEIRA, 2020; SOUZA, 2019). André OLIVEIRA (2020) diz “se as políticas de acesso aos ambientes de ensino são ainda precárias para as pessoas trans, pior ainda é o quadro das políticas de permanência”.

As políticas de permanência foram citadas como limitantes e pouco alinhadas às vivências trans. E, com base em tais apontamentos e na minha experiência profissional na assistência estudantil, considero importante sinalizar que a política é estruturada a partir das diretrizes do PNAES<sup>9</sup>. E, talvez, fosse necessário uma política que se norteasse mais pelas diretrizes profissionais (com respaldo jurídico) que orientam as práticas das profissionais responsáveis pela ASE, no caso, as assistentes sociais. Exponho essa possibilidade como tentativa de conseguir abarcar as demandas novas que porventura venham a surgir no cotidiano profissional e que, muitas vezes, não são atendidas porque as normativas orientadoras acabam por reduzir possibilidades de atuação mais autônoma. Há sempre um receio de ilegalidade em descumprir as orientações do decreto do PNAES, o que gera, por sua vez, uma atuação profissional pouco autônoma ou permeada de receios.

A postura crítica de Thaynara sobre suas possibilidades de permanecer na universidade traz indícios de um discurso transfóbico que hipersexualiza os corpos trans. Sua fala se aproxima do que foi vivenciado por Leona, professora trans na rede pública de uma cidade pequena no interior de Minas Gerais, alvo de boatos.

---

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm).

Nos espaços escolares, a conduta de Leona sempre esteve sob constante vigilância e chegaram, inclusive, a espalhar boatos de que ela possuía preferência por alunos do sexo masculino. O que se observa, portanto, é que a disseminação de boatos, bem como a vigilância constante a que foi submetida, estão associados ao discurso transfóbico que liga diretamente a experiência trans à prostituição e à hipersexualização dos corpos trans, reduzindo-os meramente às fantasias e práticas sexuais (TORRES; MODESTO; MENEZES, 2020, p. 129).

Em meio às críticas sobre política de permanência na UFOP, Thaynara também apresentou demandas relacionadas ao acesso, sendo as cotas para pessoas trans a mais contundente:

Uma outra coisa também, dentro das políticas de inclusão da Ufop Porque que até hoje ...isso eu já vinha levantando desde 2018. **A Alice** mesmo, eu já falei pra ela. Olha, **Alice**, nós precisamos sentar e conversar sobre **abrir portas para travestis e transexuais dentro da UFOP**.

Por essa fala, fica nítido que, para além dos desafios cotidianos enfrentados pelas pessoas trans em sua rotina dentro da universidade, abrir as portas para tais pessoas parece ser uma conquista importante. Assim, Thaynara sinaliza para a importância de a instituição possibilitar maior acesso de pessoas trans como parte de política de acesso, o que também foi constatado como resultado nas pesquisas de Luana RIBEIRO (2020) e Emilly SOUZA (2019).

As cotas, de certa forma, poderiam contribuir para o aumento no número de pessoas trans na instituição. E tal consequência, de certa forma, poderia gerar maiores chances de articulações entre tais pessoas. Nesse sentido, cabe apontar dados das pesquisas (SCOTE, 2017; SANTOS, 2017) que entendem que as organizações coletivas formadas especificamente por pessoas trans, estariam relacionadas às conquistas institucionais alcançadas em outras universidades. “O exercício da militância no contexto universitário surge como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento no interior destas, uma vez que permite a transição de uma política feita —pelo/a outro/a em uma política construída —com o/a outro/a” (SCOTE, 2017, p. 126)

Tais apontamentos se alinham à fala da Thaynara, que ressalta em sua narrativa a importância de diálogos feitos de forma coletiva. Mas critica sua exclusão quando, de fato, houve necessidade de institucionalização do grupo que discutia questões LGBTQIA+ no qual fazia parte:

Eu participava das reuniões, eram feitas nos sábados, a gente se reunia, conversava, ia lá no centro acadêmico da história ali...conversava ali dentro...é...dava ideias, eu participei, mas na hora que, quando foi eleito o centro acadêmico, na hora de escolherem as pessoas que representariam...**a Thaynara FICOU DE FORA!** (Thaynara, entrevista narrativa. Janeiro,2022)

A crítica feita por ela diz muito sobre o seu sentimento de marginalização, enquanto pessoa trans na universidade e se aproxima da realidade das pessoas travestis, conforme apresentado por Megg Rayara de OLIVEIRA, Sara YORK e Bruna BENEVIDES (2020, p. 5): “Foram as travestis que ajudaram a constituir e estruturar o Movimento Gay, e acabaram ficando de fora das ações políticas desenvolvidas por ele. Vale lembrar que a luta contra a despatologização do “homossexualismo” não trouxe consigo a causa trans”.

Assim, conforme já apresentado anteriormente, existir nas universidades espaços exclusivos para que pessoas trans possam apontar suas pautas e suas necessidades é algo que se mostra bastante necessário. Importante no sentido de garantir que elas possam narrar e refletir sobre suas experiências, construindo de forma coletiva outros caminhos dentro das instituições. E também como forma de se articular, contestando um lugar já dado, entendido como contemplado para suas demandas específicas. Nesse momento, cabe apontar a forma como Thaynara se vê no contexto em que circula, entendendo-se como “ousada e subversiva” quando se posiciona politicamente no ambiente de trabalho quando “se dá ao luxo e ao prazer de pedir uma demissão no emprego e encarar outros desafios”. Ela entende como ato político o fato de ser a primeira e única instrutora de autoescola trans e travesti da categoria d (ensina dirigir ônibus e caminhões – veículos de grande porte). Mas sinaliza o quanto queria fazer mais e militar mais pela causa, mas vê os espaços como fechados, “quando não se torna acadêmico demais”. Tais apontamentos dizem sobre representatividade e o quanto as pessoas trans buscam falar de outras questões que não se resume a identidade de gênero. A trajetória de Thaynara enquanto estudante trabalhadora traz especificidades que precisam ser incorporadas institucionalmente por políticas que considerem os desafios cotidianos vividos por ela e por outras/os/es estudantes que experienciam a necessidade de trabalhar, mas que querem concluir um curso superior. Nesse sentido, fortalecer a presença destes perfis em representações estudantis parece ser um caminho, em paralelo com capacitações de profissionais que atendam tal público, tornando-os sensíveis a tais narrativas.

Para que não sejam eternamente mediadas por pessoas cisgêneras, cabe apontar nesse movimento de luta, a força do conceito de *autodeterminação* como esforço coletivo das pessoas trans em prol de uma contestação permanente aos discursos que as enquadrem, seja pelo olhar médico ou por outros modelos patologizantes (NASCIMENTO, 2021).

Com base na perspectiva foucaultiana, os coletivos agiriam como uma rede produzindo resistência num movimento contrário à orientação dada, isto é, ao poder dominante. Essas

pequenas articulações vão se organizando, se juntando, fazendo conexões no sentido de sustentar novos arranjos mais acolhedores a pessoas que, até então, estariam marginalizadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES MOMENTANEAS

A escrita *até o momento* diz sobre reflexões e perspectivas teóricas em relação às experiências de uma estudante trans universitária. Considerando que o intuito não foi de apontar traços objetivos e essencializantes com a finalidade de esgotá-la como um objeto a ser descrito, chego até aqui com uma sensação de enorme aprendizado humano. Aprendi muito escutando a narrativa de Thaynara que, a partir de uma pergunta gerativa (*Conte-me sua história desde a entrada na UFOP até o presente momento*) compartilha inúmeras situações que visibilizam sua condição de vida num cenário político, econômico e social marcadamente orientado pela cisgeneridade. A análise de sua narrativa nos traz argumentos para repensar o cotidiano universitário e as influências que possam estar excluindo e/ou expulsando uns desse universo compreendido como promissor para vida de estudantes que o acessam.

Considerando o momento no qual este estudo se situa (pós defesa, mas *nunca finalizado*) faz-se necessário trazer alguns apontamentos e reflexões sobre as experiências relatadas na entrevista. Assim, sinalizarei *Considerações Momentâneas*. A entrevista realizada está alinhada à perspectiva de garantir a possibilidade de emergir, a partir da narrativa de Thaynara, experiências relacionadas ao acesso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto. Assim, ao longo de sua narrativa, alguns pontos se aproximaram do que outras/os estudantes transexuais vivenciaram em outras instituições de ensino superior. Outras questões, por sua vez, mostraram-se inéditas, isto é, não foram apontadas em pesquisas anteriores sobre acesso e permanência de pessoas trans no Ensino Superior. Ao longo da apresentação, sinalizo lacunas institucionais que emergiram a partir da narrativa da Thaynara sem me colocar como mediador cisgênero. Isto é, diferentemente da minha postura anterior a esta pesquisa (em que me sentiria totalmente à vontade para já sinalizar ações que devem ser propostas ou feitas), compreendo o quanto meu objetivo é o de revelar possibilidades que possam gerar ações institucionais, mas que estas, se forem de fato propostas a serem cumpridas, devem partir de pessoas travestis e trans que fazem parte da comunidade acadêmica. Entendo esse posicionamento como amadurecimento decorrente das leituras das autoras travestis e trans.

Das questões já citadas em pesquisas anteriores (CASTELANI, 2018; OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2017), a percepção da necessidade de ampliação de políticas de acesso e aperfeiçoamento de políticas de permanência também se mostraram presentes na narrativa de Thaynara. Especificamente sobre política de acesso, ela apontou as cotas como avanço por possibilitar maior entrada de pessoas trans na universidade e, logo, possibilidade de tais pessoas

ocuparem lugares políticos estratégicos. Em relação à política de permanência, citou a necessidade de capacitar profissionais e, principalmente, estudantes sobre vivências trans; maior amparo em termos de acolhimento às pessoas trans (tanto em relação ao acesso, mas na continuidade do percurso acadêmico), bem como consolidar uma rede de saúde que atenda suas especificidades como pessoa trans, principalmente, no que se refere ao acompanhamento para questões de saúde mental; incentivar a criação de espaços coletivos institucionais formados por pessoas trans que possam representar as demandas de tais pessoas. A necessidade de que os estudantes da instituição sejam acompanhados de forma mais próxima foi apontado por Thaynara, porém, não é algo que seja direcionado apenas ao público trans já que entende ser uma demanda coletiva de todas/os estudantes.

Das experiências narradas, cabe destacar a presença de conteúdos bastante específicos, isto é, que não estiveram presentes em outros estudos sobre acesso e permanência no Ensino Superior. Tais questões, por sua vez, perpassam o momento pandêmico que estávamos vivendo ao longo de quase toda a pesquisa e questões pessoais/familiares singulares na vida da colaboradora de pesquisa: ter tido uma filha no relacionamento com uma mulher antes de decidir assumir sua identidade de gênero. Isto é, suas experiências devem ser compreendidas também a partir da relação que estabelece com sua filha, não desconsiderando as especificidades desse lugar de cuidado.

Tais questões mais singulares e específicas da vida de Thaynara, apesar de se aproximar de outras vivências já relatadas por pessoas trans, apontam para uma especificidade de seu sofrimento mental. Tal especificidade afeta a ela enquanto pessoa e não podemos dizer sobre se essas questões podem ou não ser influências que colaboram para um mal estar maior em sua vida. O que se confirma por sua narrativa e que é bastante notório é o sofrimento de Thaynara Menezes ao apresentar falas permeadas de ideação suicida, inclusive, com menção a uma tentativa de suicídio. Este dado, somado ao fato de ter dito ser “pai” de uma menina de 14 anos que não a reconhece, foram duas questões apresentadas e que não foram citadas de forma tão categórica nas pesquisas anteriores sobre acesso e permanência em instituições de ensino superior. E, conforme sinalizado no texto, deve ser compreendido numa perspectiva de visibilizar como diretrizes cisgêneras (e excludentes) produzem a subjetividade de Thaynara, isto é, influenciam no seu adoecendo. *Será que, se ela estivesse num ambiente não transfóbico e acolhedor, tal adoecimento seria um destino?*

Tal pergunta é inquietante e fruto do caminho percorrido ao longo da pesquisa, mas, principalmente, da minha experiência no momento da qualificação. De forma educada, gentil e firme, a Profa. Megg Rayara, no momento da qualificação, a partir de suas leituras e vivências enquanto professora doutora, travesti e preta, me sensibilizou para questões que, enquanto gay, branco e cisgênero, nunca conseguiria enxergar. Ela me convidou a reposicionar meu olhar como educador e não como psicólogo afoito por diagnóstico. Essa mudança de olhar produziu um novo sujeito e o texto caminhou junto com essa transformação, ainda assim, este é um ponto não vencido que preciso continuar a trabalhar em minhas análises Promover o *Giro na Despatologização* me levou a girar minha perspectiva para caminhos desconhecidos. Se eu era apenas um servidor da universidade interessado em reduzir violências institucionais, passei a ter uma maior vigilância das violências que eu posso causar na vida das pessoas, mesmo que de forma não intencional. Isto é, neste momento, me sinto uma pessoa violenta e impregnada por normas cisgêneras, porém atenta a não continuar sendo.

A partir da narrativa de Thaynara, observa-se questões bem específicas da experiência de ser aluna matriculada na universidade e de outras experiências que dizem sobre seu lugar, enquanto moradora de uma cidade pequena no interior de Minas Gerais num país despreparado para atender as especificidades de uma pessoa trans. De forma positiva e que, talvez, se articule ao conceito de interseccionalidade, foi o sentimento de ser acolhida em seu ambiente de trabalho. Considerando estar num trabalho formal não marginalizado com carteira assinada (bem diferente da realidade profissional das pessoas trans), a questão racial (o fato de ser uma mulher branca), poderia se relacionar com as questões de classe e de inserção no mercado de trabalho. Assim, *o fato de não ser negra seria um fator que estaria influenciando positivamente em se integrar ao mercado formal não marginalizado?*

As análises produzidas até o momento, considerando a narrativa de Thaynara, me dão um certo panorama da realidade das pessoas trans na UFOP. Porém, entendo tais resultados mais como indícios importantes para garantir um olhar atento às questões que serão apresentadas por outras pessoas trans da comunidade acadêmica (discentes e docentes), pois compreendo as narrativas como singularidades que precisam ser compreendidas caso a caso. Cabe destacar minha atenção em olhar as situações apresentadas numa perspectiva interseccional, já que as questões de gênero não podem ser concebidas como realidades generalistas desvinculadas de outros marcadores políticos.

Até o momento, nota-se de modo mais evidente que várias influências permeiam a vida das pessoas e cabe a mim, enquanto pesquisador, articulá-las com produções de outras pessoas que pesquisam e sendo honesto com minhas impressões e sensações à medida que escuto as narrativas. Nesse sentido, articular com a produção de pessoas travesti e trans se mostrou fundamental e necessário, tanto por aprofundar em vivências não experienciadas por pessoas cis, como também de visibilizá-las num contexto profissional de formadoras de conhecimento.

E como caminho a ser percorrido, entendo que, enquanto profissional da Universidade Federal de Ouro Preto tenho o dever de promover e contribuir para que espaços sejam oportunizados para que as pessoas possam ocupá-los sem sofrerem silenciamentos ou retaliações. Que elas possam falar por elas, como desejarem. E eu, atentamente observarei minha postura, gestos e olhares por uma educação menos violenta e opressora.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Jandaíra, 2020. 152p

ALBUQUERQUE, Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e (2020). **Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus de Fortaleza. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ Campus Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil.

ALMEIDA, Neil Franco; CICILLINI, Graça. **Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte**. Cadernos de Pesquisa, v. 3, p. 122-137, 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em Acesso em 10 maio 2017.

ARÁN, Marcia. **O Averso do Averso: feminilidade e novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio; LUCINDO, Nilzilene. **Nas narrativas dos pedagogos, um retrato de suas condições de trabalho**. Revista E-Mosaico, v.3, p.21-29, 2014.

BATISTA, Adriana Beatriz. **A solidão da mulher trans**. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-solidao-da-mulher-trans/>

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2006. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador, 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. 181p.

BENTO, Berenice. PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto, 2012. págs. 569-581.

BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Educação: Porto Alegre, 2009.

BOTELHO, Marcos Ribeiro et al. **Rompimento das barragens de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão em Minas Gerais, Brasil: decisões organizacionais não tomadas e lições não aprendidas.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]. 2021, v. 46

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em 10 de janeiro de 2021

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vidas precárias: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autentica, 2019.

\_\_\_\_\_. **Corpos que importam.** São Paulo; Crocodilo Edições, 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética.** Trad. Rogério Bettoni. 1ed; 4 reimp- Belo Horizonte: Autêntica , 2019.

CAMPANHA por uma **Convenção Interamericana por Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.** (2008) Manifesto, versão abreviada. São Paulo: CCIDSDR. 24 p.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico (5. ed. rev. e aum.).** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000. (Original publicado em 1943).

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **Foucault e a noção de acontecimento**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. Trans/Form/Ação, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131732001000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131732001000100016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 jul. 2021.

CASTELANI, Gisele Aparecida Zutin. **Transgêneras nos espaços universitários - as alunas trans**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos. Universidade Federal de São Carlos, 2018.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e Sexualidade**, Brasília, UNESCO, 2004.350p

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

CORRÊA, Fábio Henrique Mendonça et al. **Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]. 2020, v. 69, n. 1 [Acessado 21 Fevereiro 2022] , pp. 13-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1982-0208. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FARO, André et al. **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2020, v. 37 [Acessado 26 Fevereiro 2022] , e200074. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>>. Epub 01 Jun 2020. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>.

FAVERO, Sofia. **Por uma ética pajubariana: Ref a potência epistemológica das travestis intelectuais**. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S.L.], v. 7, n. 12, p. 1-22, 27 fev. 2020b. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

\_\_\_\_\_. **(Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero.** Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 05, n. 13, p. 403-418, jan./abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pode o cisgênero falar?.** 2015. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2016/02/23/pode-o-cisgenero-falar/>

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula. **Amapoas e bofes já estavam aqui: reencontrando a cisgeneridade dos trópicos.** Lugar de Fala: conexões, aproximações e diferenças/ Gilmaro Nogueira, Nzanga Mbandi; Marcelo de Troi (Organizadores). Editora Devires, 2020.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** Revista Brasileira de Educação [en línea] 2004, (Jan-Abr)

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em Foucault.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001Rosim

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa-3.** Artmed Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder** (1982). In DREYFUS H. & RABINOW P. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel [1982]. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

\_\_\_\_\_. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** RJ: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Naissance de la clinique. 9a ed. Paris, 2015.**

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero.** Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-graduação em Educação: Uberlândia, 2009.

\_\_\_\_\_. **Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente.** Revista de Educação Pública. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 27, n.65/1, p. 469-486, maio/ago.

2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/educacaopublica>. Acesso em: 12 janeiro, 2022.

GARCIA, M. R. V., & Mattos, A. R. (2019). “**Terapias de conversão**”: **histórico da (des) patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.spe 3), 49-61. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>

GIDEENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio e KER, João. **Ensino Superior, o espelho da exclusão de pessoas trans**. 2019. Disponível em: < <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans> > Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

GOMES, CAMILA DE MAGALHAES. **Gênero como categoria de análise decolonial**. *Civitas, Porto Alegre*, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018

HANAUER, Otto Felipe Dias; HEMMI, Ana Paula Azevedo **Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero**. *Saúde em Debate [online]*. Rio de Janeiro, v. 43, N. ESPECIAL 8, P. 91-106, DEZ 2019

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz e CHAMUSCA, Adelaide (Org.). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF: MEC; Secad, 2007

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. *Cronos, Natal, RN*, v. 11, n. 2, p. 8 – 19, 2010.

\_\_\_\_\_. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Acesso em: 12 janeiro, 2022.

\_\_\_\_\_. **29 De Janeiro – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais**. 2012. Disponível em: Acesso em: 05 fev. 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin (2002). **Entrevista Narrativa**. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, p.90/113.

HALBERSTAM, Judith. **In a queer time and place: Transgender bodies, subcultural lives**. New York: New York University Press. 2005

LARROSA, Jorge Bondia. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n.19, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, Tatiane. **Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 77, p. 70-87, dez. 2020.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre Transexualidade: a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. Brasília. 2006. (Doutorado Psicologia - Universidade de Brasília, 2006).

LISBÔA, Natália de Souza. **Aprendendo sobre direitos humanos e experimentando a diversidade – relato de experiências na UFOP**. 2019. In A.G.M.F.M. Bahia (Org.) Gênero, sexualidade e direito: dissidências e resistências. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre, RS: ARTMED; Associação Brasileira de Psiquiatria, 2013.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados, v. 7, 2008.

MARTINS, Helena. **Decisão da OMS sobre identidade trans deve reforçar políticas públicas**. Acessado em: (em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforcar-politicas>)

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo**. Periódicos, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, maio-out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17181/11338>.

MEYER, Dagmar Estermann.; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. BH: Mazza Edições, 2012

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sobre coragem e resistência : contando a história de Leona, professora e mulher trans**. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. *Rev. Esc. Enferm. USP*, n.48 (Esp2), p. 193-199, 2014

NUNES, Célia Fernandes; PADUA, Karla; ARAÚJO, Regina Maria Bonifácio de. “Tô aprendendo a sonhar”: narrativas de jovens e sua relação com a escola. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 6, n. 18, p. 635-650, 6 set. 2021.

ODARA, Tiffany. **Pedagogia da Desobediência: travestilizando a Educação**. 134p. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **A educação é uma catapulta para a liberdade : acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Setor Ciências Humanas, Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente : (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Setor Ciências Humanas, Curitiba, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CID-10** Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CID-11**. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 11a rev. 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>

PEREIRA, Marlyson Junio Alvarenga. **Mulheres trans universitárias: a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, 2020

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Revista Estudos Feministas [online]. 2002, v. 10, n. 1 [Acessado 5 Setembro 2022] , pp. 155-167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>>.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2013. 147 f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, Luana Fonseca Pereira. **O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico**. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. **Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19.** Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, 2020, vol. 8, núm. 4. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/497966365017.pdf>

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior.** 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990

SCOTT, Joan. **Experiência.** In SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). Falas de Gênero – Teorias, análises, leituras. Editora Mulheres: Ilha de Santa Catarina, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os usos e abusos do gênero.** Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012

SILVA, Glauber Weder dos Santos; MEIRA, Karina Cardoso; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; SENA, Romeika Carla Ferreira de; LINS, Suerda Lillian da Fonseca; DANTAS, Eder Samuel Oliveira; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. **Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais.** Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Jan). [Citado em 21/02/2022]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-ideacao-suicida-entre-travestis-e-transexuais-assistidas-por-organizacoes-nao-governamentais/17489?id=17489&id=17489>

SILVA, Lisandra Babireski Barcia da; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; CLARO, Ana Lúcia de Araújo. **Entrevista remota em pesquisas: possibilidades e limites diante do cenário instaurado pela pandemia do Covid-19.** Humanidades e Ação. v. 9 n. 15 (2022): **Experiências e reflexões sobre o estágio de docência no PPGE/UFJ.** Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/6588>

SILVA, Felipe Cazeiro da, SOUZA, Emilly Mel Fernandes de e BEZERRA, Marlos Alves. **(Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados.** Revista Estudos Feministas [online]. 2019, v. 27, n. 2. [Acessado 28 Dezembro 2021] Disponível

em:file:///C:/Users/55319/Desktop/SUJEITOS/Transformando%20norma%20ci%C3%AAnera.pdf

SILVA, Francisca; JALES, Renata; PEREIRA, Ivoneide; ALMEIDA, Luana; NOGUEIRA, Jordanda; ALMEIDA, Sandra. (2021). **A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental**. *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, 29, e3459. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3792.3459>

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. **(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans\* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte**. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SZYMANSKI, Heloísa (org.). **A Entrevista na Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber livro editora, 2004.

TORRES, Marco Antônio. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas**. Tese (doutorado). Área de concentração: Psicologia – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de PósGraduação em Psicologia Social, Belo Horizonte, 2012. 361 f.

TORRES, Marco Antônio, SARAIVA, Izabella Marina Martinho e MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento**. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2020, v. 25 [Acessado 21 Julho 2021], e250049. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250049>>. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250049>.

TORRES, Marco Antônio; MODESTO, Rubens Gonzaga; MENEZES, Thaynara Martins da Costa. **Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação**. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 24, p. 121-134, 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CUNI nº 1.765**. Regulamenta a utilização do nome social por Discentes, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto e dá outras providências. 2015. Disponível em <[https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO\\_CUNI\\_1765.pdf](https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1765.pdf)>. Acesso em 12 fevereiro, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CUNI nº 1.967**. Regulamenta o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência – PIDIC. 2018. Disponível em <[https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO\\_CUNI\\_1967.pdf](https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1967.pdf)>. Acesso em 13 fevereiro, 2022.

VERGUEIRO, Viviane **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade)- Universidade Federal da Bahia.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

VIANA, Carolina Pinto; DELGADO, Igor Matheus; ROSA, Anderson; NEVES, Vanessa Ribeiro; SIQUEIRA, Lucíola D’Emery. (2022). **A vivência de estudantes transgênero na universidade**. Acta Paulista De Enfermagem, 35(Acta paul. enferm., 2022 35).

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JR., Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. **“Manifestações textuais (insubmissas) travesti”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2006, v. 11, n. 32 [Acessado 1 Setembro 2022] , pp. 226-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>>